Rock in Rio
Venda de produtos licenciados deve movimentar mais de R$ 500 milhões, diz Luis Justo B6

Reestruturações
Companhias buscam mediação com credores para evitar processo de recuperação judicial E1

Contas públicas
Gastos previdenciários vão desacelerar no 2º semestre, diz Alessandro Stefanutto, presidente do INSS A2

Quarta-feira, 24 de julho de 2024
Ano 25 | Número 6050 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Investimento das capitais cresce 64% no 1º quadrimestre de 2024

Contas públicas O montante chegou a R$ 5,2 bilhões no conjunto de 25 prefeituras, excluída Macapá; em 2020, ano eleitoral anterior, aportes somaram R$ 2,3 bilhões

Marta Watanabe
De São Paulo

Com saldo em caixa e em ano de eleições, as prefeituras das capitais aceleraram os investimentos no início de 2024. O investimento agregado de 25 delas somou R$ 5,2 bilhões nos quatro primeiros meses do ano, crescimento real de 64,4% em relação a igual período de 2023. Em relação a 2020, quando os atuais prefeitos foram eleitos, o valor mais do que dobrou. Naquele ano foram investidos R$ 2,32 bilhões de janeiro a abril. A disponibilidade de caixa permitiu o salto.

No total, as capitais encerraram 2023 com saldo de R$ 10,31 bilhões. Quatro anos antes, ao fim de 2019, essa disponibilidade era de R$ 1,91 bilhão — sempre com valores atualizados pelo IPCA para maio deste ano.

Das 25 capitais analisadas, os investimentos avançaram em 19. Em Belém, Boa Vista, Campo Grande, Goiânia, Palmas e Salvador, ficaram acima de 100% de janeiro a abril deste ano em relação a igual período de 2023. Em outras nove, o crescimento superou 50%. Quando se compara com o 1º quadrimestre de 2020, a aceleração foi mais generalizada. Das 25 capitais, a alta ocorreu em 22. O valor mais que dobrou em 14 — São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Salvador, Campo Grande, Goiânia, Natal, Maceió, João Pessoa, Palmas, Rio Branco, Boa Vista, Aracaju e Vitória. Macapá não foi incluída porque os dados não estavam disponíveis.

Os atuais prefeitos, diz Gabriel Leal de Barros, da ARX Investimentos, foram favorecidos pela arrecadação do início da retomada econômica em 2021, após o freio da crise sanitária. Houve crescimento do PIB, impacto da inflação e da alta das commodities nas receitas, o que beneficiou não somente a arrecadação própria, como também as transferências de recursos dos Estados e da União.

Porém, segundo Leal de Barros, o lastro para sustentar a alta dos investimentos está no fim. Ele observa que há risco de aumento de despesas correntes, pois muitas vezes os investimentos contratam novos gastos obrigatórios. "As capitais voltarão à vida como ela é, e não terão tantos superávits financeiros", diz Alberto Borges, do Compara Brasil. **Página A4**

Legado de inflação de Biden é desafio para Kamala

Dow Jones

A vice-presidente dos EUA, Kamala Harris, fez ontem seu primeiro comício após a saída de Joe Biden da disputa pela reeleição. Segundo a Associated Press, ela já tem número de delegados suficiente para que sua nomeação como candidata à Presidência seja formalizada na Convenção Democrata, de 19 a 22 de agosto. Durante seu discurso, em Wisconsin, reforçou seu antagonismo com o rival Donald Trump. Um desafio à candidatura de Kamala é se ela será afetada pela insatisfação das pessoas em relação à economia. Quando o público pensa no histórico econômico de Biden, se concentra na inflação, que em 2022 atingiu o maior nível em 40 anos, mesmo que tenha recuado depois.

Pesquisa nacional Ipsos/Reuters, divulgada ontem, mostra Kamala com pequena vantagem numérica sobre Trump, de 44% a 42%, com margem de erro de três pontos percentuais. **Página A10**

Multimercado sofre para bater CDI com cenário adverso

Adriana Cotias
De São Paulo

Os fundos multimercados macro têm tido cada vez mais dificuldade para superar o CDI — referência para as aplicações de renda fixa. De cerca de 70 carteiras acompanhadas pelo **Guia Valor de Fundos**, só 22% ficam acima do referencial num intervalo de dois anos e meio, encerrado em junho. Em 2022, a fatia era de 67%, caindo a 24% no ano passado e a 6% desde janeiro. Entre os destaques, em meio aos juros de dois dígitos e às mudanças de cenário no Brasil e lá fora, estão nomes longevos da indústria independente, como Absolute, Neo, Verde, Mapfre, Quantitas e JGP. E também há exemplos da nova geração de assets, Capstone, Genoa e Asa Investments.

"Fomos mal de janeiro a abril, mas de abril em diante, meio que virou", disse Luis Stuhlberger, do fundo Verde, em entrevista ao **Valor**. "A gente passou a comprar dólar, diminuir a exposição a ações, trocamos as NTN-Bs por TIPS americanas, e aí melhoramos a performance." **Páginas C1 e C6**

Visão global

ROGÉRIO VIEIRA/VALOR

A Central Única das Favelas (Cufa), presente em 41 países, prepara um encontro internacional no Rio, em setembro, para discutir temas como discriminação e desigualdade. "Se os problemas são globais, as soluções também precisam ser", disse Celso Athayde à repórter Daniela Chiaretti. Página A14

Tensão cresce antes de eleição na Venezuela

Michael Stott
Financial Times

Cartazes com um presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, de tamanho gigante dominam a capital, onde mal se vê propaganda da oposição, representada pelo diplomata aposentado Edmundo González. Ainda assim, pesquisas preveem derrota esmagadora do governo no domingo. A esperança é que o forte desejo de mudança leve a uma vitória tão grande que Maduro não tenha opção a não ser aceitar a derrota. Mas poucos creem nisso. "Presumindo que as pesquisas sejam precisas, ele tem duas escolhas", disse Mark Feierstein, ex-assessor do ex-presidente dos EUA Barack Obama para a América Latina. "Ou aceita a derrota [...] ou lança ofensiva repressora, mas isso não é tão fácil. Se os resultados forem claros e as pessoas estiverem nas ruas comemorando, isso muda a dinâmica." **Página A11**

Setor hospitalar deve registrar novas operações

Fernanda Guimarães e Beth Koike
De São Paulo

Após as recentes fusões de hospitais de Dasa e Amil e de Rede D'Or com Bradesco Seguros, o setor começa a vislumbrar novos possíveis negócios. Há ativos no radar do mercado e potenciais consolidadores menos alavancados e com maior fôlego de capital giro. Segundo fontes, existe grande interesse pelo Grupo Santa, rede com seis unidades, entre eles o Hospital Santa Lúcia, referência em Brasília. No ano passado, a Bradesco Seguros adquiriu 20% do Santa e não há preferência da seguradora para aquisição do restante.

O sócio da JGP responsável pela área de fusões e aquisições, Fernando Kunzel, afirma que o tabuleiro de xadrez do setor está se movimentando, mas ele aguarda uma onda menos intensa do que a ocorrida ao longo da pandemia, quando dezenas de operações aconteceram. "Tem gente querendo comprar hospitais, mas a conta não está fechando. Teve hospital que foi adquirido por até 12 vezes o Ebitda, e agora a oferta chega a seis vezes", diz. **Página B1**

Investidores mostram percepção positiva sobre futuro da Sabesp
Jerson Kelman A12

Ministro Flávio Dino cutuca o vespeiro do Orçamento secreto
Fernando Exman A9

Indicadores

Ibovespa	23/jul/24	-0,99 %	R$ 19,2 bi
Selic (meta)	23/jul/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	23/jul/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	23/jul/24		5,5801/5,5807
Dólar comercial (mercado)	23/jul/24		5,5851/5,5857
Dólar turismo (mercado)	23/jul/24		5,6205/5,8005
Euro comercial (BC)	23/jul/24		6,0555/6,0584
Euro comercial (mercado)	23/jul/24		6,0593/6,0599
Euro turismo (mercado)	23/jul/24		6,1283/6,3083

7 898937 880054

Nova fase

MÔNICA ANDRADE/GOVERNO DO ESTADO DE SP

O governo paulista defendeu o modelo de privatização da Sabesp e negou ter causado perdas ao Estado com a venda de 32% da companhia. O governador Tarcísio de Freitas reforçou que o foco era alcançar a universalização dos serviços em 2029. "Qualquer outro objetivo era secundário." A oferta rendeu R$ 14,8 bilhões. Página B3

Variedade de demandas traz desafio ao G20

Kariny Leal e Alessandra Saraiva
Do Rio

Alternativas para o financiamento de políticas públicas de combate à fome e à pobreza e, ao mesmo tempo, para estimular a transição energética — duas das prioridades do Brasil na presidência do G20 — foram tema do evento "O desafio de financiar o desenvolvimento inclusivo e sustentável", realizado ontem, no Rio, como parte da série de encontros sobre o G20 promovida pelo **Valor**, "O Globo" e rádio CBN. Um dos caminhos apontados foi a parceria com instituições de fomento, como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). "Nossa função é articular com diversos atores para fazer com que os projetos saiam do papel. A poupança global tem muito interesse em financiar projetos alinhados em ESG", disse Morgan Doyle, representante do BID no Brasil. **Páginas A5 e A8**

Contas públicas Alexandre Stefanutto afirma que estimativa de valor dos benefícios e corte de gasto com pente-fino no instituto são 'factíveis'

Presidente do INSS nega erro na previsão de despesas do órgão

Jéssica Sant'Ana e Edna Simão
De Brasília

O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Alessandro Stefanutto, afirmou que a previsão de gastar R$ 923,1 bilhões com benefícios previdenciários neste ano é factível, assim como atingir a economia de R$ 9,05 bilhões já estimada no Orçamento com ações de revisão e combate a fraudes. Na segunda-feira, 22, a equipe econômica divulgou o terceiro relatório de reavaliação do Orçamento e, mesmo com o aumento em R$ 5,3 bilhões da despesa financeira projetada com benefícios do INSS, economistas apontaram que a projeção estaria defasada entre R$ 10 bilhões a R$ 20 bilhões.

"Não vão se confirmar essas projeções", disse Stefanutto em entrevista ao **Valor**, um dia após a divulgação do relatório. Ele explicou que, neste segundo semestre, a curva de crescimento da despesa previdenciária vai cair na comparação com os seis primeiros meses do ano, devido à redução da fila de espera.

No primeiro semestre, a autarquia ainda estava concedendo benefícios com meses de atraso e todo o valor devido era pago de uma só vez, corrigido, o que impactou o gasto. Agora, a fila está praticamente zerada — são 1 milhão de requerimentos que entram todo mês e cerca de 350 mil que estão de fato aguardando resposta há mais tempo, mas a maioria há menos de 90 dias. Por isso, segundo o presidente do INSS, os benefícios que serão concedidos a partir de julho não trazem os atrasados, ou, no máximo, preveem retroativos de três meses.

Com isso, haverá somente o chamado crescimento vegetativo da despesa, estimado para algo entre 0,17% e 0,20%, e não mais a alta de 0,64%, registrada nos primeiros meses do ano. Outro fator que ajudará a reduzir o crescimento do gasto, disse, foi o fato de o 13º já ter sido pago no primeiro semestre.

Stefanutto também negou a hipótese de que as despesas previdenciárias estejam sendo subestimadas para o governo bloquear menos recursos das outras áreas. "É natural que as projeções sejam revistas. Nunca me pediram para baixar projeção aqui, tanto é que esse mês [no relatório bimestral] eu aumentei, porque tecnicamente era necessário."

Ainda no relatório, o governo manteve a previsão de economizar R$ 9,05 bilhões com benefícios previdenciários neste ano. A maior parte dessa economia (R$ 5,6 bilhões) é esperada devido à implementação do Atestmed (concessão de auxílio-doença via atestado médico digital, sem passar por perícia) e o restante vem de ações de combate a fraudes, cobrança de pagamentos indevidos, devolução de dinheiro parado em bancos, entre outros.

Segundo o INSS, o Atestmed gerou uma economia de R$ 2 bilhões de janeiro a junho e o e cerca de R$ 750 milhões foram oriundos das demais ações. Com isso, faltariam cerca de R$ 6,3 bilhões para serem economizados neste segundo semestre. Stefanutto disse que a cifra é possível se ser alcançada, por dois motivos. Primeiro, porque o Atetsmed teve um período de pausa para fechar uma brecha que estava sendo utilizada por fraudadores.

Segundo, porque a revisão neste segundo semestre do auxílio-doença e dos cadastros do Benefício de Prestação Continuada (BPC) não está incluída nessa conta — então, a economia gerada pode ajudar a compensar eventual frustração com as demais ações.

Stefanutto pontuou que é preciso esperar o andamento dos trabalhos para ter certeza de qual economia será gerada com essas revisões. Qualquer número divulgado agora, falou, seria "chutômetro". A tendência é que, no relatório bimestral de setembro, seja possível fazer uma projeção.

O INSS já começou a revisão do chamado "auxílio-doença alongado", ou seja, com prazo superior a 90 dias. Pessoas que estão pedindo prorrogação do benefício estão sendo encaminhadas para perícia médica presencial.

> "É natural que as projeções sejam revistas. Nunca me pediram para baixar projeção aqui"

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Alessandro Stefanutto: greve de servidores pode atrapalhar o trabalho da revisão e prejudicar atendimento

Antes, havia a prorrogação automática do benefício por três vezes, o que pode ter induzido a muitos pagamentos indevidos. A previsão é revisar 680 mil benefícios desse tipo até o fim do ano.

Haverá, ainda, a revisão cadastral do BPC, pago a idosos carentes e pessoas com deficiência. Os beneficiários com cadastro atrasado serão notificados a partir de quinta-feira (25), pelo sistema bancário (quando forem receber o benefício), e terão de atualizar nos Centro de Referência da Assistência Social (Cras) o seu cadastro, provando que sua renda atinge os critérios de elegibilidade do programa. O prazo para regularização será de 45 ou 90 dias, a depender do porte do município. Caso não haja a regularização, o benefício será suspenso, e a pessoa, notificada. Passados 30 dias sem comprovação, o benefício será cortado.

O presidente do INSS ressaltou, ainda, que "não tem meta de revisão nem de benefícios para cortar", e que a economia gerada será uma consequência. "O que o presidente da República e o ministro Carlos Lupi pediram foram: dê direito a quem tem direito rápido e não dê direito a quem não tem direito."

Ele reconheceu que a greve de servidores do INSS, iniciada neste mês, pode atrapalhar o trabalho da revisão, além de prejudicar o próprio atendimento à população. Porém, a Advocacia-Geral da União (AGU) vai entrar com uma ação na Justiça para garantir o funcionamento mínimo das agências. Segundo Stefanutto, a proposta de reajuste ofertada aos servidores pode estar aquém do que os trabalhadores gostariam, mas, diante da situação fiscal, é uma "boa proposta". "Não vamos tolerar desrespeito a leis", completou. O ponto dos servidores grevistas já está sendo cortado.

Lula ataca Netanyahu por ação militar de Israel na Faixa de Gaza

Fabio Murakawa
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse na terça-feira (23) que o governo de Israel, comandado por Binyamin Netanyahu, é "irresponsável" e "não tem respeito sequer pelas decisões da ONU", em referência às quase 40 mil mortes provocadas pelas ações militares do país na Faixa de Gaza desde o atentado terrorista de 7 de outubro do ano passado.

A declaração reforça o posicionamento brasileiro em relação ao conflito. Em janeiro, o Brasil endossou o processo movido pela África do Sul na Corte Internacional de Justiça (CIJ) em Haia em que o país acusa os israelenses de cometerem genocídio em Gaza.

Lula fez as afirmações ao discursar em evento no campus de Buri (SP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Ele chegou a comparar o que os governos Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL) "fizeram com este país" ao que "o Netanyahu está fazendo todos os dias na Faixa de Gaza".

"A gente voltou a governar neste país. O que eles fizeram com este país depois do impeachment da Dilma [Rousseff, em 2016] é o que o Netanyahu está fazendo todos os dias na Faixa de Gaza", disse Lula. "Neste final de semana, morreram 70 pessoas na Faixa de Gaza. Na semana passada, morreram mais 90. E quem é que está morrendo? É soldado? Não. É terrorista? Não. São mulheres e crianças que são vítimas dos ataques todo santo dia de um governo que já foi condenado pelo Tribunal Internacional [sic]."

Depois, Lula fez aparente referência a um parecer da CIJ, que em 19 de julho declarou que a ocupação dos territórios palestinos por Israel constitui uma clara violação do direito internacional. A Corte afirmou ainda que políticas discriminatórias contra os palestinos nessas áreas violam proibição da segregação racial e do apartheid. Entretanto, não há ainda decisão do tribunal sobre a ação envolvendo Israel na Faixa de Gaza, como deu a entender Lula em sua fala. Entretanto, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou em junho uma resolução de cessar-fogo no conflito não obedecida por Israel, algo a que Lula também fez referência.

"O mesmo tribunal que condenou o Putin por causa da guerra na Ucrânia condenou Israel por que está fazendo isso com a Faixa de Gaza", disse Lula. "E não é o povo de Israel, porque o povo de Israel também não quer guerra. O povo de Israel quer paz. É o governo, que é irresponsável e não tem sequer respeito pelas decisões da ONU."

Guajajara quer questão ambiental como 'centro do projeto de país'

Rafael Vazquez
De São Paulo

Em apresentação no evento "Brasil rumo à COP 30", organizado pela Editora Globo e grupo CCR, a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, abriu sua fala a empresários lamentando a falta de avanços significativa na mitigação aos efeitos das mudanças climáticas. Na sua visão, o debate sobre o compromisso de tomar providência para não permitir que a temperatura média global aumente mais 1,5° é feito há décadas, mas até hoje se vê poucos resultados.

Ela destacou ainda que as tragédias relacionadas a eventos climáticos extremos estão custando caro e absorvendo recursos muito mais altos do que ações de mitigação e adaptação contra as mudanças climáticas custariam.

A ministra comentou que é fundamental contar com empresas privadas para o fortalecimento de uma economia verde no Brasil, aproveitando o potencial de produtos advindos de uma bioeconomia no país. Mas reforçou os apelos para que os povos indígenas deixem de ser atacados em territórios onde iniciativas ilegais executam atividades predatórias para a natureza e para as comunidades locais.

A ministra lembrou que, em todo o mundo, comunidades indígenas, que representam aproximadamente 5% da população global, ajudam a preservar 80% da biodiversidade. "É um dado relevante", reforçou.

A ministra criticou o marco temporal. "Legislações como essa trazem insegurança e fortalecem a violência nos territórios indígenas. Neste momento mesmo, estamos vendo aumento de conflitos em ao menos três Estados, Paraná, Mato Grosso do Sul e Ceará. A violência contra povos indígenas ainda é uma realidade muito cruel".

O ministro dos Transportes, Renan Calheiros Filho, também discursou no evento e afirmou que o Brasil, sob a atual gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mudou a imagem do país em relação a investimentos ambientalmente sustentáveis. Ele disse que o governo federal tem a predisposição ao diálogo e reconhece os desafios de melhorar a infraestrutura sem causar mais danos ambientais.

"Havia uma ausência do Ministério dos Transportes na agenda climática brasileira, como se transporte não tivesse nada a ver com o clima. Mas transporte é setor que mais emite carbono no mundo", observou, dizendo que sua gestão mantém um gabinete conjunto com o Meio Ambiente.

valor.com.br

Lu Aiko Otta excepcionalmente não escreve hoje

www.valor.com.br

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Tânia Villela: "Tributação no consumo passa a ser no destino, o que pode afetar a arrecadação de médias e grandes cidades"

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Alberto Borges: "Evolução dos investimentos mostra que os prefeitos devem queimar mais dessas reservas em 2024"

Contas públicas Desembolso cresce 64% no 1º quadrimestre ante 2023 e mais que dobra em relação ao período pré-eleitoral anterior

Com folga de caixa, capitais aceleram investimentos

Marta Watanabe
De São Paulo

Com saldo em caixa e em ano de eleições, as capitais aceleraram os investimentos no início de 2024. O investimento agregado de 25 capitais somou R$ 5,2 bilhões no primeiro quadrimestre deste ano, com crescimento real de 64,4% contra iguais meses do ano passado. Em relação a 2020, quando os atuais prefeitos foram eleitos, o valor mais que dobrou. Naquele ano foram investidos R$ 2,32 bilhões de janeiro a abril. A disponibilidade em caixa propiciou o salto. No total, as capitais fecharam o ano passado com saldo de R$ 10,31 bilhões. Quatro anos antes, ao fim de 2019, essa disponibilidade foi de R$ 1,91 bilhões, sempre com valores atualizados pelo IPCA para maio deste ano.

O aumento dos investimentos foi generalizado entre os municípios. Das 25 capitais, os investimentos avançaram em 19. Em seis — Belém, Boa Vista, Campo Grande, Goiânia, Palmas e Salvador — o aumento ficou acima de 100% de janeiro a abril deste ano contra iguais meses de 2023. Em outras nove prefeituras a taxa de crescimento superou os 50%.

Quando se compara com igual período de 2020, a aceleração dos investimentos foi ainda mais generalizada. Das 25 capitais, a alta aconteceu em 22. O valor mais que dobrou em termos reais em 14 prefeituras — Aracaju, Belo Horizonte, Boa Vista, Campo Grande, Goiânia, João Pessoa, Maceió, Natal, Palmas, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

Os dados são do portal Compara Brasil, que reúne dados dos relatórios resumidos de execução orçamentária entregues pelas prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional. Foram consideradas despesas liquidadas. A disponibilidade de caixa considerou recursos não vinculados após descontados os restos a pagar não processados. Macapá não foi incluída nas comparações porque os dados observados de 2023 não estavam disponíveis até a data da extração.

Os dados mostram que os mandatos em curso foram muito favorecidos para condições de investimentos, diz Tânia Villela, economista do Compara Brasil. A disponibilidade de caixa agregada das capitais, que ficou abaixo de R$ 2 bilhões em 2018 e 2019, período pré-pandemia de covid-19, saltou para R$ 7,42 bilhões em 2020. O pico de saldo em caixa desse período mais recente foi em 2021, quando alcançou R$ 19,35 bilhões.

Essa disponibilidade teve duas origens básicas, diz Villela. Em 2020, lembra, os auxílios financeiros do governo federal a Estados e municípios para enfrentar os efeitos econômicos da pandemia foram em média acima do necessário. "Houve uma surpresa com a economia no setor público, porque muitas despesas foram suspensas. Os municípios reduziram gastos porque aulas e eventos culturais, por exemplo, foram suspensos." Houve também, lembra, até dezembro de 2021, restrição para aumentar a despesa de pessoal, o que conteve o principal gasto corrente dos municípios. O gasto foi contido em um ano em que a inflação medida pelo IPCA foi de 10%, observa Alberto Borges, economista do Compara Brasil.

Parte do caixa acumulado, porém, já tem sido consumido, destaca Borges. Em 2022 a disponibilidade em caixa somou R$ 16,65 bilhões, com queda de 13,9% em relação ao ano anterior, embora tenha encerrado em nível relativamente alto. Em 2023, terceiro ano do mandato dos atuais prefeitos, já com investimentos retomados com maior força, o caixa disponível encerrou o ano em R$ 10,3 bilhões.

"A evolução dos investimentos mostra que os prefeitos devem queimar mais dessas reservas em 2024. Os próximos prefeitos estão longe de receber as contas em terra arrasada, mas essa realidade de bonança não será igual no próximo ciclo, para os prefeitos que serão eleitos este ano", avalia Borges. "As capitais voltarão à vida como ela é e não terão tantos superávits financeiros."

Jeferson Passos, secretário de Fazenda de Aracaju, diz que os investimentos do município devem atingir novo recorde este ano, no total de R$ R$ 500 milhões, acima dos R$ 338 milhões históricos do ano passado. Segundo dados do Compara Brasil, a capital sergipana alcançou R$ 135,87 milhões em investimentos de janeiro a abril deste ano, com avanço de 68,5% contra iguais meses de 2023. Em relação ao primeiro quadrimestre de 2020, a alta foi de 113,8%. No ano passado, destaca o secretário, os investimentos no município chegaram a 10,4% da despesa total, o melhor desempenho de Aracaju. "A expectativa é de que o indicador avance ainda mais este ano."

> "Lastro para sustentar o crescimento forte de investimentos está acabando"
> *Gabriel Leal de Barros*

Além da conjuntura que favoreceu as receitas do município, diz Passos, um trabalho de ajuste das contas permitiu movimento de investimento crescente desde 2018. Abriu-se também espaço fiscal para contratação de operação de crédito. Segundo ele, o município tinha Capag — capacidade de pagamento, que é a nota de crédito do Tesouro Nacional — C em 2017. A nota subiu para B em 2019 e dois anos depois, para A.

Os investimentos que estão sendo realizados este ano, diz Passos, contam com 40% de recursos do Tesouro municipal e os demais 60% estão sendo suportados com operações de crédito. As obras prioritárias são em infraestrutura urbana, incluindo drenagem, pavimentação e esgotamento sanitário, além de infraestrutura de mobilidade urbana e habitação.

Em entrevista publicada no **Valor** no fim de maio, Luis Felipe Vidal Arellano, secretário municipal da Fazenda de São Paulo, diz que a captação de empréstimos pode sustentar os investimentos nos ciclos à frente. Em 2023, lembra ele, as operações de crédito representaram parcela pequena dos investimentos, de cerca de R$ 14 bilhões. Em 2024, diz ele, a expectativa é contratar ao menos R$ 5 bilhões com o Banco do Brasil, BNDES e a Caixa.

Segundo os dados do Compara Brasil, a Prefeitura de São Paulo encerrou 2021 com disponibilidade de caixa de R$ 8,5 bilhões, em valores atualizados. Ao fim do ano passado, o caixa fechou com R$ 3,25 bilhões, o equivalente a 32% da disponibilidade agregada das capitais. Ainda segundo o levantamento, o município liquidou R$ 1,8 bilhão em investimentos no primeiro quadrimestre deste ano, com alta real de 73,5% contra o ano passado e de 183,8% na comparação com 2020, sempre considerando de janeiro a abril.

O atual mandato, lembra Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, foi favorecido também pela arrecadação do início da retomada econômica em 2021, após o freio da crise sanitária em 2020. Houve, lembra, crescimento de PIB, impacto da inflação e do choque de commodities nas receitas, o que favoreceu não somente arrecadação própria como transferências de recursos dos Estados e da União.

O conjunto de fatores que resultou em "céu de brigadeiro" aos municípios ficou para trás, diz Leal de Barros. "O lastro para sustentar o crescimento forte de investimentos está acabando", diz. Ele lembra também que há risco de aumento de despesas correntes à frente, já que muitas vezes os investimentos contratam novos gastos obrigatórios.

Para o próximo mandato, diz Villela, um dos desafios deve vir da reforma tributária sobre consumo, cuja regulamentação está em discussão no Congresso. Em 2025, observa, os sistemas de recolhimento dos novos tributos estarão em construção e em 2026 devem ser iniciados os primeiros testes. Em 2027 e 2028, os dois últimos anos da próxima gestão, destaca Villela, já haverá transição para o novo sistema e os novos prefeitos poderão enfrentar muitas negociações para definir discussões que surgirão somente quando a reforma começar a ser implementada.

"É preciso lembrar que a tributação no consumo passa a ser no destino, o que pode afetar a arrecadação das médias e grandes cidades", diz a economista. Ela frisa ainda que a reforma estabelece neutralidade tributária, pela qual a arrecadação com os novos tributos que virão com a forma precisam manter a receita dos tributos que serão extintos, como proporção do PIB. "Um aumento de arrecadação, portanto, dependerá do crescimento da economia."

"A reforma tributária é um dos receios quando se pensa nos próximos mandatos", concorda Passos, da Fazenda de Aracaju. "A reforma tem mecanismos para garantir receitas que precisam ser efetivadas nas leis complementares e a União precisará ter capacidade para honrá-los para evitar surpresas desagradáveis no futuro."

Investimentos acelerados

Valores liquidados e variações reais* - R$ milhões

	Jan-Abr24	Jan-Abr.24/ Jan-Abr.23 (%)	Jan-Abr.24/ Jan-Abr.20 (%)
Maceió	94,30	56,0	877,0
Rio de Janeiro	694,34	34,9	457,7
Natal	24,47	62,4	439,5
Goiânia	113,78	201,0	249,0
Boa Vista	51,00	228,6	229,4
São Paulo	1.813,39	73,5	183,8
Salvador	531,02	217,5	182,3
Campo Grande	73,81	104,4	177,2
Palmas	32,41	176,9	137,9
João Pessoa	80,10	84,1	129,2
Aracaju	135,87	68,5	113,8
Rio Branco	3,85	-10,8	106,1
Vitória	72,12	51,7	104,5
Belo Horizonte	275,95	61,8	104,1
Porto Velho	6,16	-67,5	92,9
Curitiba	76,27	10,6	87,1
Belém	126,43	109,8	84,5
Fortaleza	286,72	69,1	60,1
Porto Alegre	65,46	-15,3	50,9
Teresina	92,27	56,2	39,8
Recife	198,08	38,5	32,9
Florianópolis	90,72	-14,0	20,2
Cuiabá	43,01	-22,5	-17,4
Manaus	216,56	42,4	-20,8
São Luís	1,12	-61,3	-97,6
Total	5.199,22	64,4	123,9

Caixa cheio

Disponibilidade do total das capitais com recursos não vinculados**- R$ bi

Fonte: Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) das capitais, com elaboração do Compara Brasil (comparabrasil.com). *Sem Macapá, que não apresentou dados até a data da extração. **Valores atualizados pelo IPCA para maio de 2024. Descontados os restos a pagar não processados. Total sem Macapá, que não apresentou o dado até a data da extração

Pequena indústria de SP projeta estabilidade

Ívina Garcia
De São Paulo

O índice de satisfação com o faturamento das micro e pequenas indústrias se manteve estável com oscilação positiva de quatro pontos, saindo de 33% para 37%, voltando ao patamar semelhante ao dos índices registrados pela pesquisa "Indicador Nacional de Atividade da Micro e Pequena Indústria" no ano anterior. A pesquisa é realizada pelo Datafolha, com 712 entrevistas usando como referência os meses de abril e maio.

Analisando a divisão regional, a satisfação com o faturamento variou: 43% no Norte e Centro-oeste acham que a situação está ótima ou boa, enquanto no Nordeste esse índice é de 31%. Já no Sul o índice é de 40% e no Sudeste é de 36%. Entre os que avaliam que a situação está ruim ou péssima, o Sudeste apresenta o maior nível, de 25% e o Nordeste apresenta o menor, com 18%.

Apesar da variação na satisfação geral do faturamento, o presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria (Simpi), Joseph Couri, explica que na decomposição é possível ver uma mudança no cenário nacional.

Enquanto regiões como Sudeste e Sul apresentam queda na expectativa para os próximos meses, se comparado com o bimestre anterior, o norte, nordeste e centro-oeste estão mais otimistas. No Centro-Oeste e no Norte, a expectativa de melhora atinge 58%, enquanto no Sul, está em 36%. Isso reflete uma diferença de 22 pontos percentuais nas expectativas empresariais para o próximo mês.

Para Couri, essa oscilação se deve a alta polarização do ambiente de negócios atualmente, influenciado por eleições, mudanças no Banco Central, questões de crédito, poder de compra, taxação de produtos importados e a reforma tributária, o que deve apresentar uma oscilação estável, porém negativa nos próximos meses.

"As discussões atuais mostram preocupações, mas não determinam que esses problemas sejam inevitáveis ou insuperáveis", avalia o presidente do Simpi.

Curta

Imposto sobre herança

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que o imposto sobre herança — o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) — no Brasil "é nada", ao discursar em um campus da Universidade Federal de São Carlos (UfsCar), no município de Buri (SP), construído há dez anos um uma fazenda doada pelo escritor Raduan Nassar, de 88 anos, que estava no palco, ao lado do presidente. "Nos Estados Unidos, quando uma pessoa tem herança, paga 40% de imposto. Então, lá, como o imposto é caro, você tem muitos empresários que fazem doação para universidades, para instituto, laboratório, fundações. Aqui no Brasil você não tem, porque o imposto sobre herança é nada, é só 4%. Então, a pessoa não tem interesse", comparou Lula. O presidente voltou a dizer a destinação de verbas para educação e saúde não pode ser tratada como gasto, mas como investimento. "País importante não é o que exporta soja, milho, minério de ferro. É aquele que exporta conhecimento." Lula ainda exortou os estudantes na plateia a entrarem na política.

Relações externas Vice-ministros de finanças mantêm negociação para reunião ministerial nos dias 25 e 26

G20 terá declaração na área tributária

Lucianne Carneiro, Paula Martini e Camila Zarur
Do Rio

A um dia do início da 3ª reunião de ministros de finanças e presidentes de Bancos Centrais do G20, nesta quinta-feira (25), as negociações permanecem no nível de vice-ministros e vice-presidentes, disse ontem a embaixadora Tatiana Rosito, coordenadora da trilha de finanças do G20 e secretária de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda. A novidade é um documento à parte para tratar da cooperação na área tributária no âmbito do G20, chamado de cooperação internacional em matéria tributária, que também será fechado por consenso.

O embaixador Maurício Lyrio, negociador-chefe do Brasil no G20, garantiu nesta terça-feira (23) que a geopolítica não será um obstáculo e "a questão é se eles [ministros] chegam a um acordo". Mais tarde, um briefing com a imprensa, marcado inicialmente para 18h30, atrasou 1h10, com o prolongamento das discussões no que seria o último dia da 4ª reunião de deputies de finanças e Bancos Centrais do G20, realizada em um hotel na zona oeste do Rio. Como é a tradição na diplomacia, o encontro de técnicos define as bases para os comunicados oficiais, que depois recebem ajustes finais das autoridades de alto escalão.

A embaixadora Tatiana Rosito justificou o atraso pela continuidade nas conversas e informou que voltaria em seguida ao debate. Ela disse que as negociações da trilha de finanças vão bem e acredita "firmemente" que será possível chegar a um consenso para o anúncio de três documentos: o texto inédito sobre cooperação internacional tributária, a publicação final do encontro e um terceiro documento da presidência brasileira sobre os conflitos em andamento no mundo e os diferentes pontos de vista dos países-membros. "Acredito que vai ter documento final. Como dissemos em fevereiro, a única razão de não ter documento [naquela ocasião] foi a questão geopolítica. E agora encontrou-se um caminho. Acreditamos firmemente nisso [na conclusão dos três documentos]."

> "Vários países se manifestaram a favor da taxação de super-ricos"
> *Mauro Vieira*

Conseguir uma declaração ministerial conjunta dos ministros de finanças e presidentes de bancos centrais é um objetivo da presidência brasileira do G20. A reunião anterior da trilha de finanças, em fevereiro, em São Paulo, terminou sem um comunicado oficial por causa de impasses nas questões geopolíticas. A diplomacia brasileira garante que esse não será um problema desta vez. Um acordo foi fechado entre os sherpas (negociadores-chefe) no início do mês para deixar guerras e conflitos geopolíticos internacionais fora das declarações conjuntas do G20. Assim, foi possível concluir declarações ministeriais pela primeira vez desde o início da Guerra da Ucrânia, em fevereiro de 2022, no encontro do grupo de trabalho (GT) de desenvolvimento.

A estratégia foi publicar um documento final com os pontos de consenso, sem tratar das questões geopolíticas, e um segundo texto, da presidência brasileira, sobre os conflitos em andamento e os diferentes pontos de vista dos países-membros. Com isso, explicou Lyrio, foi possível "destravar a emissão de declarações ministeriais".

A despeito do tom otimista com a chance de consenso na trilha de finanças, a embaixadora destacou que não falaria sobre negociações em aberto. "Vou me reservar não comentar documentos em negociação até que a gente conclua as negociações. Nós como presidência estamos tentando zelar por construir consensos, pela confiança das delegações. E estamos preparados e preparadas para ficar horas adicionais. [...] Depois que eu falar com vocês, vamos continuar trabalhando", afirmou.

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Embaixadora Tatiana Rosito, do Itamaraty: "Acreditamos firmemente que haverá um documento final dos ministros"

Rosito comemorou o ineditismo do acordo sobre tributação: "É a primeira vez que haverá uma declaração na área de tributação, a cooperação internacional em matéria tributária. Nós achamos que essa iniciativa merecia uma declaração específica. Não tem nenhuma intenção de não misturar as coisas, mas de dar centralidade ao tema, como tem falado o ministro [Fernando] Haddad e o próprio presidente da República", notou.

Nesse documento sobre cooperação tributária entram todos os temas propostos pela presidência brasileira nesta área, inclusive a taxação de super-ricos. "Na área tributária, todos os temas levantados pela presidência brasileira estão dentro do documento, inclusive a taxação dos super-ricos. Os temas estão bem avançados e vão ser tratados na reunião ministerial", disse. Questionado ontem se está otimista por um consenso da área financeira, Lyrio se limitou a dizer que as questões geopolíticas não são mais um obstáculo.

"O importante é que a geopolítica não será um obstáculo. A questão é se eles [os ministros] chegam a um acordo. E eu sei que o ministério da Fazenda tem trabalhado em favor da produção de documentos também pela trilha financeira", afirmou Lyrio, que se reuniu com representantes da trilha de finanças na segunda-feira (22).

As discussões da área financeira esbarram em divergências como a tributação dos "super-ricos", defendida pelo Brasil na presidência do G20. A secretária do Tesouro americano, Janet Yellen, que está no Brasil para o encontro desta semana, já se posicionou contra a ideia de um imposto global sobre a riqueza dos bilionários. O ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, no entanto, minimizou as oposições: "Vários representantes de países se manifestaram a favor. É uma questão de continuarmos conversando para avançar nesse tema", afirmou.

Mais sobre o G20 na página A8

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,25	0,26	-0,25	0,46	0,66	0,72	0,17	-0,01	0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,9	-0,8	1,1	0,1	-1,1	1,1	0,7	0,0	0,2
Indústria de transformação	-	-2,2	0,0	1,2	0,5	-0,2	0,5	0,1	0,1	-0,6
Indústrias extrativas	-	2,6	-3,2	0,6	-1,3	-6,9	3,7	3,2	-0,5	6,3
Bens de capital	-	-2,7	2,9	-0,7	2,0	10,9	-1,7	-0,4	-0,4	-2,4
Bens intermediários	-	-0,8	-1,3	1,0	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6
Bens de consumo	-	-1,3	0,1	0,5	1,5	-0,9	1,1	0,0	-0,9	-1,6
Faturamento real (CNI - %)	-	-3,8	0,9	-1,1	2,5	-0,3	2,1	0,7	-0,4	-1,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-2,3	2,2	-1,6	2,5	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,3	0,4	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,0	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,2	0,9	0,3	1,0	1,9	-0,7	0,3	-0,2	0,7
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,3	0,8	2,1	-2,0	2,5	-0,1	1,2	-0,1	1,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,0	0,3	0,6	-0,8	0,4	0,5	0,6	-0,3	-0,2
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,0	0,0	0,3	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.044	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713
Importações	22.333	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532
Saldo	6.711	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	1,7268	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	-	24,44	1.412,00
2024	**0,43**	**4,00**	**4,00**	**6,54**	**6,17**	**3,88**	**3,27**	**2,18**	**2,28**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,01**	**7,24**	**7,24**	**11,47**	**11,50**	**6,80**	**5,52**	**4,04**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para julho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jul/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-maio 2024	Janeiro-maio 2023	Var. %	maio 2024	maio 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**326,6**	**329,6**	**-0,91**	**31,5**	**58,6**	**-46,28**
Imposto de renda pessoa física	33,8	25,1	34,42	23,0	15,3	50,63
Imposto de renda pessoa jurídica	153,0	150,4	1,74	17,2	16,2	6,18
Imposto de renda retido na fonte	180,0	154,0	16,87	31,5	27,1	16,20
Imposto sobre produtos industrializados	30,4	24,6	23,73	6,2	4,9	26,70
Imposto sobre operações financeiras	26,4	24,6	7,30	5,3	4,5	17,47
Imposto de importação	26,8	22,5	19,47	5,6	4,6	20,87
Cide-combustíveis	1,2	0,0	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	163,5	132,7	23,19	31,8	27,4	16,25
CSLL	81,2	76,4	6,25	9,1	8,7	4,55
PIS/Pasep	45,4	37,2	21,86	8,7	7,5	16,13
Outras receitas	388,1	314,8	23,30	104,6	60,6	72,75
Total	**1.089,6**	**962,4**	**13,22**	**203,0**	**176,7**	**14,89**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**

	fev/24 Valor	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jul/24	jun/24	2024	2023	12 meses	jul/24	jun/24	dez/23	jul/23
IBGE									
IPCA	-	0,21	2,48	4,62	4,23	-	6.941,51	6.773,27	6.667,94
INPC	-	0,25	2,68	3,71	3,70	-	7.141,00	6.954,74	6.880,17
IPCA-15	-	0,39	2,52	4,72	4,06	-	6.813,08	6.645,93	6.542,57
IPCA-E	-	0,39	2,52	4,72	4,06	-	6.813,08	6.645,93	6.542,57
FGV									
IGP-DI	-	0,50	1,11	-3,30	2,88	-	1.117,79	1.105,54	1.082,11
Núcleo do IPC-DI	-	0,34	1,98	3,48	3,65	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,55	0,49	-5,92	2,51	-	1.300,66	1.294,35	1.261,15
IPA-Agro	-	1,52	1,44	-11,34	2,39	-	1.811,00	1.785,32	1.753,26
IPA-Ind.	-	0,19	0,14	-3,77	2,55	-	1.096,06	1.094,53	1.063,37
IPC-DI	-	0,22	2,46	3,55	3,63	-	751,69	733,67	725,85
INCC-DI	-	0,71	2,80	3,49	4,02	-	1.118,83	1.088,31	1.076,63
IGP-M	-	0,81	1,10	-3,18	2,45	-	1.136,41	1.124,07	1.101,20
IPA-M	-	0,89	0,47	-5,60	1,94	-	1.340,52	1.334,20	1.301,20
IPC-M	-	0,46	2,65	3,40	3,70	-	735,41	716,46	709,98
INCC-M	-	0,93	2,63	3,32	3,77	-	1.114,75	1.086,15	1.074,90
IGP-10	0,45	0,83	1,63	-3,56	3,38	1.161,97	1.156,82	1.143,35	1.123,94
IPA-10	0,49	0,88	1,06	-6,02	3,14	1.381,26	1.374,57	1.366,78	1.339,16
IPC-10	0,24	0,54	2,98	3,43	3,88	742,33	740,54	720,87	714,60
INCC-10	0,54	1,06	3,27	3,04	4,20	1.105,16	1.099,18	1.070,21	1.060,64
FIPE									
IPC	-	0,26	1,87	3,15	2,97	-	687,92	675,27	667,19

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia jul/24 0,40% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana jul/24 0,00%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração		Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	abr/24 Valor	abr/24 % do PIB	mai/23 Valor	mai/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.897,1**	**62,16**	**6.787,2**	**61,50**	**5.935,7**	**56,66**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-19,7	-0,18	-27,2	-0,25	11,8	0,11
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-819,0	-7,38	-783,2	-7,10	-750,1	-7,16
Dívida fiscal líquida	**7.735,9**	**69,72**	**7.597,6**	**68,84**	**6.674,0**	**63,71**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.604,4	68,53	7.474,6	67,73	6.667,2	63,64
Dívida externa líquida	-707,3	-6,37	-687,4	-6,23	-731,4	-6,98
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.923,8	53,39	5.826,0	52,79	5.006,3	47,79
Governos Estaduais	859,1	7,74	851,8	7,72	827,5	7,90
Governos Municipais	61,5	0,55	59,1	0,54	40,2	0,38
Empresas Estatais	52,7	0,48	50,2	0,46	61,7	0,59

Necessidades de financiamento do setor público – Fluxos acumulados em 12 meses	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	abr/24 Valor	abr/24 % do PIB	mai/23 Valor	mai/23 % do PIB
Total nominal	**1.061,9**	**9,57**	**1.042,8**	**9,45**	**656,5**	**6,27**
Governo Federal**	871,2	7,85	843,3	7,64	471,1	4,50
Banco Central	107,3	0,97	110,7	1,00	110,2	1,05
Governo regional	73,5	0,66	80,6	0,73	68,5	0,65
Total primário	**280,2**	**2,53**	**266,5**	**2,41**	**-39,0**	**-0,37**
Governo Federal	-47,6	-0,43	-39,0	-0,35	-268,4	-2,56
Banco Central	0,5	0,00	0,7	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-23,6	-0,21	-17,8	-0,16	-21,5	-0,21

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de maio*

Discriminação	Janeiro-maio 2024	Janeiro-maio 2023	Var. %	maio 2024	maio 2023	Var. %
Receita total	**675,9**	**833,3**	**-18,89**	**229,1**	**212,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	446,9	540,1	-17,25	151,2	136,7	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	152,5	191,1	-20,20	50,7	47,7	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,6	102,2	-25,08	27,2	28,2	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**134,5**	**160,0**	**-15,92**	**36,5**	**35,2**	**3,87**
Receita líquida total	**541,4**	**673,3**	**-19,59**	**192,5**	**177,3**	**8,56**
Despesa Total	**521,0**	**623,4**	**-16,42**	**181,0**	**161,1**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	215,2	273,8	-21,38	81,1	69,3	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,6	113,2	-21,71	28,8	27,3	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	103,2	92,1	12,04	28,0	24,6	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	114,0	144,3	-21,02	43,2	39,8	8,41
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,4**	**50,0**	**-59,18**	**11,5**	**16,3**	**-29,44**

Discriminação	mai/24 Valor	mai/24 Var. %	abr/24 Valor	abr/24 Var. %	mai/23 Valor	mai/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-51,94	-0,1	-15,50	0,1	-162,62
Discrepância estatística	0,3	-	-2,5	756,31	1,8	20,90
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-60,8**	**-**	**8,8**	**-**	**-44,9**	**-**
Juros Noniminais	**-66,5**	**-3,99**	**-69,3**	**24,42**	**-62,1**	**55,94**
Result. Nominal do Gov. Central	**-127,3**	**110,45**	**-60,5**	**5,01**	**-107,0**	**381,30**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

INÊS 249

MILTON MALUHY
CEO DO ITAÚ UNIBANCO E ASSINANTE DO VALOR
ECONÔMICO
Valor

Relações externas Taxação de super-ricos enfrenta resistências enquanto o Brasil tem cenário de restrições orçamentárias

Financiar combate à pobreza ainda é desafio global

Kariny Leal e Alessandra Saraiva
Do Rio

O financiamento de políticas de combate à fome e à pobreza e de instrumentos para estimular a transição energética, duas prioridades do Brasil na presidência do G20, enfrentam desafios e oportunidades tanto no cenário doméstico como na arena internacional. No Brasil, que vive um cenário de restrição fiscal com necessidade de cortes no orçamento do governo, a questão é como fazer os dois temas avançarem de forma simultânea. É preciso canalizar recursos para o combate à pobreza e à redução das desigualdades e, ao mesmo tempo, fazer frente a urgências crescentes, caso do enfrentamento da mudança climática.

"Esse conflito não precisa ser dicotômico, o desafio é fazer com que as agendas caminhem juntas", disse Carolina Grottera, diretora de programa da secretaria-executiva do Ministério da Fazenda. O conflito ao qual ela se refere está no fato de que a maior parte dos recursos do governo é canalizada para o combate à pobreza e à redução das desigualdades. Mas casos como a tragédia no Rio Grande do Sul mostram que é preciso enfatizar a prevenção de tragédias ambientais.

Grottera esteve nesta terça (23) entre os palestrantes do evento: "O desafio de financiar o desenvolvimento inclusivo e sustentável", da série de encontros sobre o G20 promovida pelos jornais "O Globo" e **Valor** e rádio CBN. No painel do qual Grottera participou ao lado de outros especialistas foram mencionados ainda temas como o custo de capital mais alto nos países emergentes, incluindo o Brasil, para financiar a transição energética. Também foi citada a necessidade de cooperação internacional para melhorar o financiamento e a implementação de programas de combate à pobreza.

Uma das frentes nas quais existem parcerias em andamento é a dos bancos de desenvolvimento. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) trabalha não só para financiar projetos, mas para servir de ligação com outros atores: "Nosso papel é articular com diversos atores para trazer inovações e fazer com que os projetos saiam do papel. É servir de ponte com a poupança global, que tem muito interesse em financiar projetos alinhados em ESG [sigla de práticas ambientais, sociais e de governança corporativa]", disse Morgan Doyle, representante do BID no Brasil.

Doyle disse que este ano o banco aprovou um aumento de capital do braço privado, o BID Invest, que permitirá dobrar a capacidade de emprestar: "O Brasil vai ser um dos principais beneficiados desse incremento. Outro papel relevante que cumprimos no Brasil é sobre PPPs [Parcerias Público-Privadas], infraestrutura e serviços públicos."

Grottera, da Fazenda, acrescentou que agentes privados estão interessados em investir em novos mercados e mobilizar recursos. "O Brasil tem todas as condições [de atrair capital], temos instituições financeiras interessadas." Na visão da executiva, existem setores com mais aptidão para modelagens que combinam iniciativas públicas e privadas, como concessões e PPPs. É o caso de projetos de infraestrutura de baixo carbono e saneamento básico, por exemplo.

Da esq. para dir.: Carolina Grottera, Morgan Doyle, Pedro Ferreira de Souza e Bruna Mascotte no encontro do G20

Bruna Mascotte, sócia sênior da Catavento Consultoria, também presente no painel, disse que o custo de capital dos países emergentes tem sido fator limitante na recepção de recursos, especialmente voltados a tecnologias de transição energética: "Existem recursos, fundos e investidores interessados, mas a relação risco-retorno dos projetos pode não ser atrativa." Para Mascotte, é necessário aprimorar o ambiente regulatório para minimizar riscos de governança e instabilidades políticas.

Um dos temas centrais no debate do G20 é a possibilidade de taxar super-ricos como forma de aumentar receitas extraordinárias e ter recursos para financiar programas. Mas um consenso em torno ao tema não é fácil, como diz Pedro Ferreira de Souza, sociólogo e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). "A ideia de taxar os super-ricos não é simples, por falta de apoio para aprovação." Para ele, a proposta atual é radical, mas também razoável, para tentar amadurecer o tema.

Para além dessa agenda, Souza vê desafios em como financiar a redução da pobreza. "Existem várias tensões [no mundo] que estão testando os compromissos dos países. A retórica é a favor da erradicação da pobreza, mas precisamos ver se esses países estão comprometidos com esses objetivos", afirmou. Na visão dele, o Brasil pode ser exemplo de expansão de programas de financiamento para erradicação da pobreza: "O Brasil se cacifa para ter influência global de boas práticas. O país tem muito a contribuir para o mundo alcançar o objetivo ousado em 2030 de erradicar a extrema pobreza." A erradicação da pobreza em 2030 é uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), da Organização das Nações Unidas (ONU).

O pesquisador reforça que, para o Brasil se manter nessa posição, é necessário sustentar os volumes atuais de financiamento, mas reconhece que não é simples: "Existe uma trajetória irregular no país, mas é importante proteger o orçamento para que o programa mantenha impacto. É complicado, mas são escolhas políticas."

Brasil quer união de países para eliminar a fome

Alessandra Saraiva
Do Rio

O mundo fracassou em erradicar extrema pobreza e a fome. A afirmação partiu de Wellington Dias, ministro do Desenvolvimento Social e coordenador do grupo de trabalho de combate à Fome no âmbito do G20; grupo que reúne as 20 maiores economias do mundo.

Dias salientou que, embora o fim da pobreza e da fome conste nos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU até 2030 — estabelecidos pelas Nações Unidas em 2015 —, o combate a esses problemas persiste.

Ele fez as declarações durante o seminário "O Desafio de Financiar o Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável". Esse é o terceiro evento presencial do projeto G20 no Brasil, que une o Valor, "O Globo" e rádio CBN na cobertura da presidência brasileira do grupo dos países mais ricos do mundo.

O projeto discute como levantar recursos e replicar políticas de desenvolvimento social, mitigação das mudanças climáticas e transição energética.

No evento, realizado nesta terça-feira, no Rio, Dias pediu a outras nações a se unirem ao Brasil na Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Não somente as que integram G20, mas de todo o mundo. A aliança será lançada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ministros, nesta quarta-feira (24) no Rio.

Dias salientou no entanto que, embora o mundo não tenha vencido luta contra extrema pobreza e fome, alguns países não ficaram parados, nas últimas duas décadas — entre eles o Brasil, disse. Ele lembrou que, em 2014, o país saiu do chamado "Mapa da Fome". Esse mapeamento global sobre população com insegurança alimentar, feito pela FAO, agência Nações Unidas que lidera esforços internacionais para derrotar o problema.

O ministro ressaltou que, em 2022, o país voltou ao "Mapa". Ainda não há certeza se o Brasil sairá do "Mapa", na edição mais recente do levantamento, referente a 2023, que também será anunciada nesta quarta-feira na capital fluminense, admitiu ele.

> "A pobreza, a fome é consequência da concentração [de renda]"
> *Viviana Santiago*

"Estou confiante que vamos ter registro de forte queda [de insegurança alimentar] para 2023, mas ainda temos dois anos ruins, o de 2022 e o de 2021", disse, a lembrar que esses dois últimos anos eram de pandemia. "Nós temos perspectiva de 2024, 2025, 2026 seguir caindo [a insegurança alimentar]. E digo que bem mais cedo do que fizemos lá entre 2003 e 2014, o Brasil sai do Mapa da Fome", afirmou.

Mas, na análise do ministro, para lutar contra fome no Brasil, agora, não é suficiente somente prover cesta de alimentos. É preciso olhar para o problema de forma integrada. Não somente prover renda, mas auxiliar na procura de moradia; fortalecer merenda escolar, e baratear produção, para que mais comida possa chegar à mesa dos brasileiros, afirmou.

Outros especialistas no evento também defenderam solução integrada nos combates à pobreza, à extrema pobreza e à fome. Para eles, é preciso discutir, na sociedade, concentração de renda; questão racial; e ausência de maior volume de financiamentos, para empreendedorismo.

"Temos que endereçar a questão inteira; não temos pobreza como obra do destino", disse Viviana Santiago, diretora executiva da Oxfam Brasil. "A pobreza, a fome é consequência da concentração [de renda]", afirmou.

Por sua vez, Carolina Almeida, assessora internacional do Geledés — Instituto da Mulher Negra, defendeu mais políticas públicas, proativas, para combater desigualdades raciais e de gênero. Assim como Santiago, ela ressaltou que populações pretas e femininas são economicamente frágeis, com maior presença em emprego informal.

Sobre políticas públicas, Marcelo Neri, diretor do FGV Social, defendeu também o uso de experiências de financiamento local para fortalecer o empreendedorismo. Um exemplo citado por ele foi o crédito produtivo, como Crediamigo — programa do banco Nordeste de microcrédito.

Neri admitiu que ainda há muito a ser feito no combate à extrema pobreza e à fome no país. "Temos legitimidade [o Brasil] por ter reduzido o problema ao longo do tempo", disse, salientando que não se pode ficar "satisfeito" com o atual cenário no Brasil sobre a pobreza e a fome.

País quer liderar reconstrução internacional de florestas

Victoria Netto
Do Rio

A diretora socioambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Tereza Campello, afirmou nesta terça-feira (23) que a recomposição da Floresta Amazônica é uma das missões do Brasil, alinhada às ações que o país planeja mostrar na COP30, em Belém, em 2025. Ela afirmou que o país pretende liderar a reconstrução de florestas tropicais em escala global.

Campello detalhou o "Arco de Restauração da Amazônia" no evento Estados do Futuro, convenção paralela ao G20, no Rio. O programa do banco, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), prevê recuperar 24 milhões de hectares da floresta tropical. Ao todo, a iniciativa deve movimentar cerca de R$ 204 bilhões até 2050 e retirar 1,65 bilhão de toneladas de carbono da atmosfera em 30 anos.

> "Metas nacionais não são suficientes se países não cumprirem suas partes"
> *Miriam Belchior*

O programa foi anunciado pela primeira vez na COP28, em 2024. Na ocasião, o BNDES informou que daria o primeiro passo, com investimentos de R$ 1 bilhão — sendo R$ 450 milhões do Fundo Amazônia e R$ 550 milhões do Fundo Clima. Em maio, o edital Restaura Amazônia selecionou três entidades para projetos de restauração, com os primeiros recursos.

"O Brasil estabeleceu esta meta, mas vamos precisar de ajuda internacional. É uma entrega para o Brasil, mas também para o mundo. Queremos liderar e contribuir para a reconstrução de florestas em outros países", disse Campello.

O programa está dividido em duas fases: a primeira, até 2030, contará com a recuperação de 6 milhões de hectares, com um investimento estimado de R$ 51 bilhões (US$ 10 bilhões). A segunda etapa, entre 2030 e 2050, envolve a recuperação de outros 18 milhões de hectares, com investimentos de R$ 153 bilhões (ou US$ 30 bilhões).

"O Brasil estabeleceu esta meta, mas vamos precisar de ajuda internacional. É uma entrega para o Brasil, mas também para o mundo. Queremos liderar e contribuir para a reconstrução de florestas em outros países", disse Campello.

O arco de restauração se estende entre o Pará e o Acre, e a ideia é transformar o desmatamento em recuperação. "Estamos falando de restaurar a floresta com a sua biodiversidade e em reconstruir esse território, garantindo o conjunto dos serviços ecossistêmicos, desde rios voadores, flores e fauna até as próprias populações."

"Muitos países falam em reduzir suas emissões, mas só isso não é mais suficiente. O aquecimento em 1,5ºC já está contratado, agora precisamos também mitigar os impactos, e não existe uma tecnologia hoje no mundo que permita capturar carbono em escala a não ser reconstruir a floresta", disse.

Também no evento, a secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, destacou que a ação climática exige esforço conjunto multilateral. "As metas nacionais, como as do clima, não são suficientes se os países não cumprirem suas partes. Não basta criar Arco da Restauração se os outros países não fizerem esforços semelhantes."

O diretor do BNDES Nelson Barbosa defendeu a necessidade de coordenação internacional para a taxação progressiva. "Os países estão tentando recompor suas receitas com a taxação de pessoas e corporações. Mas isso precisa ser feito de forma coordenada. O país que tentar fazer isso sozinho sofrerá com a evasão de capital e a realocação de recursos. Por isso, precisa ser um tema de coordenação dentro do G20."

Dino cutuca o vespeiro do orçamento secreto

Fernando Exman

A aparente calmaria do recesso parlamentar deixou à sombra um tema que, quando recolocado ao sol, movimentará as placas tectônicas existentes entre os três Poderes. A potencial causa do terremoto é o chamado "orçamento secreto".

Implementado durante o governo Bolsonaro e aparentemente mantido durante a administração Lula, ele permanece no radar do Supremo Tribunal Federal (STF) e será tema de uma audiência de conciliação convocada pelo ministro Flávio Dino para 1º de agosto.

É conhecida a insatisfação de parte do Poder Judiciário com o desfecho do processo que considerou inconstitucional essa prática. O caso foi considerado uma prioridade em 2022 por Rosa Weber, que presidia a Corte e relatava o processo. Não à toa, foi colocado em julgamento em dezembro daquele ano, justamente durante o período de transição entre os dois governos. O mecanismo, considerado pouco transparente e de difícil controle, havia sido questionado pelos partidos políticos PSB, Cidadania, Psol e PV.

Vivia-se um momento em que as emendas de relator ao Orçamento-Geral da União estavam passando de R$ 16,5 bilhões para R$ 19,4 bilhões, na comparação entre os orçamentos de 2022 e 2023.

Dino passava por outra etapa de sua carreira. Recém-eleito senador pelo PSB do Maranhão e cotado para assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública, ele tinha acabado de conceder uma entrevista à CNN na qual criticou enfaticamente o mecanismo utilizado pelo Congresso para avançar sobre a gestão dos recursos orçamentários, em detrimento do Poder Executivo. Segundo ele, sua prioridade ao assumir uma cadeira no Senado seria acabar com o orçamento secreto.

"É muito importante conseguirmos superar um dos graves problemas que há no nosso país, que é o orçamento secreto. É preciso acabar com essa modalidade de destinação de recursos financeiros orçamentários que têm se prestado a muitas distorções, perda de qualidade no gasto público e também cometimento de ilicitudes, crimes. Essa é uma questão prioritária", disse na entrevista.

Não houve tempo hábil para levar o plano adiante. Dino ficou pouquíssimo tempo no Senado, praticamente os momentos necessários para tomar posse, licenciar-se e assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

No novo cargo, chegou a ser questionado em uma audiência pública na Câmara. Respondeu que se tratava de um assunto do Parlamento. Sua pasta não era a responsável pela gestão orçamentária do país, desviou.

Meses depois, foi indicado para a vaga aberta no Supremo após a aposentadoria da ministra Rosa Weber e dela herdou o acervo do gabinete. Nada fora do padrão. Entre esses processos, contudo, lá estava o que questiona se a decisão anterior da Corte, aquela que visava barrar o orçamento secreto por considerá-lo inconstitucional, vem sendo devidamente respeitada.

Primeiro, o ministro pediu informações ao Palácio do Planalto e ao Congresso. Com as respostas em mãos, e a constatação de que até o presente momento não houve "comprovação cabal nos autos do pleno cumprimento" daquela ordem judicial, decidiu então realizar a audiência de conciliação. Dela devem participar o procurador-geral da República, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), o ministro-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU) e os chefes das advocacias do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, além do advogado do Psol. A sigla é a responsável pelo questionamento.

Chama atenção o esclarecimento do Ministério do Planejamento e Orçamento que foi encaminhado ao STF. Ele aponta que uma parcela das emendas parlamentares ainda não apresenta exigência de necessidade de indicação de beneficiário nem de ordem de prioridade pelos seus autores. Internamente, avalia-se no Supremo que a resposta demonstra, com outras palavras, que a prática continua.

Em meio à expectativa quanto aos rumos da ação, diz-se no Congresso que é possível, sim, aprimorar as chamadas "emendas Pix". Essa modalidade permite transferências diretas a prefeituras, e também é um mecanismo criticado pela falta de transparência e controle.

Segundo um influente parlamentar, uma solução poderia ser encontrada pela cúpula do Congresso e incluída, por exemplo, na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano que vem que está em tramitação. A ideia seria assegurar que as "emendas Pix" tenham um "objeto definido", desde que o Supremo não tente proibir as emendas de bancada e comissão.

No Palácio do Planalto, a avaliação é que os parlamentares sinalizam disposição em calibrar as "emendas Pix" justamente como forma de blindar as emendas de comissão. Já houve embate recentemente entre os dois Poderes devido ao calendário de pagamento destas emendas.

Em outras palavras, existe a expectativa no governo de recuperar espaço na gestão de recursos orçamentários. E é real, também, o risco de alguns partidos que integram a base de sustentação do Planalto no Congresso reagirem de maneira brusca a uma nova atuação do STF nesse campo.

Por enquanto, as placas estão se movendo devagar e silenciosamente. Mas os tremores podem começar a partir de agosto.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
E-mail fernando.exman@valor.com.br

Congresso Relator da proposta resiste em fazer mudanças negociadas com operadoras

Planos de saúde podem ter projeto alternativo na Câmara

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 10/7/2024

Duarte Junior diz que não foi alertado sobre eventual saída da relatoria ou análise de projeto alternativo e que Lira teria sinalizado com votação no 2º semestre

A resistência do deputado Duarte Junior (PSB-MA) a mudanças no seu relatório sobre o projeto de lei (PL) dos planos de saúde pode fazer com que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), decida pautar um projeto alternativo no plenário para validar o acordo entre a Câmara e as operadoras que suspendeu o cancelamento unilateral dos planos.

O acordo foi selado em reunião entre Lira, Duarte e representantes dos maiores planos de assistência médica em maio, diante da ameaça de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara para investigar o cancelamento unilateral dos contratos de idosos e de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

As empresas comprometeram-se a retomar os contratos cancelados e suspender novas revogações enquanto o projeto era discutido, mas dois meses se passaram sem avanços. No período, a Câmara focou em outros temas, como a regulamentação da reforma tributária, e o assunto pode ficar para depois das eleições municipais, em outubro.

> "Operadoras pressionam para permitir a rescisão unilateral, o que eu não concordo"

Duarte Júnior é um advogado ligado as causas de defesa do consumidor, ex-presidente do Procon do Maranhão e é pré-candidato à Prefeitura de São Luís. Ele foi nomeado por Lira relator no ano passado e apresentou parecer que se tornou alvo de críticas das operadoras de planos pelo impacto financeiro que as mudanças causariam.

Entre as propostas estão proibir o cancelamento unilateral se o atraso na mensalidade não for superior a 60 dias, a regulação dos planos de saúde coletivos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), um teto de 30% para o valor da coparticipação cobrada dos usuários pela utilização do serviço e maior transparência para negativas de procedimentos.

Em conversas com interlocutores, Lira descartou retirar Duarte da relatoria da "reforma dos planos de saúde", mas indicou que pode utilizar algum outro projeto sobre o tema para levar a questão dos cancelamentos unilaterais dos contratos ao plenário. Ainda não há decisão sobre se isso de fato ocorrerá e nem qual seria esse projeto ou o relator dessa matéria.

Dentro desse novo texto, a intenção é acolher também demandas das operadoras por mudanças na legislação que permitam redução dos custos e oferta de novos produtos, como os "planos segmentados" — que permitiriam acesso da população de baixa renda a consultas médicas e atendimento ambulatorial, mas não a internação ou cirurgias.

Ao **Valor**, Duarte disse que não foi alertado sobre eventual saída da relatoria ou votação de um projeto alternativo e que Lira sinalizou há três semanas que o parecer poderia ser votado neste segundo semestre. "As operadoras pressionam para permitir a rescisão unilateral dos contratos, o que eu não concordo. O relatório está redondinho para ser votado e proíbe isso", disse.

Tabata pede que MP apure ação de Marçal nas redes

Lilian Venturini
De São Paulo

O PSB, partido da deputada Tabata Amaral, pré-candidata à Prefeitura de São Paulo, encaminhou ao Ministério Público Eleitoral uma representação com pedido para investigar o empresário e influenciador digital Pablo Marçal, pré-candidato do PRTB à prefeitura. A deputada aponta atuação ilegal do adversário nas redes sociais porque ele se valeria de uma "estratégia de cooptação" irregular de seguidores para disseminar conteúdo eleitoral.

A representação trata da prática de Marçal de pagar seus seguidores para republicarem cortes de seus vídeos nas redes sociais. O pré-candidato do PRTB tem mais de 11,9 milhões de seguidores no Instagram e 2,2 milhões no TikTok.

A peça, assinada pelos advogados Hélio Freitas de Carvalho da Silveira e Marcelo Santiago de Padua Andrade, usa como referências reportagens do jornal "O Globo" e do site "Núcleo Jornalismo", que recentemente revelaram a conduta adotada por Marçal. "O Globo", em junho, identificou ao menos 50 perfis dedicados a repercutir os conteúdos feitos pelo empresário com a promessa de retorno financeiro. O "Núcleo", na semana passada, mostrou que o canal "Discord do Marçal' promete dar prêmios de R$ 300 a R$ 7 mil aos seguidores que atingissem a meta de visualização.

O problema desse "batalhão ou exército de influenciadores", segundo os advogados do PSB, é que entre os vídeos replicados há conteúdos de teor eleitoral, com abordagem positiva para Marçal e negativa para seus adversários. "E essa atuação maliciosa, que em milhares de casos é remunerada pelo próprio pré-candidato ou por alguma empresa de sua propriedade, está em desconformidade com as regras e os princípios norteadores do direito eleitoral", diz a representação.

Desde maio Marçal se apresenta como pré-candidato a prefeito. Em suas redes, além de mensagens sobre suas empresas e de auto-ajuda, ele compartilha vídeos de entrevistas que concede e de agendas pela cidade como pré-candidato. De acordo com o PSB, os conteúdos replicados pela rede de apoiadores que recebe dinheiro incluem vídeos com críticas a seus futuros adversários, entre os quais Tabata, o atual prefeito Ricardo Nunes (MDB) e o deputado Guilherme Boulos (Psol).

A campanha eleitoral ainda não está autorizada e na internet será permitida apenas a partir de 16 de agosto. A atual legislação também proíbe impulsionar conteúdos ou remunerar ou monetizar pela publicação de postagens.

Para os advogados de Tabata, Marçal desrespeita a Lei Eleitoral (nº 9.504) e resoluções do TSE sobre divulgação de conteúdos político-eleitorais e de propaganda eleitoral na internet. Os advogados citam artigo que proíbe a contratação de pessoas físicas ou jurídicas para fazer publicações em seus perfis nas redes sociais de cunho eleitoral. A defesa alega que esse tipo de conduta pode comprometer a "lisura e a normalidade das eleições", o que configura o caráter abusivo da prática e o uso irregular da internet.

Na peça, os advogados pedem que o Ministério Público apure os fatos, que identifique todos os perfis envolvidos na disseminação de conteúdos, além de notificar Marçal para informar o valor total pago àqueles perfis e a origem do dinheiro.

Procurada, a assessoria do empresário não comentou porque Marçal ainda não foi notificado oficialmente sobre a representação.

Curtas

Desistência

O deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ) desistiu de ser o candidato a vice na chapa à reeleição do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD). A decisão foi comunicada pelo parlamentar ao pré-candidato na segunda-feira (22), dois dias após o partido oficializar Paes como postulante ao Palácio da Cidade. De acordo com aliados, Pedro Paulo, que era até então o preferido do prefeito para ser vice na chapa, abriu mão da candidatura por causa da suposta existência de um vídeo íntimo que, se divulgado em meio à eleição, poderia ser explorado por adversários. Procurado, o deputado não respondeu à reportagem. A assessoria de comunicação de Paes confirmou a informação da desistência de Pedro Paulo. A equipe informou que o prefeito vai se manifestar sobre quem será o vice em momento oportuno.

Vice confirmado

O PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, confirmou em convenção a indicação do coronel da reserva da Polícia Militar Ricardo Mello Araújo para ser o vice na chapa do prefeito Ricardo Nunes (MDB) nas eleições municipais. A escolha de Araújo, ex-comandante da Rota, foi imposta por Bolsonaro como parte da negociação para o PL apoiar a reeleição de Nunes. A convenção foi realizada na noite de segunda-feira (22). No evento o PL também oficializou os pré-candidatos a vereador. Mantida a escolha de Mello Araújo, estas eleições serão as primeiras do coronel da reserva e ex-diretor-presidente da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), função que desempenhou entre 2020 e 2022 a convite de Bolsonaro. Em seu discurso, o pré-candidato elogiou a gestão de Nunes e disse não temer desafios.

EUA A inflação recorde de 2022, a maior em 40 anos, ainda está no foco dos americanos, apesar da taxa ter recuado para 3% ao ano

Legado econômico de Biden será o grande desafio dos democratas

Greg Ip
Dow Jones Newswires

O presidente dos EUA, Joe Biden, queria ser um presidente transformador que expandisse o papel do Estado na vida americana, como fez Lindon Johnson. Em grande medida, ele conseguiu, aprovando leis importantes sobre infraestrutura, produção de semicondutores e energia limpa.

Mas quando o público pensa no histórico econômico de Biden, ele se concentra na inflação, que em 2022 atingiu o maior nível em 40 anos, recuando depois. A inflação já ameaçava a reeleição de Biden antes que as preocupações com a sua idade surgissem e o levassem à desistência da disputa e ao apoio à candidatura da vice-presidente Kamala Harris à presidência.

A questão agora é se Kamala (ou qualquer outro democrata) será igualmente afetada pela insatisfação pública em relação à economia — ou se ela poderá se concentrar no futuro, caso em que tem mais chances contra o candidato republicano Donald Trump.

A candidata democrata (ou, numa hipótese mais remota, o candidato) terá de enfrentar o histórico econômico de Biden. O Plano de Resgate Americano de US$ 1,9 trilhão que Biden assinou pouco após assumir o cargo, personificou tanto a sua ambição como seu alcance. Biden e sua equipe viam esse plano como um canal para atingir objetivos progressistas. A proposta seria seguida pelo programa "Build Back Better" (Reconstruir melhor), que direcionaria bilhões de dólares para as energias limpas, a pré-escola universal, ampliação dos subsídios à saúde, licenças remuneradas, cuidados infantis e com os idosos, e habitação pública. Como a economia estava em crise, raciocinaram eles, quanto mais gastassem, melhor.

Mas a premissa estava errada. A economia não estava em crise. Ela vinha crescendo em ritmo acelerado desde a metade de 2020 graças aos estímulos aprovados por Trump, ao fim do distanciamento social da covid e às vacinas. Ela não estava sendo travada pela demanda inadequada, e sim pela oferta inadequada, uma vez que a pandemia comprimiu as cadeias logísticas e expulsou milhões da força de trabalho. A colisão da nova demanda com a oferta limitada fez a inflação disparar.

O programa "Reconstruir melhor" acabou afundando devido à oposição do senador democrata moderado Joe Manchin da Virgínia Ocidental. Em retrospecto, Manchin pode ter feito um favor a Biden. Sua oposição impediu outro possível aumento de gastos inflacionário.

Enquanto isso, partes menores da agenda de Biden passaram separadamente, como a Lei da Infraestrutura e dos Investimentos, a Lei dos Chips e da Ciência e a Lei da Redução de Inflação, as duas primeiras com votos republicanos.

Seu legado final ainda está para ser visto. A Lei dos Chips está levando para os EUA a capacidade de fabricar semicondutores avançados que hoje existe exclusivamente na Ásia. A Lei da Redução da Inflação encorajou os investimentos em energia solar, veículos elétricos e baterias.

A legislação representa uma grande mudança na política industrial dos EUA — o uso de instrumentos do Estado para alocar capital para setores favorecidos. A mudança provavelmente perdurará mesmo que Trump, que compartilha do ceticismo de Biden com o livre comércio e o gosto pela indústria nacional, retornar à Casa Branca no ano que vem.

> Em 2008, a quebra do Lehman Brothers enterrou as chances de John McCain frente Barack Obama

As três leis foram amplamente populares, mas mal ficaram registradas na consciência do público. Em vez disso, diversas pesquisas mostraram uma grande desaprovação com a maneira como Biden está conduzindo a economia, uma desconexão que frustrou as autoridades do governo e deixou observadores externos perplexos. Afinal, em termos de crescimento do PIB e da criação de empregos, ou da redução do desemprego, o histórico do presidente até agora está entre os melhores entre qualquer mandato desde 1980.

Até mesmo a inflação, embora ainda acima dos 2% prevalecentes antes da pandemia, foi reduzida para cerca de 3% ao ano e aproxima-se o suficiente de 2% a ponto de o Federal Reserve (Fed, o BC americano) dever começar em breve a reduzir as taxas de juros.

Os resultados são ofuscados pelo aumento acumulado de 20% nos preços desde que Biden assumiu o cargo, pela falta de moradias no mercado e a incapacidade dos salários de acompanhar os preços. Esses fatores contribuem para uma sensação generalizada de instabilidade alimentada por mudanças na vida e no trabalho e provocadas pela pandemia, altos níveis de imigração não autorizada, guerras na Ucrânia e em Gaza e intensificação da polarização.

Os historiadores decidirão o verdadeiro legado econômico de Biden. Por enquanto, a questão mais premente é se a antipatia pública arrastará de forma semelhante qualquer um que tomar o seu lugar como candidato democrata à presidência.

Será quase impossível para Kamala se distanciar do histórico de Biden. De forma semelhante, o vice-presidente Hubert Humphrey, que se tornou o candidato democrata em 1968, depois que Johnson se recusou a concorrer à reeleição, teve que lutar para se distanciar da profundamente impopular guerra do Vietnã e acabou perdendo por pouco para Richard Nixon.

Um "outsider" como o governador da Pensilvânia, Josh Shapiro, ou a governadora de Michigan, Gretchen Whitmer, teria menos bagagem que Harris, mas ainda assim enfrentaria a maior parte da ira contra o atual governo. Em 2008, o republicano John McCain estava próximo do democrata Barack Obama nas pesquisas até a metade de setembro, quando o banco Lehman Brothers quebrou. McCain concorria para suceder outro republicano, George W. Bush, e os eleitores atribuíram a crise que se seguiu ao partido que então ocupava a Casa Branca.

Ainda assim, embora qualquer candidato democrata tenha que assumir o histórico de Biden, ele ou ela poderá pelo menos se sair melhor defendendo-o e contra-atacando Trump com mais eficiência do que Biden em sua desastrosa atuação no debate de junho.

Embora o público se lembre com carinho da economia de Trump, ele tem vulnerabilidades. Seu companheiro de chapa, J.D. Vance, pode parecer adotar um discurso populista pró-trabalhadores, mas a retórica de Trump ainda enfatiza os cortes de impostos e as tarifas, nenhum dos dois particularmente popular. Economistas acreditam que seu plano de aumentar tarifas, deportar imigrantes ilegais e reduzir impostos poderá aumentar a inflação, as taxas de juros e os déficits. Ninguém sabe se eles estão certos. Mas quanto mais o candidato democrata puder falar sobre o futuro sob Trump, em vez do passado sob Biden, melhores serão as suas chances.

Com delegados suficientes para nomeação, Kamala faz 1º comício

DANIEL STEINLE/BLOOMBERG

A vice-presidente dos EUA, Kamala Harris, fez ontem o primeiro comício após assumir a candidatura presidencial democrata com a saída de Joe Biden da disputa. Segundo a agência Associated Press, ela já tem o número de delegados suficientes para que sua nomeação seja formalizada na Convenção Democrata de 19 a 22 de agosto. Durante o discurso para partidários em Wisconsin (foto), ela reforçou seu antagonismo com seu rival republicano, o ex-presidente Donald Trump. Desde domingo, ela arrecadou mais de US$ 100 milhões em doações e recebeu ontem o apoio dos líderes democratas no Senado, Chuck Schumer, e na Câmara, Hakeem Jeffries. Uma pesquisa de voto nacional Ipsos/Reuters mostrou Kamala em empate técnico, mas numericamente a frente de Trump, por 44% a 42% — com margem de erro de 3 pontos percentuais.

Partidos mudam estratégias com saída de Biden

Aaron Zitner, Alex Leary e Vivian Salama
Dow Jones

Há meses os eleitores vinham dizendo que não gostavam de suas opções para presidente neste ano. Agora, a campanha à Casa Branca depende em grande parte de saber se eles vão recompensar o Partido Democrata por ter dado a eles uma nova opção.

A disputa tem sido moldada em grande medida pela questão de quem os democratas escolherão para substituir Joe Biden na chapa eleitoral: a vice-presidente Kamala Harris ou algum outro candidato. Os republicanos têm se preparado para uma possível candidatura de Kamala e, após Biden retirar-se da disputa eleitoral no domingo, publicaram de imediato um anúncio atacando-a. Caso surja algum outro candidato democrata, a eleição trará incertezas muito maiores aos republicanos e aos eleitores.

O MAGA Inc, principal grupo de fundos eleitorais de apoio a Donald Trump, informou que gastará US$ 11 milhões nas próximas duas semanas em anúncios contra Kamala. Em exibição desde o domingo à noite na TV aberta nos Estados-pêndulo da Pensilvânia, Arizona e Geórgia, os anúncios tentam transferir para ela as baixas avaliações de Biden nos temas da inflação e imigração. Também diz que ela ajudou a mascarar o "óbvio declínio mental" de Biden.

A propaganda é mais um sinal de que os republicanos planejam acusar Kamala e outros democratas de cúmplices de um suposto acobertamento dos problemas de saúde e dos lapsos de Biden. Aliados de Trump também argumentam que os democratas subverteram a vontade de seus eleitores ao afastar um candidato que havia dominado as primárias deste ano.

Terry Sullivan, que gerenciou a campanha presidencial de 2016 do senador Marco Rubio, observou que "toda a campanha de Trump foi baseada em concorrer contra o histórico de Biden, desde a inflação até a crise na fronteira".

Trump foi às plataformas de relacionamento social on-line no domingo à noite para reclamar da inesperada mudança de rota dos democratas. "Então, somos obrigados a gastar tempo e dinheiro lutando contra o 'crooked' [desonesto, em inglês] Joe Biden, ele vai mal nas pesquisas após ter um debate terrível e desiste da corrida. Agora temos que começar tudo de novo", escreveu, citando o apelido que usa para Biden.

Entre os democratas, o ímpeto a favor de Kamala cresceu rapidamente. Vários governadores e parlamentares de destaque, incluindo vários vistos como possíveis desafiantes a ela ou escolhas para vice-presidente, manifestaram apoio à recém-anunciada candidatura de Kamala. A plataforma de arrecadação de fundos democrata ActBlue informou ter arrecadado US$ 100 milhões em doações para todos os grupos democratas desde que Kamala se tornou candidata. O grupo destacou que domingo foi o maior dia de arrecadação do ciclo de 2024.

Qualquer novo candidato dá aos democratas a chance de se livrar do problema representado pela idade de Biden e pelo declínio de sua agudeza mental, que ficou à vista quando o presidente de 81 anos sofreu lapsos cognitivos durante seu debate contra Trump em junho. Kamala, 59 anos, apresenta um contraste muito diferente em relação a Trump, 78, do que Biden.

Agenda política de Kamala tende mais ao pragmatismo

Tarini Parti e Alexander Saeedy
Dow Jones

Antes de um almoço com a vice-presidente Kamala Harris na Casa Branca em março, o presidente-executivo do JP Morgan Chase, Jamie Dimon, não sabia o que esperar. Dimon não tinha certeza de sua agenda política em relação à economia e os negócios. Suas interações anteriores com Kamala tinham sido limitadas, embora os dois tivessem tido um intercâmbio tenso quase uma década antes, quando ela era procuradora-geral da Califórnia durante a crise de inadimplência dos financiamentos imobiliários.

Ele saiu do encontro na Casa Branca achando que Kamala tinha sido razoável e aberta a melhorar a forma como o governo e as corporações podem trabalhar juntos, segundo fontes a par da discussão.

O surgimento de Kamala Harris como provável candidata democrata volta as atenções para as visões políticas e o estilo de governo da vice-presidente. Dado o seu breve período no Senado e o fim precoce de sua candidatura presidencial, Dimon e outros afirmaram saber pouca coisa sobre suas posições, o que foi suficiente para os republicanos a classificarem como uma liberal radical nos últimos quatro anos.

"Houve um pouco de confusão nas primárias democratas de 2020, mas eu acho que os três anos e meio de serviço na Casa Branca esclareceram isso", disse Matt Bennett do centro de estudos Third Way, de tendência política centrista. "Ela tem sido a moderada pragmática que vimos quando ela estava na Califórnia e no Senado."

Se ganhar a indicação do partido, é pouco provável que Kamala altere dramaticamente as posições políticas adotadas pela campanha Biden tão perto da eleição, afirmam alguns de seus aliados. Ela já vinha percorrendo o país defendendo as políticas do governo, centrando sua mensagem no direito ao aborto e às liberdades democráticas que seu partido diz que estariam ameaçadas se o candidato republicano Donald Trump conseguir outro mandato em novembro.

A campanha de Trump sinalizou que atacará Kamala não só por seu tempo como vice-presidente, como também por seu histórico na política californiana, inclusive como procuradora-geral. "Kamala será ainda pior para o povo da nossa nação do que Joe Biden", disseram os assessores de Trump Chris LaCivita e Susie Wiles em um comunicado no domingo. "Kamala precisa defender o governo fracassado de Biden e seu histórico liberal e fraco no combate ao crime na Califórnia." Um representante de Kamala não respondeu a um pedido para comentários.

Ao contrário de Biden, o perfil nacional de Kamala foi construído com base em sua experiência jurídica — e não sobre grandes propostas políticas ou negociações legislativas. Ela chamou pela primeira vez a atenção dos ativistas democratas e grandes doadores por sua abordagem agressiva ao questionar os nomeados do governo Trump.

Também em contraste com o presidente, que ao longo de sua carreira política alinhou-se ao centro do Partido Democrata, as visões de Kamala Harris não foram tão claramente definidas em termos ideológicos.

Kamala forma suas opiniões após deliberações detalhadas, segundo fontes que já trabalharam com ela ao longo dos anos, e reluta em apoiar sempre mudanças políticas imediatas e abrangentes.

"Ela realmente quer entender quais são os dados e as evidências para apoiar um possível curso de ação", diz Jill Habig, que trabalhou para Kamala em diferentes funções, incluindo diretora de políticas em sua campanha para o Senado. "Ela realmente quer entender não apenas a ideia na teoria, mas como ela de fato vai funcionar na prática. Ela sempre diz: 'Fale comigo, como isso vai chegar às ruas?' Como isso vai realmente funcionar para as pessoas reais em suas vidas ocupadas?"

Durante as primárias de 2020, com os candidatos se alinhando claramente à ala moderada ou à progressista do partido, Kamala se apresentou como uma ponte entre os dois lados, com o apoio de ideias liberais, mas planos de menor alcance.

Em Wall Street, porém, ela ganhou a reputação de defensora pública progressista em parte por causa de como processou grandes bancos por suas atuações quando era procuradora-geral da Califórnia, entre 2011 e 2017. Ela processou bancos como o JP Morgan Chase, Bank of America e Citigroup, além de grandes agências de classificação de crédito como a Standard & Poor's, e a maior parte dessas instituições resolveram os litígios e pagaram ao Estado centenas de milhões de dólares.

Deanne Millison, ex-assessora-chefe de economia da vice-presidente, diz que Kamala enfrentava as corporações quando necessário, mas também podia trabalhar com elas. "Ela sempre nos lembrava que os problemas que estamos tentando resolver são grandes demais para o governo resolver sozinho", diz Millison. Ela menciona os financiamentos do setor privado que Kamala levantou nos esforços do governo para investir na América Central e enfrentar as causas da migração.

Biden e Kamala tiveram algumas diferenças políticas no passado. A divergência baseou-se, em parte, nas diferentes experiências de vida dos dois democratas e na elaboração de políticas.

> "Ela é a moderada pragmática que vimos na Califórnia"
> *Matt Bennett*

Aqueles que trabalharam com Kamala dizem que a primeira vice-presidente mulher, negra e filha de imigrantes da história dos EUA enfatiza o impacto das decisões políticas através da visão das mulheres, crianças e minorias. Ela foi uma grande apoiadora da política de direitos reprodutivos ao longo de sua carreira. Continuou sendo uma líder no governo na defesa do direito ao aborto, depois que a Suprema Corte derrubou a Lei Roe versus Wade em 2022, que estabelecia o direito constitucional ao aborto. Ela também defendeu políticas para abordar as mudanças climáticas, o acesso à habitação e a reforma da justiça criminal.

Biden, que se autodenomina "Joe Classe Média", é conhecido por adaptar suas visões políticas à classe média e o trabalho organizado. Suas políticas têm se concentrado em reduzir alguns custos para os americanos, como os dos medicamentos prescritos e o cancelamento de parte das dívidas estudantis. Como veterano da política externa, Biden teve que dar nos últimos anos uma ênfase no fortalecimento das democracias contra as autocracias, retratando Trump como uma ameaça.

As principais áreas de política em que há algumas diferenças entre Biden e Kamala são a saúde, o comércio, o clima e os impostos.

Como senadora, Kamala apoiou o Medicare for All, que mudaria o sistema de saúde de seguros privados para um programa administrado pelo governo. Mas em 2020, durante sua candidatura à Casa Branca, ela divulgou uma proposta mais moderada, mantendo ao mesmo tempo o sistema de seguros privados intacto. Desde que se juntou à chapa presidencial de Biden, Kamala apoia seu plano, que propõe desenvolver o sistema com base na Lei de Cuidados Acessíveis.

O histórico climático de Kamala tem sido sem dúvida a parte mais liberal de seu portfólio político. Ela apoiou o New Deal Verde e a proibição da exploração de petróleo por fratura hidráulica ("fracking"). Biden adotou a proibição ao fracking, mas apenas na produção de petróleo e gás em terras federais.

Impasse eleitoral Pesquisas dão vantagem à oposição venezuelana para eleição de domingo e põe em xeque futuro de regime chavista que governa o país há 25 anos

Desejo de mudança esgota opções de Maduro e eleva tensão na Venezuela

Michael Stott
Financial Times

Cartazes eleitorais com um presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, de tamanho gigante dominam a capital do país, onde mal se vê a propaganda da oposição. Ainda assim, as pesquisas de opinião pública preveem uma derrota esmagadora do líder autoritário.

O contraste entre o controle rígido do governo sobre o poder e a convicção da oposição de que enfim poderá vencer após 25 anos torna a eleição presidencial da Venezuela de domingo particularmente tensa e imprevisível.

Ao contrário de outras eleições recentes, os principais grupos de oposição se uniram em torno de um único candidato, o diplomata aposentado de 74 anos Edmundo González. A esperança da oposição é que o forte desejo de mudanças na Venezuela leve a uma vitória tão grande que o governo não tenha escolha a não ser aceitar a derrota.

Apesar das tentativas de se reinventar como uma personalidade cheia de sorrisos nas plataformas de relacionamento social on-line, Maduro continua profundamente impopular, após presidir durante anos de crise econômica, repressão política e uma emigração de cerca de 25% da população.

A maioria das pesquisas aponta que a oposição esmagaria Maduro por uma margem de 20 a 30 pontos percentuais em uma votação limpa. Mas poucos creem que ele reconheceria facilmente esse resultado quando há tanto em jogo.

FERNANDO VERGARA/AP
Ambulante vende vegetais no Petare, um dos distritos mais pobres e populosos da capital venezuelana, Caracas

Os EUA sancionaram o presidente venezuelano e seus aliados e os indiciaram por tráfico de drogas. O Tribunal Penal Internacional (TPI) analisa abrir um caso de crimes contra a humanidade. Funcionários de alto escalão do governo que se beneficiaram da corrupção desenfreada temem punições.

Não há garantias de que a eleição acontecerá conforme programado. Poderia surgir algum pretexto para adiá-la. O governo poderia banir González antes da votação ou manipular os resultados.

"A esta altura, Maduro não tem boas opções", disse Geoff Ramsey, especialista em Venezuela do centro de estudos Atlantic Council. "A menos ruim pode ser banir a oposição e seguir em frente com uma eleição fraudulenta, mas isso provocará uma reação internacional."

Nesta semana, Maduro elevou a tensão ao falar de um "banho de sangue" e "guerra civil" caso a oposição vença. Em resposta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se disse "assustado" com a declaração, Maduro afirmou ontem que fez apenas uma "reflexão". "Quem se assustou que tome um chá de camomila", disse durante um comício, sem se referir diretamente ao presidente brasileiro.

O general Domingo Hernández Lárez, comandante operacional das forças armadas, postou um vídeo na rede social X mostrando treinos de seus soldados com balas de borracha e gás lacrimogêneo.

González, um moderado sem carreira política anterior, tenta acalmar os ânimos. Promete negociar uma transição ordenada se vencer e não buscar vinganças.

Muitos no partido governante, contudo, continuam temerosos quanto a María Corina Machado, a carismática líder da oposição, que escolheu González como seu substituto após ser impedida de concorrer. Machado tem advertido que só uma "fraude imensa" poderia impedir a oposição de vencer.

Forças internacionais esperam influenciar o resultado. Os EUA relaxaram algumas sanções em 2023 como sinal de incentivo para encorajar as eleições e sinalizaram nos bastidores que "tudo está na mesa" se Maduro e seus aliados aceitarem deixar o poder após perder uma eleição, segundo fontes a par das conversas.

Porém, a contínua beligerância dos funcionários do governo venezuelano, que regularmente denunciam os opositores como fascistas perigosos, tornou o período eleitoral especialmente conturbado.

"Presumindo que as pesquisas sejam precisas, Maduro tem duas escolhas", disse Mark Feierstein, que foi o principal assessor do ex-presidente americano Barack Obama para a América Latina. "Ou ele aceita a derrota [...] ou lança uma ofensiva repressora, mas isso não é tão fácil quanto as pessoas pensam. Se a participação for tão alta quanto se espera, os resultados forem claros e as pessoas estiverem nas ruas comemorando, isso muda a dinâmica."

Fraudar uma eleição traz outros riscos. Muitos no governo gostariam de ver as sanções levantadas e o fim do isolamento internacional da Venezuela, o que seria improvável com um resultado fraudado. Ninguém sabe se soldados mal remunerados seguiriam ordens para reprimir protestos ou se membros do círculo mais próximo de Maduro poderiam romper fileiras.

Poucos observadores acreditam que uma eleição contestada daria espaço a uma contagem tranquila e ao anúncio de uma vitória da oposição no Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela.

"O melhor cenário é que o governo interrompa a contagem em caso de vitória da oposição e passe a negociar", disse uma fonte venezuelana com conhecimento do sistema político. Mas ela acrescenta que "isso está se perfilando para ser um choque de trens". "Nenhum dos lados parece disposto a reconhecer a vitória do outro."

Modi anuncia gastos para combater desemprego

Dan Strumpf e Ruchi Bhatia
Bloomberg

O novo governo do premiê da Índia, Narendra Modi, anunciou gastos enormes para combater o desemprego e financiar projetos defendidos por seus principais aliados políticos, no que é a indicação mais explícita até o momento de que o partido no poder reconhece a mudança no cenário político da Índia depois do duro revés eleitoral no mês passado.

Em um discurso no Parlamento da Índia ontem, a ministra das Finanças, Nirmala Sitharaman, disse que o governo destinará 2 trilhões de rúpias (US$ 23,9 bilhões) para criar mais empregos e melhorar as qualificações de sua vasta população jovem — as principais preocupações apontadas pelos eleitores nas últimas eleições da Índia, que o governo negligenciou em grande parte durante anos.

Ela também manteve os planos de um gasto de capital de cerca de US$ 133 bilhões, ou 3,4% do PIB, no ano até março de 2025. Apesar dos planos de gastos significativos, a Índia reduziu sua estimativa de déficit fiscal. Sitharaman disse que o governo de Modi está comprometido em reduzir o déficit fiscal de 4,9% do PIB para abaixo de 4,5%.

O governo também prepara apoio financeiro para dois partidos regionais que saíram das eleições como aliados-chave de sua coalizão. Este é o primeiro plano orçamentário apresentado pelo governo depois que os eleitores negaram ao partido de Modi, o Bharatiya Janata (BJP), a maioria no Parlamento pela primeira vez em 10 anos — e antes das eleições regionais do fim deste ano.

Valor ECONÔMICO

Proposta de super-reguladores expõe as falhas da supervisão

Nas vésperas do recesso do Senado, o governo desferiu um golpe duplo nas pretensões do Banco Central (BC). Em um primeiro movimento, o governo apresentou, na quarta-feira, sua posição a favor da autonomia do BC, como defendida na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 65/2023, mas rejeitou sua intenção de se transformar em empresa pública, defendendo a configuração de uma autarquia. No mesmo dia, o Ministério da Fazenda informou que estuda mudanças no modelo de regulação e supervisão dos mercados financeiros, de capitais e segurador, o que implicaria alterações nas atribuições do BC, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e provavelmente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Sem acordo em relação à PEC, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) adiou sua votação para depois do recesso. A demora do governo em apresentar sua posição foi motivo de queixa do senador Plínio Valério (PSDB-AM), relator da PEC, que começou a tramitar em novembro. A personalidade jurídica do BC, que gostaria de se transformar em empresa pública, é o principal problema para o governo.

Em meio a isso, a Fazenda tirou da gaveta o projeto de mudar o desenho da regulação e da supervisão do sistema financeiro, com a intenção de colocá-lo em prática no próximo ano. A proposta acabou sendo antecipada com o debate sobre a autonomia. Baseada no modelo "twin peaks", adotado no fim do século passado no Reino Unido e na Austrália, a intenção é redefinir as funções de regulação e supervisão entre o BC e a CVM, que se tornariam super-reguladores com focos diferentes.

Enquanto o BC ficaria responsável pela regulação e pela supervisão prudencial do mercado financeiro, de capitais e de seguros, além de cuidar da política monetária, a CVM seria responsável pela supervisão de condutas e proteção ao consumidor nesses mercados. O modelo não mudaria a autonomia operacional do BC, já estabelecida em lei. A Susep seria incorporada ao BC. A Previc poderia entrar no redesenho.

Hoje BC, CVM e Susep atuam no mercado financeiro, de capitais e de seguros, respectivamente, e na supervisão de condutas e da proteção dos consumidores nesses mercados. Para especialistas, isso cria sobreposições de funções e impede uma atuação mais firme dos órgãos na supervisão sistêmica e no monitoramento de condutas irregulares.

Para especialistas, a proposta de criar os super-reguladores é positiva. O ex-presidente do BC Arminio Fraga disse ao **Valor** (18/7) que o modelo "twin peaks" é "padrão ouro de arquitetura" do sistema regulatório e de fiscalização do mercado, trazendo foco a essas atividades. Para ele, com o surgimento de instituições financeiras em vários formatos, de conglomerados a fundos, a mudança contribui para a saúde sistêmica, de um lado, e para a proteção dos investidores e integridade do mercado, de outro.

Outro ex-presidente do BC, Gustavo Loyola, também apoia o projeto, confiando na melhora da fiscalização do mercado de crédito como um todo, incluindo os títulos de crédito privado, que estão nas carteiras de fundos mútuos, fundos de pensão e seguradoras, cuja qualidade fica atualmente um pouco fora do radar.

Arminio Fraga defende, porém, uma discussão cuidadosa, e um ponto para o qual sugere atenção especial é o dos orçamentos do BC e da CVM, que, para ele, devem ficar dentro do federal. Até porque as atividades do BC e da CVM nem sempre dão resultado positivo. Basta ver a volatilidade das operações de "swap cambial" do BC, absorvidas pelo Tesouro quando dão prejuízo.

Todos concordam que a proposta, mesmo sendo boa, é complexa e precisaria ser implantada gradualmente, até porque há diferença de cultura entre as autarquias. Mesmo que a ideia demore para ser implantada ou fique pelo caminho, dado o debate técnico e político e a esperada oposição dos servidores públicos, os alertas que levantou não podem ser esquecidos. Um deles é que qualquer que seja o sistema de fiscalização e supervisão vigente, precisa de pessoal e recursos. Chama a atenção o caso da CVM, que, em relatório de 2023, registrou que seu orçamento obrigatório foi de R$ 267 milhões naquele ano e o discricionário, de R$ 30 milhões, mas arrecadou só com a taxa de fiscalização R$ 970 milhões, sem contar outras fontes como multas. Tem carência de pessoal e depende de convênios com associações de mercado para dar conta de suas tarefas.

Outra questão é a importância de uma visão abrangente da supervisão e da fiscalização. Como disse Loyola, muito do crédito é atualmente levantado no mercado de capitais, cerca de 30%, e fica de fora da supervisão do BC, prejudicando uma análise sistêmica das carteiras. Nos Estados Unidos, o percentual é de 70%, e a tendência é o Brasil caminhar nessa direção. Dados do BC registram que o estoque de títulos privados emitidos chegava a R$ 1,06 trilhão em maio, entre debêntures e notas comerciais, e o de títulos securitizados somava mais R$ 779 bilhões.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Percepção positiva dos investidores sobre o futuro é o que explica grande interesse pelas ações. Por **Jerson Kelman**

A desestatização da Sabesp

O governo de São Paulo se dispôs a vender até 32% das ações da Sabesp, reduzindo o percentual sob seu controle de 50% para 18%. Numa primeira fase do processo de bookbuilding, 15% das ações da empresa foram destinadas para um sócio estratégico. Na etapa inicial de cadastramento de interessados, apareceram três proponentes. Porém, apenas a Equatorial apresentou proposta final e as garantias financeiras exigidas. Na segunda fase do processo de bookbuilding, o governo ofereceu até 17% das ações da empresa aos investidores institucionais, ao varejo e aos funcionários. Com a liquidação da operação, a Sabesp deixará de ser uma empresa estatal, embora o governo continue sendo o principal acionista, com remanescentes 18% do capital.

O governo de São Paulo tem manifestado que, mais do que fazer caixa, a venda tem o objetivo de aumentar a produtividade da companhia e o ritmo de investimentos para mais rapidamente alcançar a universalização. O que está alinhado com a Lei 7.853/2023, que prevê a antecipação das metas de universalização para dezembro de 2029, quatro anos mais cedo que o previsto na legislação nacional.

Nunca houve tanto investimento em prazo tão curto, até porque o mercado privado de saneamento no Brasil ainda é restrito. Para vencer tamanho desafio, o governo de São Paulo decidiu buscar um sócio estratégico que agregasse capital e expertise de gestão. E para garantir alinhamento, o Executivo estadual criou condicionantes para a futura atuação de seu sócio.

Há uma cláusula, chamada de "poison pill", de proteção contra eventual tentativa de assunção do controle por parte do sócio estratégico, o que poderia atentar contra interesses dos acionistas minoritários. Na direção oposta, a cláusula dificulta a reestatização. É, portanto, uma regra estabilizadora para o futuro relacionamento entre governo e o sócio estratégico, presente em diversas companhias sem controle definido.

Outra cláusula, chamada de "non compete", impede que a Sabesp possa ser manietada pelo acionista de referência para tornar-se pouco competitiva em futuros leilões, o que poderia beneficiar o acionista de referência, mas reduziria o valor da Sabesp e prejudicaria os acionistas minoritários. Ou seja, é uma regra que assegura à Sabesp desestatizada um papel relevante no mercado de prestação de serviços de saneamento. O que é muito bom porque quanto maior for a competição, mais rapidamente chegaremos à universalização em todo o país, com custos moderados.

Não faltaram críticas a essas cláusulas e ao processo de desestatização como um todo. Houve quem reclamasse da "privatização da água", confundindo a modificação da composição acionária com a transferência de domínio da água, do público para privado. Obviamente trata-se de um equívoco: os rios onde a Sabesp capta água para tratar e distribuir para a população continuam sob domínio público, como determina a Constituição.

Houve também ataques contra a presidente do Conselho de Administração da Sabesp. Antes da decisão sobre a desestatização, ela também atuava no Conselho da Equatorial. Quando o governo de São Paulo tomou a decisão, ela se desvinculou da Equatorial, onde ganhava mais, para evitar conflito de interesses. Apesar do comportamento correto, ainda houve críticas formuladas por quem não compreende que há quem prefira ganhar menos para realizar o socialmente mais relevante.

JULIO BITTENCOURT/VALOR

O grosso das críticas se concentraram na candidatura única à posição de sócio estratégico e que a Equatorial pagou R$ 67 por ação, quando na Bolsa a ação estava sendo negociada a R$ 74. A comparação com o preço da ação na Bolsa não faz sentido porque quem compra na Bolsa pode vender a qualquer momento, ao contrário do sócio estratégico, que tem um período de carência de 5 anos durante o qual não pode vender as ações. Além disso, o sócio estratégico assume o compromisso de que o ritmo de investimento da Sabesp desestatizada será muitíssimo maior do que o atual, que já é elevado. Por outro lado, adquire direitos de governança que o acionista comum não tem e, quase certamente, não ambiciona ter.

A ação estava sendo negociada a R$ 74 quando a oferta da Equatorial foi feita porque os acionistas já há algum tempo têm apostado que o futuro sócio estratégico ajudará a Sabesp a criar uma riqueza que nunca seria criada se a companhia permanecesse presa às regras imobilizadoras da administração pública. A valorização da ação em dois anos foi de cerca de 70%, enquanto a inflação não chegou a 10%.

Depois do anúncio de que a Equatorial será o sócio estratégico, o volume de interesse de compra a R$ 67 (mesmo preço pago pela Equatorial) no bookbuilding foi mais de 10 vezes o volume de ações ofertado. O que sugere a pergunta: por que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) impôs o mesmo preço a produtos diferentes? Afinal, as ações em posse da Equatorial, com cláusula de lockup, terão atributos distintos das ações dos demais acionistas.

Como mais vale um pássaro na mão do que dois voando, muitos investidores preferiram não se acotovelar no bookbuilding e optaram por pagar um preço bem mais elevado na Bolsa. A percepção positiva dos investidores sobre o futuro da Sabesp nessa nova fase é o que explica o grande interesse pelas ações. Ou seja, há muito valor em "andar em boa companhia".

A Equatorial tem boa chance de ser de fato essa "boa companhia" devido ao seu bem-sucedido histórico no setor elétrico. Na direção oposta, há quem duvide porque as características técnicas e regulatórias dos dois serviços públicos — saneamento e eletricidade — são muito diferentes.

Se a Sabesp fosse uma empresa tecnicamente claudicante, essa dúvida faria sentido. Ao contrário, a Sabesp tem profissionais com excelente qualificação técnica. Não é aí que a Equatorial pode ajudar. Por outro lado, a Sabesp estatal atuava num ambiente engessado, com poucos incentivos para o empreendedorismo. A Sabesp desestatizada terá que transitar culturalmente para atuar sob regras da administração privada, com ênfase na meritocracia e produtividade. Assim, poderá melhor atender à população e remunerar o investimento dos acionistas. Certamente a participação da Equatorial na governança da Sabesp ajudará na transição.

Claro, o futuro é incerto. Porém é razoável supor que a decisão de "andar em boa companhia" será vantajosa para o governo, cuja carteira de 18% de ações remanescentes também será valorizada, para os funcionários, que poderão alcançar maior projeção profissional, e para os acionistas, que acreditaram no futuro da empresa.

Jerson Kelman foi presidente da ANA, da Aneel e da Sabesp.

Privilégios estão por todos os lados

Nilson Teixeira

A imprensa tem publicado críticas corretas aos excessivos privilégios angariados de diversas formas pela elite do funcionalismo público, em particular do Poder Judiciário. São muitas as matérias que denunciam os rendimentos dos membros da magistratura federal e estadual, entre outros, muito superiores ao teto constitucional ditado pelos salários de ministros do STF. A concessão desses benefícios é autorizada e, muitas vezes, estimulada pelos órgãos superiores e conselhos do Poder Judiciário, sendo várias dessas vantagens com caráter retroativo e isentas de incidência de imposto de renda.

O tamanho do grupo beneficiado é relativamente reduzido frente ao número total de servidores públicos, de forma que o custo desses privilégios não é tão expressivo frente aos gastos totais com a folha de pagamentos. Essa baixa representatividade no resultado fiscal contribui para que os especialistas em contas públicas se esquivem de críticas aos cada vez mais frequentes penduricalhos.

A má alocação dos recursos públicos é o padrão histórico no Brasil. Os desvios dificilmente são averiguados e, quando são, dificilmente são punidos. Os casos são tão estapafúrdios que quase ninguém parece surpreso quando o governo promete cortar cerca de R$ 25 bilhões em malfeitos na liberação de benefícios de programas previdenciários. Do mesmo modo, o superfaturamento de obras e a malversação nas compras públicas são frequentes, a ponto de órgãos públicos nem levarem muitas vezes ações judiciais adiante, sob a alegação de que os responsáveis se comprometeram a ressarcir os desvios.

É compreensível, portanto, que os representantes empresariais reclamem por carregar um setor público pesado, caro e ineficiente, bem como por atuar em ambiente inóspito, com um sistema jurisdicional instável e mudanças regulares de regras que desestimulam o empreendedorismo e a atividade econômica. Há muita verdade nessas alegações, apesar desses mesmos agentes se empenharem muito para conseguir mais e mais vantagens, como renúncias tributárias, proteção de mercado e renegociações e perdões de dívidas. O lobby desses representantes nos gabinetes de autoridades federais e dos entes regionais no Executivo, Legislativo e Judiciário faz parte da rotina e termina por tornar o ambiente de negócios ainda mais disfuncional.

Por incrível que pareça, essa luta por privilégios já não causa indignação, com poucas organizações se dedicando ao combate à concessão de vantagens para grupos específicos. O entendimento enraizado é de que o papel do Estado é mesmo o de atender todas as demandas da sociedade, não havendo a clareza de que a concessão de benefícios para um grupo diminuiu o espaço para o atendimento das necessidades dos outros. Os cofres públicos são vistos como ilimitados, com a concessão de vantagens para uns não sendo interpretada como um impeditivo para a oferta de benefícios para os demais. Ao mesmo tempo em que há uma rejeição contra o aumento da carga tributária e um empenho de diversos grupos a favor da redução de impostos sobre seus setores, não há uma busca pela redução de gastos ou o corte de renúncias tributárias reconhecidamente ineficazes.

No fundo, poucos da elite percebem que os benefícios excessivos e injustos são obstáculos ao desenvolvimento

A elite do setor privado reclama bastante dos impostos excessivos, da dívida pública elevada e da usual ineficiência do setor público, mas finge não saber que a carga tributária é regressiva no Brasil e que, portanto, os ricos pagam menos impostos do que deveriam frente à carga média de tributos. Ademais, o discurso omite os disseminados privilégios amealhados ao longo do tempo, que são bastante questionáveis e alguns até risíveis:

- Isenção de impostos sobre dividendos: estruturas societárias adotadas em instituições financeiras, escritórios de advocacia, empresas de consultoria, órgãos de imprensa, entre outros segmentos, para evasão do imposto de renda sobre o trabalho.
- Sistema Simples e empresas unipessoais: a ampliação dos limites para classificação no Simples e a expansão de empresas unipessoais reduzem o pagamento de impostos de empresários e de profissionais liberais sem nenhuma comprovação sobre a obtenção de benefícios para a economia, como aumento da produtividade e ampliação do número de postos de trabalho.
- Gratuidade em universidades públicas: excetuando-se os beneficiados por cotas, os alunos são, em sua grande maioria, pertencentes às classes mais abonadas da sociedade.
- Abatimento do imposto de renda para despesas com educação, saúde e previdência privada: entre os muitos abatimentos, a classe mais rica se beneficia do desconto em seus gastos com serviços privados.
- Financiamentos subsidiados e renúncias tributárias para bens de luxo: a classe mais rica é beneficiada por renúncias tributárias em setores como, por exemplo, aviões e embarcações de luxo, tendo sido aquinhoada no passado recente por financiamento público com taxas reduzidas para compra de jatos executivos.
- Redução de impostos para aquisição de veículos por acidentados: a legislação dúbia e a fiscalização deficiente permitem que pessoas acidentadas, por exemplo, esquiando em estações de luxo, mantenham esse privilégio mesmo após a recuperação plena.
- Táxis para transporte privado: aquisição de táxis pela elite paulistana em nome de seus motoristas particulares para permitir o trânsito em faixas exclusivas.

As respostas dos beneficiados do setor privado quando questionados sobre esses privilégios são idênticas às utilizadas por representantes da elite do funcionalismo público: as medidas estão em plena consonância com a lei, geram postos de trabalho e crescimento para o país. Ademais, a maioria da elite não se identifica como privilegiada e não reconhece que a renda não precisa ser tão alta para se fazer parte da minúscula minoria rica do país. No fundo, poucos da elite percebem que os benefícios excessivos e injustos são dos obstáculos ao desenvolvimento do país. Nesse ambiente, o corte de privilégios é, terminantemente, uma luta inglória.

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço.

Opção de contratos temporários de trabalhadores poderia ser a solução. Por **Martin Wolf**

Imigração é essencial e impossível

Nas democracias ricas, a imigração está alimentando ferrenhas reações hostis. Não é de surpreender. Embora alguns poucos insistam que todos têm o direito de compartilhar a liberdade e prosperidade desses países, muitos de seus concidadãos veem os que tentam entrar em suas fronteiras mais como invasores. De forma similar, o ponto de vista favorável de economistas sobre o lado econômico da questão ignora o fato de que os imigrantes são pessoas cujos descendentes podem passar a morar nesses países de forma permanente. A imigração, portanto, se trata de uma questão de identidade nacional.

Nas recentes eleições europeias, as atitudes em relação aos imigrantes foram fundamentais para arregimentar apoio para os partidos nacionalistas. Nos Estados Unidos, a feroz campanha de Donald Trump contra as pessoas que cruzam a fronteira sul do país tem sido uma grande fonte de seu poder de atração. "Os criminosos do mundo estão vindo para cá, para uma cidade perto de você — e estão sendo enviados pelos governos deles", disse Trump em seu discurso na convenção do Partido Republicano. Tanto nos EUA quanto no Reino Unido, pesquisas mostram como a imigração é uma questão que se sobressai e cria divisões: Trump sabe muito bem o que está fazendo e por quê.

No entanto, Lant Pritchett, um dos principais pensadores mundiais sobre desenvolvimento econômico, em um artigo sobre "a aceitabilidade política da mobilidade laboral por tempo limitado", argumenta que as mudanças demográficas podem forçar uma abertura na chamada "janela de Overton" sobre o que é possível discutir quanto à imigração. Os países de alta renda podem precisar abandonar a visão binária atual das opções — ou excluir a migração ou que ela se torne um caminho para a cidadania — em nome do próprio interesse e no dos países em desenvolvimento.

Comecemos o interesse destes últimos. A diferença nos salários médios entre países ricos e pobres é assombrosa. Em 2021, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o poder de compra da renda média mensal na Etiópia equivalia a 5% do observado na Alemanha. Mesmo o da Índia equivalia a apenas 15%.

Se os países quiserem sustentar o pacto de bem-estar intergeracional e não puderem aumentar a idade de aposentadoria para, digamos, os 75 anos, os imigrantes, tanto qualificados quanto relativamente não qualificados, serão necessários

Essas diferenças criam tanto a maior oportunidade de arbitragem do planeta quanto enormes potenciais ganhos de bem-estar. Pritchett argumenta que se 1,1 bilhão de pessoas fossem autorizadas a se deslocar e seu ganho salarial médio fosse de US$ 15 mil anuais em termos de poder de compra, o ganho total seria de US$ 16,5 trilhões. Isso, acrescenta Pritchett, seria mais de 100 vezes maior do que os benefícios para os países em desenvolvimento referentes a toda a assistência internacional ao desenvolvimento.

Ainda assim, embora essas diferenças salariais criem um enorme incentivo econômico para os pobres se mudarem a países ricos, mesmo que temporariamente, os que conseguem fazê-lo são relativamente poucos: os controles são muito rígidos e os custos e riscos, simplesmente muito grandes.

Isso, porém, poderia mudar, argumenta ele.

Em primeiro lugar, a combinação entre o envelhecimento médio da população e a menor fertilidade histórica gerará aumentos tão grandes na proporção de idosos em relação às pessoas em idade de economicamente ativa que o sistema de apoio aos idosos se tornará insustentável sem imigração. Na Espanha, por exemplo, essa proporção deverá cair de 2,45 em 2020 para 1 em 2050.

Em segundo, muitos trabalhos essenciais não exigem alta capacitação, mas os trabalhadores precisam estar presentes. Os serviços de cuidado a idosos são um exemplo.

Em terceiro, as pessoas em países ricos começarão a perceber que há outra opção — trabalho temporário com contrato, sem reunificação familiar ou possibilidade de cidadania.

Em quarto, serão criadas, então, empresas para organizar a migração de pessoas com contratos temporários, seja entrando ou saindo de países ricos. As empresas desse mercado assumirão a responsabilidade por cumprir os termos exigidos.

Por fim, nada disso requer mudanças fundamentais nas atitudes em relação aos imigrantes em países ricos. No entanto, provavelmente exigiria a criação de identidades digitais seguras para as várias categorias de residentes legítimos. As penalidades para empregar pessoas que não possuem essas identidades seriam muito altas. As empresas que violem suas obrigações legais na migração de trabalhadores temporários, e inclusive os trabalhadores, também devem estar sujeitos a altas penalidades.

Uma objeção é que isso criaria duas classes de seres humanos: pessoas de primeira classe com direito a viver em países de alta renda e pessoas de segunda classe que teriam, no melhor cenário, apenas residência temporária nesses países, com o propósito de trabalhar lá. O esquema proposto, contudo, não impediria os países de também permitirem a entrada permanente de pessoas. Ainda mais importante, a proposta ofereceria a essa segunda classe bem mais oportunidades, que possivelmente até mudariam a vida das pessoas.

De acordo com Pritchett, em sua rodada de pesquisas de 2009-2010, a Gallup perguntou às pessoas ao redor do mundo se gostariam de se mudar temporariamente para trabalhar em outro país. Cerca de 1,1 bilhão responderam "sim", incluindo 41% da população com 15 a 24 anos e 28% daqueles com 25 a 44 anos. O melhor indisponível não deveria ser inimigo do bom disponível.

Nada disso é imaginável agora. É bem provável, entretanto, que isso mude. Afinal, as pessoas que estarão trabalhando em 2050 já nasceram quase todas. Mesmo se as pessoas começassem a trabalhar aos 15 anos, o que para os dias de hoje seria, de fato, cedo demais, ninguém que não esteja vivo agora estará disponível para trabalhar antes de 2040, sem imigração. Se os países quiserem sustentar o pacto de bem-estar intergeracional e não puderem aumentar a idade efetiva de aposentadoria para, digamos, os 75 anos, os imigrantes, tanto qualificados quanto relativamente não qualificados, serão necessários. Se os países não quiserem abrir um caminho para a cidadania plena para um grande número de pessoas, serão conduzidos à opção de contratos temporários. Isso será particularmente irresistível para países com índices de fertilidade próximos a 1 filho por mulher, como existem vários hoje em dia.

Se a imigração em massa permanecer inaceitável, mas se tornar essencial, então algo mais aceitável precisará ser encontrado. A única solução provável são os contratos temporários. Poucos defenderão essa opção. Mas ela seria melhor do que as alternativas. A hora dela vai chegar. ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

Martin Wolf é editor e principal comentarista econômico do Financial Times.

Frase do dia

"Apenas fiz uma reflexão. Quem se assustou que tome um chá de camomila"

Do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, em reação após Lula ter dito que ficou "assustado" com a ameaça feita pelo chavista de um possível "banho de sangue" caso perca para a oposição as eleições marcadas para o domingo

Cartas de Leitores

Setor elétrico

O excelente artigo "Parece anarquia elétrica" (**Valor**, 23/07) nos dá uma ideia de que as fontes renováveis (eólica e solar), infelizmente, não são um mundo de Polyana e muito menos uma panaceia para o problema da geração de energia elétrica nacional. Analisando a justificativa do ONS "apagão" do SIN em 15/08 do ano passado, de que o "apagão" seria o resultado do tempo de resposta de um regulador de tensão de um gerador de uma usina do Nordeste, ser excessivamente longo, e portanto, ter provocado o apagão, por não compensar a abertura de uma linha de transmissão do mesmo Nordeste. Nos parece duvidosa esta justificativa, pois se os reguladores das demais unidades desta usina estiverem operacionais e ajustados, eles compensariam o regulador desajustado de um único gerador. Creio que nem um gerador de Itaipu, com seus imensos 750 MW, tenha poder, por si só, de provocar um "apagão" no SIN. Não seria mais, o motivo do "apagão" o fato de que a geração renovável no Nordeste já ter ultrapassado 54%?

De qualquer forma, o apagão mostrou cabalmente que o ONS não gere e muito menos fiscaliza a operação dos reguladores de tensão, velocidade e PSS (Power System Stabilizer — Estabilizador do Sistema de Potência) dos geradores do SIN. Se o ONS fiscalizasse estes equipamentos, poderia sugerir os ajustes necessários, para chegar-se ao ponto ótimo de estabilidade operacional do sistema elétrico.

José Luiz Guarino
galloguarino@gmail.com

Fundo Amazônia

O **Valor** anunciou que a União Europeia tem a intenção de doar € 20 milhões ao Fundo Amazônia. Além de ser um valor que precisa ser multiplicado por 100 para ser pífio, o anúncio, mais uma vez, é de intenção e não um cheque na mão. A nuance é importante porque os europeus são notórios, digamos, não cumpridores das suas intenções quando o assunto é por a mão no bolso. Aos brasileiros resta a certeza de que continuaremos a pagar sozinhos pela faxina ecológica do planeta.

Oscar Thompson
oscarthompson@hotmail.com

Economia do bem-estar

Está perfeita a reflexão que o jornalista Pedro Cafardo fez em seu artigo "A economia do bem-estar e a perigosa certeza de estar certo" (**Valor**, 23/07). Precisamos, urgentemente, agir mais na direção da manutenção da saúde financeira da população brasileira, caso contrário corremos o risco de virarmos apenas um país de megacorporações exportadoras de commodities que pouco se importarão que o Brasil — onde exploram suas minas, plantações e rebanhos — tenha uma forte indústria nacional e tão pouco que as populações locais tenham saúde, habitação e ensino de qualidade.

João Pedro Casarotto
jpcasarotto@uol.com.br

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Relações Externas Encontro de 4 mil pessoas no Rio discutirá demandas das favelas para o G20

‘A favela existe em razão das anomalias sociais’, diz líder da Cufa

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Celso Athayde: “Primeiro Mundo discutir desigualdade social é piada se quem sofre as consequências não estiver nessa mesa”

Daniela Chiaretti
De São Paulo

“Se os problemas são globais, as soluções também devem ser”, diz Celso Athayde, criador da Central Única das Favelas, a Cufa, com atuação em mais de cinco mil favelas no Brasil e em 41 países. “O G7 é a riqueza global, e eles se entendem nas suas riquezas”, diz, referindo-se ao grupo das sete economias mais ricas do mundo. “Então a gente também pode se entender nas nossas dificuldades econômicas”. A Cufa prepara um encontro internacional em setembro, no Rio de Janeiro, e espera 4 mil pessoas.

A agenda são as pautas das favelas e a inserção no G20, o encontro das maiores economias do mundo. Reuniões em todos os Estados brasileiros e nos 41 países onde a Cufa existe têm levantado as demandas das favelas: discriminação, intolerância religiosa, saneamento básico, combate ao racismo, educação, segurança, desemprego, alimentação, saúde e desigualdades racial e salarial.

Athayde, que lembra ter morado na rua e em favelas e se tornou um empreendedor social reconhecido no Brasil e no exterior, diz que o processo começou com uma indignação. “Como vocês (os países do G20) podem fazer uma iniciativa falando de desigualdade, racismo e direitos humanos sem as pessoas que sofrem essas consequências?”. A seguir alguns trechos da entrevista que concedeu ao **Valor**:

Valor: *Como foi fundar a Cufa?*

Celso Athayde: A Cufa existe há 27 anos. A ideia sempre foi como a gente assumia esse nome, Cufa, porque se hoje falar de favela continua sendo uma questão estigmatizada, imagine 27 anos atrás. Nos últimos anos, projetos de ONGs falavam periferia, no máximo. O reconhecimento da favela como território de potência, esquece.

Valor: *Há algum tempo se falava comunidade.*

Athayde: Quando você fica em dúvida, para não se arriscar a ofender alguém, fala comunidade. Mas comunidade precisa de um adjetivo, para definir o território. Se alguém diz “sou de comunidade”, pode ser uma comunidade evangélica, uma comunidade de umbanda, uma comunidade internacional. Para ser de favela terá que ser comunidade carente. Já se cria, automaticamente uma linha entre quem é carente e quem não é. Quem mora em favela não é necessariamente carente, mas de baixa renda. Bancos querem estar na favela para vender microcrédito. Morei na rua, em abrigo público. Eu era carente quando o Estado me alimentava. Mas quando vou morar em favela, vendo um peixe na feira e não sou mais carente.

Valor: *O termo foi incorporado.*

Athayde: Quando a gente coloca o nome favela na organização, colocamos o nome favela no discurso. Sofremos com isso, mas nunca mudamos o nome, Central Única das Favelas. Fomos construindo a Cufa no país inteiro. Em cada Estado, ouvíamos “ah, aqui não tem favela. Aqui tem periferia”. Foi quando comecei a provocar o IBGE.

Valor: *De que forma?*

Athayde: Perguntei: “IBGE, como vocês chamam favela? Ah, chamamos de aglomerado subnormal”. É o cúmulo do absurdo. Quando você mora em favela, você é favelado. Mas o que você é quando mora em um aglomerado subnormal? Um anormal? Na Cufa fomos montando um monte de coisas, holding, tudo com o nome favela e avançando com essa narrativa. Até que montamos um instituto de pesquisa, o DataFavela.

O IBGE não consegue fazer pesquisa em favela e precisava fazer o Censo 2023. Falei que podia ajudá-los, mas com uma condição: tinha que trocar o nome para favela.

Valor: *Deu certo?*

Athayde: Em novembro, o IBGE fez um seminário, com movimentos políticos, juventude, academia, periferia. Eram mais de 600 pessoas e abrimos o debate. No final ficou favela. Em janeiro a ministra Simone Tebet (Planejamento), a quem o IBGE é subordinado, fez uma fala dizendo que agora era oficial, o IBGE passava a chamar favela de favela. Fiz um vídeo, agradecendo a ministra. Mas dizendo também que a gente não precisa que o IBGE legitime o nosso nome. A favela é autossuficiente e tem capacidade de elaboração.

Valor: *Como isso entra no G20?*

Athayde: Tudo isso tem a ver com o G20. Não estamos falando de uma ação do G 20 no Brasil, mas de uma agenda que é nossa, como instituição. Nasci numa favela na Baixada Fluminense, em Nilópolis. Morei embaixo do viaduto de Madureira durante seis anos e em abrigo público por dois anos. Aos 14 anos fui morar em uma favela novamente. Antes de eu ter criado a Cufa, essa já era a minha agenda.

Mas como incluir estas pessoas no debate social e econômico? Por isso montei uma holding e hoje temos 28 empresas. Eu não quero dar cesta básica para ninguém. Quero que as pessoas tenham emprego, renda e gerem riqueza na favela para poder comprar cesta básica com o dinheiro que são capazes de produzir.

Valor: *Por isso, empreender?*

Athayde: Penso no empreendedorismo como uma forma de diminuir a desigualdade. Não como uma forma para ganhar dinheiro. Mas estamos em um país capitalista, precisamos disso.

Valor: *E como evoluiu?*

Athayde: Há dois anos recebi um prêmio no Fórum Mundial de Davos, de empreendedor de impacto e inovação global, pela Fundação Schwab. Talvez eu seja o primeiro favelado a ser reconhecido como empreendedor social. Ganhei o prêmio, falei “bacana temos voz aqui, mas somos exceção. Precisamos incorporar mais. A Cufa está hoje em 41 países.

A primeira sede global da Cufa foi no Bronx, em Nova York, em 2015. De lá para cá foi crescendo. Se os problemas são globais, as soluções também devem ser. Até porque o G7 é a riqueza global e eles se entendem nas suas riquezas. Então a gente também tem que se entender nas nossas dificuldades econômicas. Se a Rocinha, Paraisópolis, Cidade de Deus são favelas de diferentes Estados que falam sotaques diferentes, são também parecidas. O Bronx não é uma realidade distante.

> “Quem mora em favela não é necessariamente carente, mas de baixa renda; bancos querem vender microcrédito para aquelas pessoas”

Até por conta desse fluxo global que temos hoje, vai mudando a realidade do mundo. Existem favelas em todos os lugares. Podem ter características diferentes, mas se existe riqueza vai sempre existir algum tipo de desigualdade.

Quando olho para a Cufa do Congo, da Guiné, do Cazaquistão, como é que não estamos falando do G20? O G 20 é um espaço onde 19 potências e países convidados debatem o futuro do mundo. É como se entidades empresariais fossem discutir a desigualdade entre empresários, periferias e trabalhadores, mas se o camelô do mercado informal não estiver dentro do debate, teremos sempre este gap. Tem que falar a linguagem do asfalto, networking, stakeholders, mas também as outras.

Países do Primeiro Mundo discutindo desigualdade social é uma piada se quem sofre as consequências da desigualdade não estiver nessa mesa com poder efetivo. Ou fica como aquelas empresas gastando e falando mais de ESG do que efetivamente fazendo.

Valor: *Qual a estratégia?*

Resolvemos fazer uma provocação para os três governos — Brasil, que hospeda agora o G 20, África do Sul, que presidirá em 2025 e os Estados Unidos, em 2026.

Valor: *Qual provocação?*

Athayde: Como vocês podem fazer uma iniciativa falando de desigualdade, racismo e direitos humanos sem ter as pessoas que sofrem essas consequências?

Fiz uma reunião com a Prefeitura do Rio, governo federal, com o G 20 Social, com Wellington Dias (ministro do Desenvolvimento e Assistência Social), com o governo do Estado do Rio. Todos diziam que querem a Cufa ali. O que a gente quer é participar, mas dentro do nosso modelo. Conseguimos que a Cufa fizesse parte, junto com a Unesco, oficialmente, da agenda social do G20. Estamos fazendo uma parceria com a prefeitura, o governo do Rio e o governo federal, para conteúdo — Cufa e a Frente Nacional antirracista, com mais de 600 organizações. E aí temos que fazer do nosso jeito.

Valor: *Como é esse jeito?*

Athayde: Favela não faz conferência. Eu, como homem de 60 anos, bem sucedido economicamente, que faz parte de uma instituição que é a mais importante do segmento com mais de 5.000 favelas, nunca fui a uma conferência. Imagine as pessoas da favela que estão tentando sobreviver no seu dia a dia. Esse modelo, de conferências e delegados, exclui a tia Maria do doce, o cara que vende pipoca. Vão ficar alijados do processo de emancipação porque não sabem nem do que se trata. Nosso modelo é a gente ir em 41 países, em 5.000 favelas e em 27 Estados debater com os moradores sobre as reflexões que desejam que sejam levadas para o encontro do G20. Há três meses fizemos isso, uma ação no Complexo da Penha/Alemão que prepara outras favelas também nesse modelo. O país inteiro está fazendo isso. Passei a acompanhar esse processo na Suécia, Luxemburgo, África do Sul, até bater nos 41 países.

Valor: *Como funciona?*

Athayde: Cada país faz seu encontro, nas Cufas locais. Pegam-se as demandas, sistematizam e faremos um encontro mundial das favelas para entregá-las ao G20 e aos 41 chefes de Estado que estarão aqui. No fundo, ninguém acredita que a sua demanda será atendida pelo G20, mas este movimento começa a encorajá-los a vir para o centro dos debates. Estes debates vão gerar entendimento, e o entendimento, vai gerar soluções.

Valor: *Então o processo é talvez o mais importante?*

Athayde: É exatamente isso que as favelas estão falando. São encontros debaixo de uma árvore, com 40 jovens debatendo. Ou numa tenda gente discutindo como gostaria que o G20 percebesse as religiões de matriz africana.

Valor: *Quando será o encontro internacional?*

Athayde: Em setembro. Esperamos 4.000 pessoas.

Valor: *Quais são as demandas?*

Athayde: Estamos discutindo os eixos definidos pelo G20 —a redução das desigualdades olhando para fome e pobreza; direitos humanos, raça e gênero; sustentabilidade e desafios globais enfrentados pelas favelas e periferias. Abrimos um pouco o debate porque as favelas têm demandas não tão óbvias como essas. O que as pessoas têm trazido são discriminação, intolerância religiosa, saneamento básico, combate ao racismo. Também aparece muito educação, segurança, desemprego, alimentação, saúde, desigualdade racial, desigualdade salarial e estigma do território de favela.

Valor: *Qual a expectativa do senhor para o G20?*

Athayde: O Brasil, historicamente, e com o governo atual, principalmente, tem vocação para dar ao G20 social uma visibilidade maior com a possibilidade de envolver governadores e chefes de Estado nessa agenda. O que não é garantia de nada, mas um espaço para compromissos serem feitos. Outro ponto é que as favelas aproveitem os holofotes do G20 para começar a se organizar, inclusive para a COP 30. A favela existe exatamente em função das anomalias sociais.

Finanças
“Nenhum país é governável com a mentalidade gasto é vida”, diz Luis Stuhlberger
C6

Saúde Depois de Dasa e Amil e Rede D'Or com Bradesco Seguros, consolidação passará por unidades em cidades acima de 200 mil habitantes

Hospitais nas mãos de grupo familiar e fundos viram alvo de aquisição

Fernanda Guimarães e Beth Koike
De São Paulo

Após os movimentos recentes de fusão de hospitais entre Dasa e Amil e Rede D'Or com Bradesco Seguros, o setor de saúde começa a traçar cenários e os próximos passos. Apesar do momento ainda não ser propício para aquisições, há potencial para novas operações nesse mercado.

Há ativos no radar e consolidadores menos alavancados e maior fôlego de capital de giro como a companhia da família Moll, controladora da Rede D'Or, e Hapvida podem seguir em novas frentes.

Levantamento da butique de investimentos BR Finance mostra que 139 hospitais já foram adquiridos pelos grandes grupos. Hoje, há cerca de 270 unidades ainda na mão de seus fundadores e são ativos situados em cidades com mais de 200 mil habitantes. Desse total, 96 têm mais de 100 leitos e 176 possuem entre 50 e 100 unidades de internação.

No alvo, contudo, estão ativos de negócios de gestão profissionalizada, que oferece menos risco.

Segundo fontes, há interesse do mercado pelo Grupo Santa, rede com seis unidades, entre eles o Hospital Santa Lúcia, referência em Brasília. No ano passado, a Bradesco Seguros adquiriu 20% da rede e não há preferência da seguradora para aquisição do restante. Em geral, a seguradora tem o controle de seus ativos como, por exemplo, Fleury e OdontoPrev. No entanto, no setor hospitalar, a Bradesco Seguros vem optando por ter fatias de cerca de 50% em sociedade com diferentes grupos como Mater Dei, Albert Einstein e Rede D'Or — essas empresas ficam responsáveis pela gestão hospitalar, que não é o seu "core business".

O mercado ainda observa as redes Hospital Care, dos fundos Crescera e Abaporu (da família do empresário Elie Horn, fundador da Cyrela), e a Kora, controlada pela gestora de private equity (que compra participações em empresas) H.I.G. Mas em ambos os casos o interesse é por alguns de seus hospitais, não o grupo todo — o que acaba sendo uma decisão difícil para o controlador ficar apenas com os ativos de menor liquidez.

A Kora vale na bolsa cerca de R$ 540 milhões e alguns de seus hospitais conseguem ser negociados por cifras maiores. O grupo é dono da rede Meridional, dona de sete unidades no Espírito Santo, e do Hospital Anchieta, em Taguatinga (DF). São ativos com um bom número de leitos em suas respectivas praças e marcas reconhecidas.

A Kora vive um impasse entre minoritários e o controlador que tenta tirá-lá do Novo Mercado com uma oferta pública de ações (OPA) a R$ 0,70 — o que desagrada aos menores acionistas. "Uma das soluções seria mesmo vender ativos, mesmo que a companhia fique menor para desalavancar", diz uma fonte a par do assunto.

Já a Hospital Care, rede com presença em seis cidades do país, tentou uma abertura de capital em 2021 e negociou vender cerca de um terço à Bradesco Seguros em 2022, mas as negociações não avançaram. Desde o ano passado, seu principal ativo, o Hospital Vera Cruz, em Campinas (SP), tem um concorrente na beira de sua porta: a Rede D'Or ergueu um grande hospital a pouco metros.

Em 2023, a Hospital Care fechou com prejuízo de R$ 228 milhões, um salto sobre os R$ 43,8 milhões apurados em 2022. O seu caixa operacional ficou negativo de R$ 150 milhões. No primeiro trimestre deste ano, houve uma melhora, o prejuízo caiu pela metade para R$ 22 milhões.

Há ainda movimentos de ativos adquiridos nos últimos anos que estão sendo vendidos. No ano passado, a Hospital Care vendeu o hospital de São José, o Austa, cujo controle havia sido comprado em 2020, para um grupo de Goiás. Em maio, a Mater Dei desfez a aquisição do Hospital Porto Dias, em Belém, que foi recomprado pelos fundadores. Essa operação, incorporada à companhia em 2021, vinha apresentando dificuldades de capital de giro e impactava negativamente o balanço da Mater Dei.

"Muitos ativos adquiridos na última onda de M&As ainda não conseguiram capturar as sinergias, fazer as integrações num mercado que passou por profundas mudanças nos últimos anos", diz Luiza Mattos, sócia da Bain & Company.

O sócio da JGP, responsável pela área de fusões e aquisições da gestora, Fernando Kunzel, afirma que o tabuleiro de xadrez do setor está se movimentando, mas aguarda uma onda menos intensa da vista ao longo da pandemia, quando dezenas de operações ocorreram. Na sua expectativa, ainda existe uma desconexão de 'valuations', o que pode atrasar algumas transações. "Tem gente querendo comprar hospitais, mas a conta não está fechando. Teve hospital que foi adquirido a até 12 vezes o Ebitda e agora a oferta chega a seis vezes."

270
hospitais ainda estão com os fundadores

A advogada Renata Rothbarth, sócia do escritório Machado Meyer, lembra que hoje o cenário da saúde é bem diferente daquele encontrado em 2021, quando houve um 'boom' de aquisições no setor. "Hoje, os consolidadores estão muito atentos aos acordos de credenciamento que os hospitais têm com as operadoras de planos de saúde", diz Renata. Atualmente, um dos maiores problemas dos hospitais é o capital de giro devido ao alargamento de prazos de pagamento dos convênios médicos.

Outros ativos que podem gerar interesse são os hospitais que ficaram de fora da fusão entre Amil e Dasa. Segundo fontes, há interessados para venda dos hospitais Klinikum, em Fortaleza, e Promater, em Recife — ambos são da empresa de José Seripieri Filho, o Júnior.

Há também unidades da Dasa que não entraram no acordo e a companhia da família Bueno já informou a possibilidade de desinvestimento. São eles: hospitais da Bahia, em Salvador, São Domingos, no Maranhão, e a rede de clínicas oncológicas AMO, na Bahia.

Há uma expectativa de que esses ativos sejam, em algum momento, alvos de aquisições, uma vez que hospitais isolados, que não fazem parte de uma rede, não têm escala e rentabilidade. Estabelecimentos com menos de 150 leitos não são considerados rentáveis — na maior parte dos hospitais do país, esse número não chega a 50.

"Atualmente, há poucas combinações transformacionais e boa parte dos hospitais mais relevantes já foi adquirida pelos consolidadores", diz a sócia do escritório Machado Meyer.

Ainda segundo fontes, são esperados movimentos vindo da Aliança, controlada pelo empresário Nelson Tanure, que fez oferta sem sucesso pela Amil. Há cerca de dois meses, a Oncoclínicas anunciou a entrada do banco Master, que costuma trabalhar com Tanure.

Enrico De Vettori, presidente da Gestão Hospitalar e sócio da HSI, afirma que o setor está, agora, se ajustando no pós-pandemia. "Estamos observando dois movimentos, um das empresas que estão se juntando para melhorar a eficiência e ter um balanço mais saudável e outro vindo daquelas que não querem se unir e estão buscando alternativas", diz. Dentre elas, está a venda de ativos, incluindo a de "sale and leaseback".

Maximo Lima, presidente da HSI, aponta que esse movimento vem na esteira de um ciclo de mercado em que o custo de capital no mercado estava muito barato, levando a um ciclo expansionista de muito grupos, por meio de aquisições. "Essa é uma indústria em transformação, saiu de um período duro [com reestruturação financeira] e está se rearrumando."

O Grupo Santa informou que "em respeito às cláusulas de sigilo presentes em seus contratos", não comentará sobre a sociedade que detém com a Bradesco.

Procurados, o Hospital Care e Kora não retornaram até o fechamento da edição.

Em cinco anos
Fusões e aquisições no setor hospitalar

Hospitais que ainda não foram vendidos e ativos que já fazem parte de grupos consolidadores

	Com fins Lucrativos			Sem fins Lucrativos	Total
	Independentes em cidades com mais de 200 mil habitantes*	Independentes em cidades com menos de 200 mil habitantes	Pertencentes e/ou adquiridos por algum grande grupo**	(Hospitais públicos, fundações. cooperativas e/ou associações privadas)	
Acima de 100 Leitos	96	18	105	564	**781**
Entre 50 e 100 Leitos	176	105	34	525	**840**
Total	272	123	139	1089	**1621**

Fonte: Bain & Company e BR Finance * Ativos atraentes para serem adquiridos ** Rede D'Or, Dasa, Hapvida, Kora, Athena Saúde, Amil, Grupo Santa

"Muitos ativos adquiridos na última onda de M&As ainda não capturaram as sinergia"
Luiza Mattos

Destaque

Ações da João Fortes
Em resposta a um questionamento da Comissão da B3, a João Fortes Engenharia disse acreditar que as oscilações registradas entre 9 e 22 de julho no preço de suas ações foram decorrentes do aumento de capital social em quase R$ 1 milhão, anunciado em maio. "Reforçamos que, nos termos do PRJ [plano de recuperação judicial], foi designado um comissário que está continuamente tentando alienar as ações emitidas no Aumento de Capital, tendo como objetivo único entregar valores em pecúnia aos credores", disse a companhia no fato relevante divulgado nesta terça-feira (23). No processo de aumento de capital, a gestora Commcor adquiriu 11% em participação da construtora carioca e vem se desfazendo dos papéis desde então. Porém, a oscilação acontece em meio de um momento de redução da pressão decorrente da venda das ações pela Commcor, segundo gestor ouvido pelo **Valor**.

Imóveis Baixa entrega de novos edifícios ajudou a reduzir vacância em 1 ponto percentual; atraso em aluguéis da WeWork pode ter impacto futuro

Parcela de escritórios vagos segue alta em SP, mas recua no 2º tri

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Giancarlo Nicastro, CEO da SiiLA, que está lançando um indicador novo para calcular o valor de locação de escritórios

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

O segundo trimestre trouxe uma queda de 1 ponto percentual na vacância de escritórios de alto padrão em São Paulo, em relação ao primeiro trimestre, apontam as consultorias imobiliárias JLL e Colliers, que identificaram que 22% dos espaços dessa categoria na cidade estão vagos.

A queda é maior, de 3,5 pontos percentuais para a JLL e de 2 pontos para a Colliers, quando a comparação é feita com o segundo trimestre de 2023.

A absorção líquida do trimestre, que mostra o saldo entre os espaços locados e devolvidos, foi positiva em 65,8 mil metros quadrados, segundo a JLL. É o dobro do registrado nos primeiros três meses do ano. "Observamos uma redução na quantidade de áreas devolvidas", afirma Matsuyama.

Há menos prédios novos de escritório sendo colocados para locação na cidade, o que também ajudou a reduzir a vacância. A JLL identificou 38,6 mil metros quadrados entregues no primeiro semestre, bem menos, proporcionalmente, aos 206,2 mil metros quadrados que entraram no mercado em todo o ano passado.

Yara Matsuyama, diretora da divisão de escritórios da JLL, afirma que um volume maior de entregas só deve ocorrer em 2025, quando três prédios devem trazer 198 mil novos metros quadrados à cidade, o que pode comprometer o atual movimento de queda da vacância.

A Colliers ainda prevê mais 100 mil metros quadrados de novo estoque até o fim do ano, principalmente nas regiões da Barra Funda, Chácara Santo Antônio, Itaim Bibi, Paulista, Pinheiros e Rebouças.

As novas locações na Barra Funda e Rebouças, regiões que não são consideradas "primárias" na cidade, superaram as devoluções, em 8 mil e 6,5 mil metros quadrados, de acordo com a JLL. Para Matsuyama, isso é um sinal da recuperação de força do mercado de escritórios.

As maiores locações do segundo trimestre foram realizadas por empresas dos setores de aviação, publicidade e tecnologia.

O preço pedido pela locação de escritórios de alto padrão subiu na cidade no último trimestre. Para a Colliers, passou de R$ 96 para R$ 99. Para a JLL, o movimento foi similar, indo de R$ 94,8 para R$ 99,95. A região com o maior preço é o Itaim Bibi, com metro quadrado locado a R$ 311 ou R$ 303.

> "Observamos uma redução na quantidade de áreas devolvidas"
> *Yara Matsuyama*

Já os escritórios de alto padrão mais baratos estão na Marginal Sul, segundo a JLL, e cobram R$ 38 por metro quadrado. Para a Colliers, a área mais barata é Santo Amaro, onde o metro sai por R$ 27, em média.

Os dados de valor de locação dizem respeito aos ativos que estão disponíveis para serem ocupados. A consultoria SiiLA lançou neste trimestre um novo indicador que engloba também o preço dos edifícios já ocupados.

Segundo Giancarlo Nicastro, CEO da empresa, o indicador de valor de mercado permite uma visão mais exata do preço do imóvel, já que um proprietário pode pedir algo muito acima ou abaixo do preço da região e, assim, afetar toda a média da área.

O Itaim Bibi também figura como a região de maior preço, de acordo com o novo indicador, com média de R$ 307,12 por metro quadrado. A segunda área mais cara é a Faria Lima, com R$ 237,5.

Mesmo com o valor elevado, em ambas o preço pedido pela locação é ainda maior, com diferenças de 1,88% e 3,85%. A maior discrepância entre o valor de mercado e o preço pedido para locação ocorre na avenida Juscelino Kubitschek, de 11,5%.

Nicastro afirma que será mais comum encontrar regiões com preço pedido superior ao valor de mercado, já que o setor imobiliário costuma negociar preços. Porém, algumas áreas podem ter preços pedidos menores do que o valor efetivo dos imóveis, como ocorreu no segundo trimestre na região da Berrini, que tem valor pedido 4,9% menor do que o valor de mercado.

"A Berrini tem localização boa, mas ativos mais antigos se comparar com a Chucri Zaidan e a Faria Lima, regiões muito próximas", afirma Nicastro.

Ele avalia que o segundo trimestre foi "forte" na cidade para os escritórios, o que atribuiu a empresas "cada vez mais restritivas ao modelo híbrido".

A SiiLA prevê uma taxa de vacância de 19% na cidade ao fim do ano. O que pode atrapalhar essa projeção, ao menos temporariamente, é a situação da WeWork, empresa de escritórios compartilhados que é a segunda maior locadora de imóveis corporativos da cidade, atrás do banco Santander.

Segundo mostrou reportagem publicada no último dia 16 no **Pipeline**, site de negócios do **Valor**, a companhia tem atrasado o aluguel de alguns espaços que ocupa, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Essas área pertencem a diversos fundos de investimento imobiliário (FII). Ao menos nove já relataram atrasos.

A SiiLA avalia que no pior cenário, de entrega de todos os escritórios locados pela empresa, a vacância em São Paulo subiria em 1,4 ponto percentual. No entanto, Nicastro não aposta nisso. "Acredito que a WeWork não vai fechar, mas provavelmente deve ficar com regiões mais rentáveis e devolver outras", afirma.

22%
é a taxa de vacância de escritórios em SP

Matsuyama avalia que alguns prédios ocupados pela empresa podem sofrer mais, já que a WeWork tem a estratégia de ocupar áreas grandes em cada edifício. A JLL projeta, no pior cenário, um impacto de 2 pontos percentuais sobre a vacância da cidade.

A WeWork foi procurada pelo **Valor** para falar sobre o assunto, mas não retornou até o fechamento da edição. A empresa está em recuperação judicial nos Estados Unidos. Na América Latina, opera por meio de uma joint-venture com o SoftBank.

Novas locações de galpões logísticos batem recorde

De São Paulo

O setor de condomínios logísticos e industriais do país teve um segundo trimestre "surpreendente" no país, diz André Romano, gerente de industrial e logística da JLL. Segundo ele, a absorção bruta (novos contratos e renovações) foi recorde para um trimestre, em 1,4 milhão de metros quadrados, e a líquida (diferença entre novos contratos e devoluções) quase dobrou ante o primeiro trimestre, para 848 mil metros quadrados. No levantamento da Binswanger, a absorção líquida também cresceu, de 224 mil para 614 mil metros quadrados.

Esses resultados vieram acompanhados de uma leve queda na vacância, de 0,6 ponto percentual para a JLL e de 0,8 ponto para a Binswanger. As empresas calculam a taxa em 9,2% e 10,2%.

Segundo a JLL, o preço ficou estável sobre o primeiro trimestre, em R$ 26,1 por metro quadrado, mas subiu 7,6% na comparação com junho de 2023.

"É um sinal claro da institucionalização do mercado", afirma Romano. Para ele, o gerenciamento familiar dos galpões tem sido substituído pelo feito por grandes gestoras e fundos, que gerem capital de terceiros e precisam entregar rendimentos ao menos superiores à inflação.

A presença forte de empresas de comércio virtual nas locações do trimestre também surpreendeu o gerente, que esperava um arrefecimento dessa área. Mercado Livre e Shopee responderam por 32% das novas locações do trimestre, segundo a JLL.

7,6%
foi a alta do preço ante junho de 2023

A Binswanger destaca que o Mercado Livre, maior inquilino de galpões no país, com mais de um milhão de metros quadrados alugados, fez duas das cinco maiores contratações do trimestre, e a Shopee realizou a segunda e a quinta maior locação.

No primeiro semestre foram entregues 1,2 milhão de metros quadrados em novo estoque de condomínios industriais e logísticos, e são esperados cerca de 2 milhões ainda em 2024, o que deve fazer a vacância subir algo entre 10% e 11%. Para os preços de aluguel, a tendência no ano é de estabilização. *(ALT)*

Curtas

Ceg pede prorrogação

As distribuidoras de gás natural canalizado Ceg e Ceg Rio, da Naturgy, pediram a prorrogação dos respectivos contratos de concessão, informou a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenersa). O pedido foi apresentado 36 meses antes do término do contrato de 30 anos, em 21 de julho de 2027.

Demanda da Embraer

A Embraer estima que a demanda mundial de jatos e turboélices será de 10,5 mil unidades até 2043, no segmento de até 150 assentos, segundo o cenário divulgado na sua conferência de imprensa no Farnborough Airshow. As aeronaves mais estreitas ("narrowbodies") seriam beneficiadas pela alta da demanda por aviões de até 150 assentos, segundo a companhia, visto que elas seriam mais adequadas do que aviões maiores para operar de forma lucrativa em rotas mais curtas e com viagens mais frequentes. "Uma estratégia de frota bem-sucedida para os próximos 20 anos será uma combinação de jatos com menos de 150 assentos e de 'narrowbodies' maiores", diz Arjan Meijer, presidente da Embraer.

Lucro da Tesla cai

O lucro da Tesla caiu 45% no segundo trimestre em comparação com o mesmo período de 2023, atingindo US$ 1,48 bilhão. Diluído por ação, o lucro encolheu de US$ 0,78 para US$ 0,42. Na mesma base de comparação, porém, a receita total da companhia avançou 2%, para US$ 25,5 bilhões, um patamar recorde para o trimestre.

Receita da Stellantis

A Stellantis, fabricante multinacional da Fiat, Jeep e uma dúzia de outras marcas, deve registrar uma receita de € 86,64 bilhões (US$ 94,36 bilhões) no primeiro semestre, de acordo com o consenso da Visible Alpha, abaixo dos € 98,37 bilhões do mesmo período do ano anterior. A montadora divulga os resultados na quinta-feira (26). A Stellantis reconheceu que o primeiro semestre foi fraco, com vendas abaixo das estimativas nos Estados Unidos e Europa. Analistas também apontam taxas de câmbio desfavoráveis como desafios. Altos estoques em concessionárias nos Estados Unidos continuam sendo um problema. Analistas estão preocupados com o ritmo de redução desse excesso de estoque e se será preciso cortar preços.

Negócios com impacto positivo

Sustentabilidade

Wellington Vitorino

Ao sediar neste ano o encontro da cúpula do G20 e, em 2025, a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, a COP30, o Brasil estará no centro das atenções globais. Creio que a última vez em que ocupamos essa posição foi há mais ou menos uma década, no biênio em que recebemos a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

O contexto agora é outro. Não só porque as reuniões citadas passam longe do clima fraterno, leve e festivo das competições esportivas, mas, sobretudo, porque o mundo mudou radicalmente nesses últimos dez anos. Afloraram tensões econômicas e militares entre as nações. A desigualdade social se aprofundou. As mudanças climáticas, antes uma eterna "ameaça", transformaram-se em problema concreto, que afeta nossa vida no presente.

O mundo mudou e, com ele, mudou também nossa maneira de fazer negócios. Para além das métricas tradicionais de lucro, desempenho e respeito à ética corporativa, espera-se hoje que as empresas gerem valor para todo o seu ecossistema de stakeholders, ou ainda que contribuam para solucionar problemas complexos de suas comunidades — sejam eles relacionados ou não às questões de mercado.

Clayton Christensen (1952-2020), professor da Harvard Business School, em parceria com dois de seus ex-alunos, Efosa Ojomo e Karen Dillon, propôs um modelo interessante em seu último livro, O paradoxo da prosperidade. Os autores defendem a ideia de uma "prosperidade duradoura", alcançada quando os agentes sociais deixam um pouco de lado o imediatismo para considerar os efeitos de longo prazo de suas decisões.

Christensen dá o exemplo concreto das montadoras norte-americanas que se instalaram no México. A lógica era de ganha-ganha: subsídios fiscais e facilidades logísticas eram oferecidas para atrair grandes plantas fabris, as quais, em troca, gerariam milhares de empregos diretos e indiretos, ajudando a desenvolver a região. Acontece que, se esse tipo de acordo tem como horizonte apenas as vantagens econômicas, sem contrapartidas mais amplas, cria-se dependência e fragilidade. Se porventura a fábrica decide mudar de endereço, aquele ambiente social fica pior do que era antes.

Mas então, o que fazer? Paul Polman, que foi CEO global da Unilever, e Andrew Winston, especialista em negócios sustentáveis, dão a pista: empresas corajosas prosperam dando mais do que tiram. Esse é o subtítulo de seu livro Impacto positivo ("Net positive", no original), que garante que externalidades negativas e lucratividade não poderão mais andar juntas neste século.

Pensando na realidade brasileira, recordo as comunidades que vivem próximas a Belém, no Pará, e que cultivam a priprioca, uma erva aromática natural da Amazônia, com um acordo de venda garantida para a Natura. Conheci pessoalmente esse circuito e pude atestar os benefícios que um programa bem desenhado pode ter sobre um território.

Num período em que os holofotes do mundo estarão voltados para nós, é bom destacar exemplos bem-sucedidos de sinergia entre um setor privado consciente de suas atribuições sociais, comunidades ativas em seu próprio processo de transformação e um poder público aberto a modelos mais modernos de desenvolvimento. Que esse Brasil — sede do G20 e da COP30 — possa ensinar ao mundo como fazer negócios com impacto positivo.

Wellington Vitorino é diretor-executivo do Instituto Four
E-mail wvitorino@institutofour.org

Saneamento Em evento na B3, Tarcísio de Freitas diz que universalização era prioridade

Governo de SP corta tarifa da Sabesp após privatização e rebate críticas

FRANCISCO CEPEDA/GOVERNO DO ESTADO DE SP

Com a privatização, tarifas serão reduzidas por meio de subsídio do Estado; R$ 10,4 bi arrecadados com oferta irão para projetos de transporte, diz governo

Taís Hirata e Fernanda Guimarães
De São Paulo

Após a conclusão da privatização da Sabesp, o governo de São Paulo defendeu o modelo da oferta de ações e negou ter deixado dinheiro na mesa com a venda de 32% da companhia. No processo, o Estado arrecadou R$ 14,8 bilhões, com as ações vendidas a R$ 67, valor 24% abaixo do preço em negociação na Bolsa — ontem, os papéis encerraram o pregão a R$ 88,64.

"Atingimos nosso objetivo, e o alcance financeiro foi maior do que o esperado", afirmou Natália Resende, secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, em entrevista coletiva realizada ontem, após evento que celebrou a privatização, na sede da B3. Segundo ela, o modelo também permitiu a formação de um "book" (investidores selecionados para entrar na oferta) de qualidade e de longo prazo.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, reforçou que o foco da oferta era alcançar a universalização, prevista para 2029. "Qualquer outro objetivo era secundário", disse.

Do valor total da venda, 30% (R$ 4,4 bilhões) serão destinados ao Fundo de Apoio à Universalização do Saneamento no Estado de São Paulo (Fausp), criado para subsidiar as tarifas dos usuários pelos próximos anos.

Uma das promessas de Freitas era que a privatização reduziria tarifas, o que será feito com aportes estatais. A partir de agora, passa a valer uma queda de 10% para tarifas sociais e de 1% para residências. Além disso, o governo vai garantir que o aumento das tarifas nos próximos anos ficará abaixo da curva de altas projetadas para a Sabesp estatal.

> "Nada nos impede de pensar em expandir dentro do Brasil e até fora"
> *Augusto Miranda*

Uma fonte explica que os R$ 4,4 bilhões alocados ao fundo não necessariamente terão que ser usados para garantir o alívio tarifário. Isso porque a mudança do modelo regulatório que passa a valer após a privatização já teria esse efeito: a nova estrutura implicaria uma redução tarifária de 4%, segundo os estudos do IFC, instituição ligada ao Banco Mundial e que foi responsável por estruturar a operação. Essa queda, porém, será diluída ao longo dos próximos anos e usada como "colchão" para amenizar os reajustes previstos — as quedas aplicadas nesta semana já sairão desse "colchão".

Segundo a fonte, há até mesmo uma possibilidade de não ser necessário usar os R$ 4,4 bilhões do fundo para os subsídios, a depender do cenário. Neste caso, os recursos poderão ser destinados à universalização do saneamento em outros municípios.

Sobre esse tema, o secretário de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini afirmou que, ao menos no primeiro ciclo tarifário dos próximos quatro anos, não será necessário usar os recursos do Fausp para garantir a queda.

O restante do valor arrecadado com a oferta (R$ 10,4 bilhões) irá para o caixa do Estado. Freitas sinalizou que usará os recursos em projetos de transportes. "Temos vários investimentos no setor metroferroviário, a extensão das linhas 4 e 5 do Metrô, empreendimentos no setor de rodovias."

Questionados sobre cláusulas da oferta que afastaram outros interessados, como a Aegea, Resende disse que o governo "seguiu com governança" e que "não tem investidor indesejado". Em relação ao "poison pill" (regra que impede que um sócio se torne majoritário por meio de oferta hostil), um dos motivos do afastamento da Aegea da disputa, ela disse que se trata de uma norma comum, que também é uma proteção contra a reestatização. "Existem investidores que têm característica mais específica e trabalham mais com a lógica de controle e não se enquadrariam."

> **R$ 10,4**
> **bilhões irão para o caixa do Estado**

Tanto a Equatorial — que assumirá o posto de sócio de referência da Sabesp — quando o governo não destacaram que a empresa tem potencial para ampliar sua atuação para além de São Paulo.

O presidente da Equatorial, Augusto Miranda, disse que o plano é fazer da Sabesp uma "plataforma nacional de investimento em saneamento". Questionado sobre o interesse em leilões em outros Estados, disse que a prioridade serão os investimentos já contratados. "Com a geração de caixa e a capacidade da Equatorial de acesso ao mercado de capitais, nada nos impede de pensar em expandir dentro do Brasil e até fora. Mas presumindo o compromisso da universalização [em São Paulo], que é o objetivo principal do governo do Estado."

INÊS 249

Restaurante Aprovação antes de assembleia daria a Brazil Airport em garantia a investidor não identificado e mantém Ken Pope na gestão

Novo empréstimo à SouthRock atormenta credores

Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

O grupo SouthRock, que tem acordo de venda das lojas da Starbucks, tenta correr com um empréstimo (DIP) antes da assembleia de credores. A companhia de Ken Pope pediu ao juiz da recuperação judicial urgência para contratação do empréstimo de R$ 25 milhões com o Katch Fund, a taxa de 25% ao ano. O juiz pode autorizar o crédito antes da reunião dos credores, marcada para 31 de julho.

O Katch Fund é sediado em Luxemburgo, com US$ 850 milhões em fundos de crédito privado e financiamento de litígios, e um escritório de representação em São Paulo aberto em 2019. A gestora tem a receber cerca de R$ 135 milhões do grupo de Pope, por meio de empréstimos feitos em reais, dólares e euros às controladas Brazil Airport Restaurants (BAR), KD01 Participações e SouthRock Capital. O empréstimo se daria por meio do veículo Special Opps, um fundo pré-operacional administrado pelo Master — que administra outros três fundos com nome Katch Fund, mas com diferentes gestores.

O capital, segundo a tomadora, será usado para financiar lojas próprias da BAR — em aeroportos, pela controlada Brazil Airport, e em rodovias, pela controlada Brazil Highway. Esses pontos, além das marcas que a SouthRock controlava no Brasil, têm também marcas de terceiros — como Gendai, Mr Baker, Mania de Churrasco e Giraffas.

Ao juiz, as recuperandas estimam que o financiamento pode ajudar a elevar o faturamento de 2024 para R$ 244 milhões — "ao passo em que, sem a operação cuja autorização é ora requerida, o faturamento anual projetado para o grupo SouthRock seria de R$ 180 milhões."

A obtenção de DIP em processos de recuperação judicial tem sido cada vez mais rotineiro nas operações brasileiras, como forma de viabilizar a retomada operacional, que viabiliza quitar as dívidas. Neste caso, os credores da companhia têm se incomodado com algumas nuances.

A SouthRock já havia pleiteado um DIP de R$ 110 milhões que seria usado na Starbucks e na BAR, cujo contrato com o Katch Fund apontava como exigência a manutenção da marca da cafeteria americana — a Starbucks US então comunicou ao juízo que não tinha nada a ver com esse compromisso e que o contrato já havia sido encerrado e, portanto, não poderia ser condição para nada. No mês seguinte, a SouthRock e a Starbucks US avançaram na tratativa com a Zamp, que vai assumir a marca de cafeterias no Brasil em contrato com a americana e ficar com os pontos que eram ocupados pela SouthRock, em acordo dentro da recuperação judicial.

> O capital, segundo a tomadora, será usado para financiar lojas próprias da BAR

No dia 10 de julho, a companhia atualizou os dados de seu plano de recuperação judicial prevendo um DIP de R$ 91,6 milhões (duas tranches de R$ 12,5 milhões mais duas tranches de R$ 33,33 milhões) e, cinco dias depois, entrou com a demanda de urgência para o financiamento de R$ 25 milhões.

"A empresa argumentava que o volume de recursos da ordem de R$ 100 milhões era necessário para sua maior operação, a Starbucks, e a menor tranche para a BAR. Agora, quer o mesmo volume no plano para seu menor negócio", observa um credor. "Essas mudanças em tão pouco tempo já mostram como os planos são desestruturados. Além disso, a ideia é passar de 30 para 55 lojas da BAR para quitar credores. A BAR vende café e comida, 55 lojas ou 70 lojas não vão quitar uma dívida de R$ 2,3 bilhões."

Os credores também estão ressabiados sobre o acordo do empréstimo, já que desconhecem qual é o investidor por trás do dinheiro. "Na Americanas e na Light, por exemplo, sabíamos quem era o investidor no DIP. Aqui não há transparência sobre isso", diz um credor. Os atuais credores querem saber se o capital no veículo tem alguma parte relacionada a Pope, empresário americano que teria recursos no exterior — o que demonstra o clima de desconfiança que tomou conta das conversas entre as partes, intermediadas hoje pela consultoria Galeazzi.

"Como investidor, entendo que alguém que apostaria na BAR faria isso por meio de uma UPI, não dando capital na mão do Pope, que vai continuar gerindo o negócio", diz outro credor. O **Pipeline** não obteve retorno do Katch Fund à solicitação de entrevista até a publicação desta reportagem. Já o empresário foi categórico: Kenneth Pope afirma não ter qualquer relação ou participação no fundo de investimento Katch Fund.

> **R$ 25 milhões seria o empréstimo pedido**

Credores já fizeram demanda extra e judicialmente para mudança na administração, uma vez que há investigação criminal contra Pope. No acordo com o Katch Fund, está alinhado que a gestão pode se manter a mesma. O financiamento, que tem preferência na quitação, toma a BAR como garantia. "Tira a azeitona que sobrou na empada e os demais credores com fome", diz um gestor de fundo com crédito da SouthRock.

Na votação em assembleia, os credores podem reprovar o plano que a SouthRock vai apresentar e propor um novo plano. Se não houver consenso, a empresa corre risco de ir à falência.

Um outro ponto também virou revés para os credores. Aqueles que tinham recebíveis em garantia, travaram parte do fluxo para não ter perda total no negócio, enquanto se discute a recuperação da companhia. Tranches de CRIs, por exemplo, ficaram com 20% do fluxo com credores. O juiz da RJ mandou liberar essas garantias, desautorizando a SouthRock a cobrar multa de quem trava, mas abrindo a possibilidade de ação judicial da empresa contra os credores. "Isso é quebra de cessão fiduciária, o contrato virou piada", diz um credor.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

BARBARA LOPES/AGÊNCIA O GLOBO

O grupo SouthRock, dirigido por Ken Pope, está negociando a venda da rede de lojas da Starbucks para a Zamp

Teles são multadas por falta de clareza em planos 5G

Fiscalização

Mariana Assis e Rafael Bitencourt
De Brasília

As maiores operadoras de telefonia do país foram multadas por falta de clareza na venda de planos da telefonia de quinta geração (5G) ainda nos primórdios do desenvolvimento da nova tecnologia. A Secretária Nacional do Consumidor (Senacon) abriu processo administrativo sancionador, com multas que somam R$ 4,8 milhões, contra as operadoras Vivo, Oi e TIM. Em maio, a Claro havia recebido sanção de R$ 922,9 mil.

As empresas foram penalizadas por cometerem falhas na prestação de informações "claras, precisas, corretas e ostensivas em relação à tecnologia do 5G", conforme despachos publicados na edição desta terça-feira (23) do "Diário Oficial da União".

Para a secretaria, ligada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, as prestadoras teriam divulgado "mensagens publicitárias referentes a 5G que induziram os consumidores ao erro, por não informarem com clareza e adequação as limitações da tecnologia DSS", que foi contestada se realmente poderia ser considerada como parte da nova tecnologia em sua forma genuína.

> **R$ 4,8 milhões foi o valor total da multa**

Os valores das multas aplicadas são distintos. Para a Oi, a Senacon fixou o valor de R$ 1,3 milhão. Já a Vivo foi penalizada em R$ 1,5 milhão e a TIM, em R$ 2 milhões. As empresas receberam o prazo de cinco dias para fazer os pagamentos.

A rede DSS chegou a ser certificada por órgãos internacionais como padrão 5G, por alcançar velocidades bem superiores ao 4G. Porém, esse estágio de evolução dos serviços móveis utilizava o conceito de "compartilhamento dinâmico de frequências" — o que explica o significado da sigla DSS, em inglês — com o uso de redes pré-existentes, como 3G e 4G. Só por isso, foi possível lançar essa modalidade de serviço antes do leilão das redes 5G, realizado no Brasil em novembro de 2021.

Antes da oferta pública, o Ministério das Comunicações fez alertas ao setor e à Senacon para coibir a divulgação e comercialização desse serviço como 5G. A identificação era feita em campanhas publicitárias e no display do aparelho, onde aparece o padrão de rede acessado pelo usuário. O então ministro Fabio Faria considerava a estratégia como "propaganda enganosa".

Naquela época, a Oi ainda tinha redes de celular. Hoje, a tele oferta só banda larga fixa, pois precisou vender suas frequências, que formavam sua rede de celular, para as concorrentes diretas — ou seja, Claro, Vivo e TIM.

> "Não informaram com clareza as limitações da tecnologia DSS"
> *Senacon*

Procurada, a TIM, Oi e Vivo informaram que não comentam processos administrativos "em andamento", ainda "em curso".

No leilão de 2021, o Brasil impôs a adoção do 5G "puro", o padrão de rede "standalone" (5G SA). Nele, em contraste ao "non-standalone" (NSA) adotado em outros países, é preciso dispor de arquitetura de rede exclusiva para o 5G, capaz de oferecer velocidade dez vezes mais rápida do que o 4G e tempo de resposta (latência) próximo de 1 milissegundo.

Curta

Alstom mantém metas

A Alstom reiterou suas metas para o ano após as receitas crescerem no primeiro trimestre fiscal e confiando na recuperação de pedidos ao longo dos próximos meses. A fabricante de trens francesa teve vendas de € 4,4 bilhões nos três meses que encerraram em junho, alta de 5,1% no ano e em linha com a expectativa de analistas. No entanto, os novos pedidos caíram 5,9%, a € 3,64 bilhões, abaixo do esperado, deixando a carteira de pedidos da Alstom ao fim de junho em € 91,8 bilhões. "Como esperado, o número de pedidos no primeiro trimestre foi ruim, mas ganhamos contratos de qualidade na Europa", diz Henri Poupart-Lafarge, diretor-presidente. A empresa destacou que o faturamento no segmento de serviços foi quem impulsionou os resultados no trimestre. Do total de novos pedidos, 70% foram na Europa. A companhia reiterou suas metas para o ano fiscal de 2025, assim como as metas de médio e longo prazo

Porto Arranjo financeiro para aprofundar acesso da Baía da Babitonga (SC) é inédito

São Francisco e Itapoá negociam parceria para ampliar canal

Raphael Salomão
De São Francisco do Sul (SC) e São Paulo

Uma parceria entre setor público e privado está sendo negociada para bancar o aprofundamento do canal de acesso da Baía da Babitonga, no litoral de Santa Catarina. Na região, estão os portos de São Francisco do Sul, administrado pelo governo catarinense, e o de Itapoá, de gestão privada, que discutem um modelo de custeio da obra, orçada em R$ 300 milhões.

Os responsáveis afirmam que o arranjo financeiro previsto para o projeto é inédito no país. Prevê que a Porto Itapoá financie a obra com recursos do seu próprio caixa. A execução ficará sob responsabilidade da SCPar Porto de São Francisco do Sul, autoridade portuária local. E o pagamento ao parceiro privado será feito com os recursos das tarifas de uso do canal de acesso, mais uma taxa de juros.

A proposta já foi apresentada ao governo federal, a quem cabe autorizar os trâmites. No dia 10 de junho, o governador Jorginho Mello se reuniu com o ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, para discutir o modelo. Na segunda-feira (22), representantes do governo catarinense e da Secretaria de Portos voltaram a discutir o assunto, mas ainda não houve uma definição, informou ao **Valor** a Secretaria de Ferrovias, Portos e Aeroportos de Santa Catarina. A gestão portuária é de responsabilidade da União, mas, em São Francisco do Sul, a autoridade pública é delegada ao Estado de Santa Catarina.

O secretário estadual de Ferrovias, Portos e Aeroportos, Beto Martins, explica que todos os navios que adentram ao canal de acesso da Baía da Babitonga, independentemente do destino, pagam uma taxa de utilização, que vai para um caixa único da autoridade portuária. No caso, a SCPar Porto de São Francisco do Sul. Desse caixa sairá a quitação do financiamento com a Porto Itapoá, em condições que avalia serem mais vantajosas.

"O aval do Estado é de que será devolvido para eles esse adiantamento com as próprias taxas, em um prazo que nos permita fazer isso sem comprometer a manutenção do porto público. E com uma taxa bem abaixo do mercado", afirma o secretário, mencionando que os custos desse capital para o governo serão próximos do mercado internacional e inferiores aos praticados hoje no sistema financeiro brasileiro.

O diretor-presidente da SCPar Porto de São Francisco do Sul, Cleverton Vieira, acrescenta que, nas condições atuais, a autoridade portuária não tem como bancar a obra sozinha, nem conseguir financiá-la com alguma instituição de fomento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo. Daí a importância desse modelo que une público e privado.

"Conseguimos construir esse modelo, que vai dar celeridade e segurança jurídica para fazer essa obra. O porto Itapoá vai adiantar o recurso e o de São Francisco do Sul vai executar. E a partir da receita dos navios que entram hoje e passarão a entrar no canal de acesso, vamos reservar o recurso e pagar de uma forma mais competitiva", detalha o executivo.

> "Esse modelo vai dar celeridade e segurança jurídica para fazer a obra"
> *Cleverton Vieira*

DIVULGAÇÃO

Porto de São Francisco é administrado pelo governo de Santa Catarina e deve bater recorde de movimentação de carga neste ano, principalmente de soja em grão

O Porto de São Francisco do Sul é o maior de Santa Catarina e o sétimo do Brasil em movimentação de carga. Neste ano, vem registrando recordes. De janeiro a maio, foram 7,3 milhões de toneladas, 16% a mais que no mesmo período em 2023. Em maio, foram 1,4 milhão de toneladas, 22% acima de um ano atrás. Foi o quinto mês seguido de aumento, com liderança da soja em grão — 790 mil toneladas.

A Porto Itapoá, que administra o terminal no município, tem entre seus acionistas dois grandes operadores logísticos internacionais: a Maersk e a Hamburg Süd. Especializado em contêineres, registrou neste ano o melhor primeiro semestre de sua história, conforme os números publicados em seu site oficial.

De janeiro a junho, foram 597,338 TEUs (unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés), 12% a mais do que no mesmo período em 2023. Nas exportações, as cargas refrigeradas se destacaram, com um crescimento de 43% nos primeiros seis meses do ano. Em junho, foram 109,889 mil TEU's no total, o melhor resultado mensal do ano, superando o registrado em abril.

Na visão da Porto Itapoá, as melhorias do canal de acesso da Baía da Babitonga vão ao encontro da estratégia de aumentar a capacidade nos próximos anos. Atualmente, a companhia recebe navios de contêiner com até 336 metros de comprimento. O plano é passar a operar com embarcações com pelo menos 366 metros, com uma quantidade mínima de restrições de maré nem de profundidade do canal de atracação.

"Para o porto ter capacidade de crescer em área e cais, precisa estar com o acesso adequado. É notório que os portos brasileiros têm ficado para trás em relação à demanda global no que se refere à navegação de contêiner", analisa o diretor de desenvolvimento de negócios e de experiência do cliente da Porto Itapoá, Felipe Fioravanti Kaufmann.

Ele explica que a fase atual é de um memorando de entendimento, "caminhando para uma assinatura de contrato" entre Itapoá e São Francisco do Sul. A expectativa, de acordo com Kaufmann, é a de que o edital seja lançado ainda este ano, para que se avance nos trâmites de execução ainda no primeiro trimestre de 2025. Considerando o tempo estimado de execução de uma obra como esta, de seis a oito meses, a avaliação é de que será possível operar com as novas condições do canal de acesso da Baía da Babitonga no quarto trimestre do ano que vem.

> **R$ 300 milhões é o custo estimado da obra**

O executivo não tem uma previsão de quanto tempo a Porto Itapoá levará para ter o retorno do investimento. Indica apenas que será um "prazo razoavelmente extenso". Ele pontua, no entanto, que a necessidade de melhorar as condições de acesso ao porto foi um importante motivador da parceria com a autoridade pública.

"Podia-se aguardar recurso público. Mas como o Estado foi receptivo para novas modelagens e como temos uma demanda represada, entendemos que seria mais célere caminharmos para uma parceria público-privada", comenta Kaufmann.

Curtas

RJ da Americanas

A Americanas tornou pública na noite desta terça-feira (23) decisão judicial da corte de falências dos Estados Unidos no Distrito Sul de Nova York que confirma a validade dos termos do plano de recuperação judicial (PRJ) da varejista — incluindo a cláusula de não litígio e todos os anexos do PRJ — dentro dos Estados Unidos. "Os esforços dos devedores da recuperação judicial, seus credores e outras partes interessadas em consumar o PRJ brasileiro poderão ser impedidos ou prejudicados pelas ações de certos credores e/ou outras pessoas, um resultado que seria inconsistente com os propósitos do Capítulo 15 do Código de Falências [...], diz o documento. Se tomadas, tais ações poderiam ameaçar, frustrar, atrasar e, em última análise, comprometer o processo de recuperação judicial brasileiro e a implementação do PRJ brasileiro e, como resultado, os devedores do Capítulo 15, seus credores e outras partes interessadas sofreriam danos irreparáveis. Danos para os quais não há solução adequada na lei", justificou o juiz de falências Michael E. Wiles, na decisão datada de segunda-feira (22). O Capítulo 15 da Lei de Falências americana permite o reconhecimento nos Estados Unidos de processos de falência (e também de recuperação judicial) estrangeiros e o acesso a processos judiciais americanos por representantes estrangeiros.

Lucro da Mattel

A fabricante de brinquedos Mattel registrou lucro líquido de US$ 56,9 milhões no segundo trimestre, uma alta de 109,1% na comparação anual. Diluído por ação, o lucro passou de US$ 0,08 para US$ 0,17, em linha do estimado pelo mercado americano. As vendas totais, incluindo Barbie, os carrinhos Hot Wheel e Fisher-Price, caíram cerca de 1%, em comparação anual, para US$ 1,08 bilhão. A boneca Barbie, carro-chefe da companhia, teve queda de 6% no faturamento bruto, na base anual. O segmento de carrinhos, Hot Wheel, aumentou 2% no faturamento bruto e as figuras de ação, construção e demais jogos cresceu 1%, já a Fisher-Price desacelerou 4%.

Marketing Estimativa inicial é que os mais de 100 milhões de produtos licenciados para a edição do festival deste ano gerem vendas em torno de R$ 500 milhões

Rock in Rio fecha contratos de licenciamento com 25 marcas

Claudia Penteado
Para o Valor, do Rio

Mais de 300 produtos oficiais e licenciados, de 25 marcas diferentes, em 20 categorias (seis a mais que na edição passada, em 2022) levam este ano a marca Rock In Rio. O festival, que neste ano ocorre de 13 a 22 de setembro, comemora sua 40ª edição e Luis Justo, CEO da Rock World, empresa que administra o festival, faz uma estimativa de valor de venda das mais de 100 milhões de unidades de produtos licenciados nesta edição: algo em torno de R$ 500 milhões.

"É uma conta arredondada, o valor deve superar isso, e naturalmente esse faturamento vai para os nossos licenciados", diz Justo. Ele não informa o faturamento que a Rock World obtém com o licenciamento, mas diz que houve crescimento ao longo das edições, especialmente porque a estratégia é adicionar marcas de maior valor agregado. No ano passado, havia 24 marcas e os produtos licenciados e oficiais chegaram a 500. A redução no número de produtos em pelo menos 200 unidades demonstra a estratégia do "menos é mais", segundo Justo.

"Os licenciamentos têm naturezas diferentes, há desde produtos que a gente licencia diretamente, com participação na renda, a outros que estão dentro do nosso projeto de patrocínio", diz o executivo. Também há empresas que pagam royalties para usar a marca Rock in Rio.

A Volkswagen, patrocinadora do festival, lança o sétimo carro licenciado em 13 anos de parceria, o Polo Rock in Rio. Livia Kinoshita, diretora de marketing da montadora, espera ter vendido todas as 4 mil unidades do carro, ao preço de R$ 92.990,00, até o início do festival.

O Polo é o modelo mais vendido da montadora. Vendeu 65 mil unidades em 2023 e neste ano, até o momento, 70 mil. Na edição do festival de 2022, foram vendidas 3 mil unidades do modelo T-Cross Rock In Rio.

De carro a enxaguante bucal, são mais de 100 milhões de unidades de produtos licenciados, segundo Justo, com preços variando de R$ 8,90 a quase R$ 100 mil, no caso do Polo VW. Ao longo de todas as edições do festival, desde 1985, mais de 3.600 produtos já foram licenciados.

A Hypera Pharma licencia pela primeira vez o Engov After, indicado para reidratar o consumidor que exagerou no consumo de álcool. Esse tipo de bebida representa 35% das vendas da marca Engov. "O segmento é relativamente novo, cresce exponencialmente, e já é 10 vezes maior que o de medicamentos", diz Carla Dias Araújo, diretora da Hypera Pharma.

Outras marcas estreantes são a Yuool, de tênis; e a Tagima, de instrumentos musicais. A marca de moda Frankie Amaury volta ao mercado e estreia no festival com jaquetas e outros itens.

Outras marcas estão presentes há várias edições do Rock in Rio. A fabricante de bebidas Coca-Cola está produzindo 35 milhões de latas com a marca dos 40 anos do festival.

Pela quinta vez, o Colgate Plax é o enxaguante bucal oficial do Rock in Rio.

No aplicativo do iFood o consumidor poderá comprar os produtos das marcas que fecharam contrato com a Rock World. Nesse aplicativo o usuário também poderá ter acesso a informações exclusivas sobre os artistas que se apresentarão no Rock in Rio.

A Rock World fechou neste ano, no total, os seguintes contratos de licenciamento: Bob's, Boneleska, C&A, Chilli Beans, Coca-Cola, Colcci, Colgate, Ellus, Engov After / Hypera, Frankie Amaury, Glück, Havaianas, Icebrg, iFood, Ímãs do Brasil, Kit-Kat/Nestlé, Lupo, Natura, Pierim, Seara, Tagima, Trident/Mondelez, Volkswagen, Yuool e Loja de Produtos Oficiais Rock in Rio.

DIVULGAÇÃO

"A redução no número de produtos é a estratégia do 'menos é mais'" *Luis Justo*

Informa negocia compra da dona do Cannes Lions

Eventos

Daniel Thomas e Arash Massoudi
Financial Times, de Londres

A Informa, um grupo de eventos do Reino Unido, está em negociações avançadas para comprar a rival Ascential, proprietária de conferências globais, incluindo o festival de publicidade Cannes Lions, por mais de 1,1 bilhão de libras.

A indústria de eventos tem mostrado recuperação forte desde o fim da pandemia de covid-19.

A Ascential, empresa negociada na Bolsa de Londres, disse ontem (23) que recebeu uma proposta condicional da Informa sobre uma possível oferta em dinheiro de 568 centavos por ação, ou mais de 1,1 bilhão de libras. A empresa disse ainda que seu conselho estava "preocupado em recomendar a proposta".

A Informa, que opera nos mercados de eventos e marketing digital, deverá divulgar resultados financeiros hoje (24).

Uma pessoa alertou que o acordo não havia sido assinado e ainda poderia não acontecer. A Informa não quis comentar.

A Ascential disse que a proposta seguiu uma série de abordagens da Informa nos últimos meses. "Tendo avaliado cuidadosamente a proposta, o conselho esteve envolvido em discussões avançadas com a Informa sobre a proposta", informou a Ascential.

Essa empresa simplificou recentemente o seu negócio para se concentrar principalmente em eventos, com receitas adicionais provenientes de assinaturas associadas e serviços de consultoria. Isso atraiu a Informa, que já é a maior empresa de eventos do mundo.

1,1 bi
de libras é o valor estimado do negócio

A Ascential, que emprega cerca de 700 pessoas, anunciou planos em março para devolver 850 milhões de libras aos acionistas após a venda de 1,4 bilhão de libras de suas divisões de comércio digital e previsão de tendências. A Ascential tem valor de mercado de 749 milhões de libras.

A Informa, por sua vez, vale 11,3 bilhões de libras. Sob Stephen Carter, ex-presidente-executivo do regulador de comunicações Ofcom, a Informa tem atuado na expansão de seus negócios por meio de aquisições, incluindo o grupo de eventos Tarsus da Charterhouse Capital Partners por US$ 940 milhões em março do ano passado.

No mesmo mês, a Hyve foi adquirida pelo grupo de private equity Providence Equity Partners por US$ 580 milhões, e a rival Cvent pela Blackstone por US$ 4,6 bilhões, mostrando a extensão do interesse dos investidores na crescente indústria de eventos.

Analistas da Peel Hunt disseram que os eventos da Ascential costumam ser "de prestígio, com longevidade de crescimento, o que deveria merecer uma avaliação premium". O Cannes Lions, por exemplo, é considerado o "Oscar" da indústria publicitária. A Ascential também é dona do Money20/20, uma série de eventos importantes para o setor de "fintechs" realizados na Ásia em abril, na Europa em junho e nos EUA em outubro.

A Ascential realizou um evento de mercado de capitais de dois dias no Cannes Lions este ano, onde destacou o potencial de crescimento futuro, incluindo oportunidades de fusões e aquisições.

Olimpíada de Paris

DAVID GOLDMAN/AP

Bombeiros fizeram treinamento no sábado (20) no rio Sena, em preparação para a Olimpíada que começa na sexta-feira (26). O número de ingressos encalhados e disponíveis para revenda superou a marca de 250 mil. A baixa procura aumenta as preocupações, a poucos dias antes da cerimônia de abertura, de que muitos atletas estarão se exibindo para assentos vazios. O número de ingressos não desejados subiu para 271.637 ontem (23) — eram cerca de 180 mil um mês atrás, segundo o "Financial Times". Os organizadores disseram que foram vendidos ou alocados 8,85 milhões de ingressos.

Lucro da LVMH cai 14% no 1º semestre

Luxo

Felipe Laurence
De São Paulo

A LVMH teve lucro de € 7,26 bilhões nos seis primeiros meses do ano, o equivalente a uma queda de 14,3% em relação ao mesmo período de 2023. O conglomerado de luxo francês registrou receita de € 41,7 bilhões entre janeiro e junho, com redução de 1,3% na comparação anual.

"Os resultados do primeiro semestre mostram a resiliência dos nossos negócios, apoiados na força de nossas marcas e a atuação para navegar em meio a incertezas geopolíticas e econômicas", disse Bernard Arnault, diretor-presidente da LVMH, em nota.

A empresa destacou que o faturamento cresceu 2% em termos orgânicos, quando não considerados os efeito cambiais. No segundo trimestre, as receitas cresceram 1% no mesmo quesito. No primeiro trimestre, o faturamento subiu 3%.

O desempenho dos negócios na Europa e nos Estados Unidos foi destaque na companhia, dona de marcas como Dior, Louis Vuitton, Tiffany &Co, Sephora, entre outras.

A companhia disse acreditar que as incertezas geopolíticas e econômicas vão continuar ao longo do segundo semestre e reiterou a confiança no desempenho de suas marcas para continuar na liderança no setor de luxo.

Na Bolsa de Paris, as ações do conglomerado fecharam em queda de 0,07%.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Ambev S/A -** CNPJ: 07.526.557/0001-00 - Endereço: Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, 3º Andar, Edifício Corporate Park, Bairro Itaim Bibi - Requerente: Sherwin Williams do Brasil Indústria e Comércio Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Fg Comércio de Materiais de Concreto e Serviços Ltda. -** CNPJ: 32.406.088/0001-32 - Endereço: Av. Guinle, 2367, Cidade Industrial Satélite de São Paulo - Requerente: Acvil Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Integral Engenharia Ltda. -** CNPJ: 16.629.693/0010-07 - Endereço: Av. Assis Chateaubriand, 291, Bairro Floresta - Requerente: Marcello Augusto Lima Vieira de Mello - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Requerido: **KND Design E-Comm Ltda. -** CNPJ: 46.901.184/0001-61 - Endereço: Rua Dominique Lagru, 71, Apto. 74, Bairro Jardim Ester - Requerente: Acrílicos Brasil Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Qualyprint Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 03.500.132/0001-70 - Endereço: Rua Doze de Outubro, 261/41, Galpões 261 e 241, Bairro Canhema, Diadema/sp - Requerente: Farel Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Requerido: **Telsan Engenharia e Serviços S/A -** CNPJ: 00.740.230/0001-97 - Endereço: Av. do Contorno, 3513, 8º Andar, Bairro Santa Efigênia - Requerente: Erick José Guimarães de Andrade - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Falências Decretadas

Empresa: **Luana Elisa Pacheco Confecções e Acessórios Ltda. -** CNPJ: 21.942.972/0001-75 - Endereço: Av. Industrial, 1620, Distrito Industrial, José Bonifácio/sp - Administrador Judicial: Aom Judicial, Representada Pelo Dr. Adriano de Oliveira Martins - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Retroeste Comércio de Móveis Eireli Epp -** CNPJ: 03.633.054/0001-82 - Endereço: Quadra Qi 2, Lotes 31/33, Loja 04, Setor Industrial, Taguatinga - Administrador Judicial: Dr. Adelino Silva Neto - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Empresa: **Sgta Log Logística Eireli -** CNPJ: 33.966.901/0001-91 - Endereço: Av. Das Nações Unidas, 13997, Bairro Vila Gertrudes - Administrador Judicial: Lindoso e Araújo Consultoria Empresarial Ltda., Representada Pelo Economista Sr. José Luiz Lindoso da Silva - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Eco2 Comércio de Produtos de Franquia Ltda. Epp -** CNPJ: 23.143.646/0001-23 - Requerente: Riacho Embalagens Flexíveis Ltda. - Vara/Comarca: 7a Vara de São José Dos Campos/SP - Observação: Pedido julgado improcedente.

Requerido: **Nivelar Obras Rápidas, Terraplanagem e Materiais de Construções Ltda. -** CNPJ: 10.671.283/0001-57 - Endereço: Rua Quatro, Chácara 299, 2 A, Loja 09, Setor Habitacional Vicente Pires - Requerente: Sifra Plus Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissegmentos - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Pedido julgado improcedente.

Requerido: **Sense Polímeros Comércio, Importação e Exportação Ltda., Nome Fantasia Aliança Plásticos -** CNPJ: 07.588.100/0001-20 - Endereço: Rua João Franco de Camargo, 160, Bairro Jardim Virgínia, Itatiba/sp - Requerente: Bex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Desistência homologada.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Bruno José Valêncio Costa e Outro -** CNPJ: 12.532.753/0001-27 - Endereço: Sítio Aparecidinha, S/nº, Zona Rural, Mirassol/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Bruno José Valêncio Costa e Outro, Filial 1 -** CNPJ: 12.532.753/0002-08 - Endereço: Estrada Municipal Valdomiro Lopes da Silva, Sjr 350, S/nº, Fazenda Barreiro, Fazenda Vista Alegre, São José do Rio Preto/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Bruno José Valêncio Costa e Outro, Filial 2 -** CNPJ: 12.532.753/0003-99 - Endereço: Sítio Estrada Boiadeira Rp / Ipiguá, Km 15, S/nº, Fazenda Bacuri, Ipiguá/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Bruno José Valêncio Costa e Outro, Filial 3 -** CNPJ: 12.532.753/0004-70 - Endereço: Av. Marginal 2, S/nº, Rodovia Décio Custódio, Bairro Jardim Nunes, São José do Rio Preto/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Bvc Transportes Rodoviários Ltda. -** CNPJ: 07.412.449/0001-06 - Endereço: Rua José Batista da Silva, 425 A, Bairro Vila Residencial Furnas, Fronteira/mg - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Bvc Transportes Rodoviários Ltda., Filial -** CNPJ: 07.412.449/0002-97 - Endereço: Rua Amazonas, 1407, Bairro Eldorado, São José do Rio Preto/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Costa Gestão Administrativa Ltda. -** CNPJ: 30.708.893/0001-95 - Endereço: Av. Paraná, 240, Bairro Eldorado, São José do Rio Preto/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Padrão Indústria de Charque Ltda. Me, Nome Fantasia Frigorífico Padrão -** CNPJ: 04.417.279/0001-64 - Endereço: Rua João Thomaz de Oliveira, 55, Bairro Baguaçu, Olímpia/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Sw Estacionamento Ltda. -** Endereço: Não Consta - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Anaber Cosméticos Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 58.354.747/0001-28 - Endereço: Rodovia Sp 191, Km 64,1, S/nº, Exp Distrito Industrial - Administrador Judicial: Dra. Juliana Costa Teles - Vara/Comarca: 3a Vara de Rio Claro/SP

Empresa: **Antonio Carlos Sandre, Nome Fantasia Fazenda Inhumas Renascer -** CNPJ: 46.829.459/0001-01 - Endereço: Rodovia Go 206, Km 31 À Esquerda 03 Km, S/nº, Zona Rural - Administrador Judicial: Mais Auditoria Consultoria e Perícias, Representada Pelo Sr. Paulo Henrique Coan - Vara/Comarca: 2a Vara de Quirinópolis/GO

Empresa: **Elo Express Comércio de Livros Ltda. -** CNPJ: 12.599.267/0001-26 - Endereço: Av. Paulista, 2202, Cjto. 61 A, Bairro Bela Vista - Administrador Judicial: Rv3 Consultores Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Frigorífico Vanhove Ltda. -** CNPJ: 87.214.870/0001-41 - Endereço: Rua Raphael Vanhove, S/nº, Bairro Bomfim, São Gabriel/rs - Administrador Judicial: Estevez Guarda Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Luís Henrique Guarda - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Passo Fundo/RS

Homologação de Desistência de Recuperação Judicial

Empresa: **Metalcasty Ltda. -** CNPJ: 05.005.513/0001-09 - Endereço: Rua José de Oliveira China, 230, Bairro Sapopemba - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Centro Educacional Mariliense Ltda. -** CNPJ: 04.754.838/0001-21 - Endereço: Rua Coronel Galdino de Almeida, 485, Bairro Alto Cafezal - Vara/Comarca: 3a Vara de Marília/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Ziemer Administradora de Bens Ltda. -** CNPJ: 49.606.393/0001-70 - Endereço: Rua Irma Ester Pava, S/nº, Centro, Santa Maria do Oeste/pr - Vara/Comarca: 1a Vara de Ponta Grossa/PR - Observação: Face não reunir as condições exigidas para a ação.

Agenda Tributária

Mês de Julho de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa	5286*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Junho/2024
24	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Capital		
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053*	11 a 20/julho/2024
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426*	"
	Fundo de Investimento sujeito à tributação periódica	6800*	"
	Fundo de Investimento em Ações	6813*	"
	Operações de swap	5273*	"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468*	"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557*	"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9º da Lei nº 9.249/95)	5706*	"
	Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegócio (Fiagro) - Resgate ou amortização de cotas ou distribuição de rendimentos	5232*	"
	Demais rendimentos de capital	0924*	"
	Aplicações financeiras em ativos de infraestrutura - Tributação Exclusiva	3699*	"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Ativos (art. 1ª da Lei nº 13.043/2014)	5029*	"
	Fundos de Investimento - Lei nº 13.043/2014 (Art. 8º) e Lei nº 14.801/2024 (Art. 4º)	5035*	"
	IRRF - Fundo de Investimento em Participações (FIP), Fundo de Investimento em Índice de Mercado (Exchange Traded Fund - ETF), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundo Multimercado (FIM)	1605*	
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Aplicações Financeiras	5286*	11 a 20/julho/2024
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453*	"
	Outros Rendimentos		
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916*	11 a 20/julho/2024
	Prêmios obtidos em bingos	8673*	"
	Multas e vantagens	9385*	"
24	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)		
	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica	1150*	11 a 20/julho/2024
	Operações de Crédito - Pessoa Física	7893*	"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290*	"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220*	"
	Aplicações Financeiras	6854*	"
	Factoring (art. 58 da Lei nº 9.532/97)	6895*	"
	Seguros	3467*	"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028*	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

Empresas

Tecnologia Balanço mostra expansão dos negócios de computação em nuvem e de publicidade

Alphabet tem aumento de receita e lucro

Daniela Braun
De São Paulo

O balanço do segundo trimestre da Alphabet, controladora do Google, mostra um reflexo contínuo da crescente demanda por serviços de computação em nuvem, em parte impulsionados pela inteligência artificial (IA) generativa. Também mostra que a publicidade em sua plataforma de buscas não foi abalada pelo ChatGPT, da OpenAI.

No segundo trimestre, a Alphabet reportou lucro líquido de US$ 23,6 bilhões, resultado 28,6% acima do reportado um ano antes. A receita líquida alcançou US$ 84,7 bilhões no trimestre encerrado em 30 de junho, alta de 14% em base anual, informou a empresa nesta terça-feira (23). O avanço da receita ficou em linha com o previsto por analistas de mercado.

"Nosso forte desempenho neste trimestre destaca a força contínua em [ferramenta de] buscas e o momento de 'cloud' [nuvem]", disse Sundar Pichai, executivo-chefe da Alphabet, em comunicado sobre o balanço trimestral. "Estamos inovando em todas as camadas de IA".

A publicidade atrelada a buscas gerou receita de R$ 48,5 bilhões no segundo trimestre, aumento de 13,9% em base anual. Responsável por 57,3% da receita total da empresa, a ferramenta de buscas do Google tem sido acompanhada com cautela pelo mercado financeiro diante de possíveis ameaças como consultas on-line à ferramenta de IA da OpenAI e a outras plataformas como TikTok, por exemplo.

"É importante destacar que há 15 meses havia um grande debate se o ChatGPT iria afetar as buscas [do Google], mas claramente não está acontecendo", avalia Matheus Popst, sócio da gestora de investimentos Arbor Capital.

Para o sócio da gestora GeoCapital, André Kim, o ChatGPT segue como uma ameaça aos buscadores on-line do Google e da Microsoft. "A ação da Alphabet sofreu bastante diante dessa ameaça, mas o mercado foi entendendo que a Alphabet está se mexendo para entrar nessa nova era com a tecnologia de buscas incorporando ferramentas de IA e seguir gerando receita".

O serviço de nuvem do Google também avançou dois dígitos no segundo trimestre. Entre abril e junho, gerou receita de US$ 10,3 bilhões, alta de 28,8% ante o mesmo intervalo do ano passado. O lucro operacional de US$ 1,2 bilhão no trimestre mais do que triplicou em relação a igual período do ano passado (US$ 395 milhões). "Aqui observamos um segmento que está deslanchando", disse o sócio da GeoCapital.

Nos próximos meses, a Alphabet terá de buscar outra alternativa para ganhar participação das rivais AWS e Microsoft em computação em nuvem.

Uma de suas apostas era a compra da empresa de cibersegurança Wiz — uma operação estimada em US$ 23 bilhões e que seria a maior aquisição já feita pela Alphabet. Na segunda-feira (22), entretanto, a Wiz recusou a oferta e disse que partirá para uma oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês).

O sócio da GeoCapital acredita que a negociação não esteja totalmente descartada. "Na teleconferência, Pichai comentou que a negociação não avançou por falta de consenso, mas nada impede uma nova oferta".

No primeiro trimestre, a AWS tinha 31% do mercado global de nuvem pública, seguida por Microsoft (25%) e Google (11%), segundo a Synergy Research.

O aumento dos gastos da Alphabet para desenvolver novos recursos de IA na nuvem e em buscas, por exemplo, tem um custo elevado que os analistas acompanham com lupa.

Kim, da GeoCapital, diz que Pichai reconheceu, na conferência, que os gastos da companhia com IA estão acima do previsto. "Ele pediu calma ao mercado, alertando que os ganhos de IA devem vir entre 2025 e 2026".

Popst, da Arbor Capital, calcula que os gastos da Alphabet com equipamentos e propriedades somaram US$ 44,2 bilhões nos últimos 12 meses até o fim de junho, um crescimento de 58%, em base anual. "É um novo pico para este ciclo", observa.

Para equilibrar os gastos com IA, a empresa enxugou o time de colaboradores. No segundo trimestre, a Alphabet contava com 179.582 funcionários, uma redução de 2.216 pessoas ante igual período de 2023. "Mesmo que as despesas de capital sejam altíssimas, ao não ampliar a força de trabalho, o Google tem margem de manobra para apresentar números saudáveis", diz Popst.

WORLD ECONOMIC FORUM/ GREG BEADLE

"Trimestre destaca a força contínua em buscas e o momento 'cloud'"
Sundar Pichai

Alphabet Inc.
Cotação* dia a dia - em US$/ação

Variações		Valor de mercado
No dia	0,07%	US$ 2,247 trilhões
12 meses	51,64%	

Fonte: Yahoo finance. Elab.: Valor Data.
*Listada na Nasdaq

Wiz rejeita proposta do Google e prevê ir à bolsa

Dow Jones Newswires

As negociações da Alphabet, controladora do Google, para comprar a empresa de segurança cibernética Wiz, uma operação avaliada em US$ 23 bilhões, fracassaram. A aquisição, se fosse adiante, seria a maior já feita pela Alphabet.

Em um e-mail aos funcionários enviado na segunda-feira e ao qual o "The Wall Street Journal" teve acesso, o presidente-executivo da Wiz, Assaf Rappaport, disse que a empresa agora pretende fazer uma oferta pública inicial (IPO, iniciais em inglês). "Wizards, sei que a última semana foi intensa, com rumores sobre uma possível aquisição", escreveu ele. "Embora estejamos lisonjeados com as ofertas que recebemos, optamos por continuar nosso caminho para construir o Wiz." Ele também disse que a empresa pretende atingir US$ 1 bilhão em receita recorrente anual antes da abertura de capital.

O fim das negociações deve causar um efeito-cascata em todo o setor, disseram analistas da consultoria Wedbush em uma nota. Observaram que a Alphabet ainda quer investir em segurança cibernética.

Os analistas também acreditam que a recente interrupção do serviço da CrowdStrike [cuja atualização defeituosa no software antivírus Falcon Server travou 8,5 milhões de máquinas na sexta-feira (19), segundo a Microsoft] deixou em evidência a natureza interconectada do software de segurança cibernética e o ecossistema de nuvem para empresas como Microsoft, Google e Amazon.

Embora a Wiz possa estar fora de questão por enquanto, os analistas preveem o início de um ciclo de fusões e aquisições de grandes empresas de nuvem e tecnologia para software de segurança cibernética em seu portfólio mais amplo de produtos.

US$ 23 bi
é o valor estimado da aquisição

Agronegócios

Por

Cenários Levantamento da WBGI mostra que principais fundos diversificam alocação nos pontos da cadeia, mas estão focados em soja, açúcar e etanol

Concentrados em poucas culturas, Fiagros estão mais expostos a riscos

Camila Souza Ramos
De São Paulo

Os fundos de investimento do agronegócio (Fiagros), criados há três anos e que reúnem hoje um patrimônio de R$ 36 bilhões, ainda têm investimentos concentrados em poucas culturas, o que os expõe a riscos relacionados a esses produtos. Dos dez principais Fiagros do mercado, que concentram 59% de todo o setor, os investimentos com exposição a grãos, açúcar e etanol respondem por 35% das carteiras. O levantamento foi feito pela consultoria WBGI, de Piracicaba, a pedido do **Valor**.

A exposição das carteiras à produção ou a serviços relacionados a grãos é de 19,44%, enquanto a produção e os serviços relacionados ao setor de açúcar e etanol representa 15,81% das carteiras. Para Caio Rosateli, chefe de finanças e processos da WBGI, essa concentração expõe os Fiagros a riscos climáticos e mercadológicos dessas culturas.

Para o especialista, o quadro reflete a preferência dos fundos por "fazer o feijão com arroz que estão acostumados". "São cadeias que o gestor já conhece e sabe como atuar", observa. A preferência pelos grãos decorre do fato de a soja ser o carro-chefe das exportações do agronegócio brasileiro.

A exposição ao segmento sucroalcooleiro reflete a alta necessidade de financiamento do setor e sua experiência no mercado financeiro com instrumentos como Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), com os quais muitos Fiagros atuam.

Já outras cadeias também importantes para o PIB agropecuário ainda são relegadas pelos gestores da Faria Lima. O setor de proteína animal, por exemplo, representa 5,71% da exposição das carteiras dos Fiagros, enquanto a exposição dos fundos à cafeicultura é de apenas 0,66%.

"Apesar de a cadeia de proteína animal ser interessante e relevante para o agronegócio brasileiro, há questões que vão além da complexidade da produção. É uma produção em que é difícil de quantificar as análises de risco", avalia.

Para Rosateli, os gestores devem, com o tempo, começar a olhar para outras culturas como forma de diversificar riscos. Ele acredita que há espaço para aumentar a exposição dos Fiagros a investimentos em produção de café e citros, cujos produtores têm maior necessidade de capital. "São produtores mais tecnificados, e essa tecnificação pode reduzir o risco de quem está posicionado neles", avalia.

Se considerada a posição dos fundos entre produção primária ou secundária dentro do agronegócio, o quadro é mais diversificado. Segundo a WBGI, 35% dos Fiagros têm investimentos em sistemas "dentro da porteira" (produção primária), 35% têm investimentos "depois da porteira" (processadoras, tradings e outros clientes) e 22% têm investimentos "antes da porteira" (produtores e vendedores de insumos).

Na análise por segmentos, o estudo indica que a maior parte dos investimentos dos Fiagros está em agroindústrias (antes e depois da porteira), somando 40,20% do total. Em seguida estão os produtores (21,21%) e as distribuidoras e revendas de insumos (11,34%).

Essa distribuição reflete a estratégia dos Fiagros de reduzirem a exposição ao risco do produtor rural, "que não é baixo", avalia o especialista. Para ele, o risco "antes da porteira" é o segundo maior, pela possibilidade de inadimplência do agricultor caso a produção enfrente problemas de clima ou de mercado. Já o risco "depois da porteira" é menor pelo fato de a indústria não correr o risco da inadimplência e poder compensar com mudanças nas originações.

Regionalmente, os Fiagros também têm, na média, uma boa diversificação geográfica, embora existam exceções no universo de Fiagros analisado. "Mas ainda há fundos que não estão olhando para essa diversificação, que está relacionada ao risco climático", diz.

O executivo da WBGI acredita que a desaceleração das captações dos Fiagros e os casos de inadimplência que surgiram nessa indústria em decorrência da queda dos grãos e do efeito dominó sobre a cadeia de insumos, persistirão. "O mercado já está com mais cautela. Mas acho que ainda não chegamos ao momento mais crítico", avalia.

"Gestores devem começar a olhar mais para o café e citros"
Caio Rosateli

Concentração dos investimentos
Aporte das carteiras dos dez principais Fiagros - em %

Alocação por sistema agroindustrial

Alocação por tipo de investimento

3,8% Outros fundos/papéis
0,5% Agtech
40,2% Agroindústria
6,0% Caixa
7,4% Indústria/serviço
8,8% Cooperativa
21,2% Produtor
11,3% Distribuidor/revenda

Alocação por região

Alocação por culturas/serviços

Fonte: WBGI

valor.com.br

Usinas
Seca faz Raízen moer mais cana-de-açúcar
A Raízen, maior processadora de cana do mundo, elevou sua moagem em 15,2% no primeiro trimestre da safra 2024/25, para 30,9 milhões de toneladas. O aumento reflete o tempo seco e o início antecipado da moagem. A maior oferta de matéria-prima também permitiu que a companhia aumentasse as vendas de açúcar, etanol e energia, de acordo com sua estratégia de comercialização.
valor.com.br/agro

Máquinas
Monarch, de trator elétrico, tem aporte
A startup americana Monarch Trator, que produz um trator elétrico autônomo, recebeu um aporte de US$ 133 milhões em uma rodada série C. O recurso foi liderado pelo fundo Astanor e pelo HH-CTBC Partnership, da Foxconn. O investimento foi o maior já aplicado em robótica agrícola no mundo. O valor permitirá à empresa atender o mercado europeu.
valor.com.br/agro

Políticas
Renata Miranda sairá do ministério
A secretária de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo (SDI) do Ministério da Agricultura, Renata Miranda, decidiu deixar o cargo. Ela comandou o departamento desde o início da gestão do ministro Carlos Fávaro, em 2023, a quem comunicou a saída, alegando razões pessoais. O principal projeto liderado por ela é a Plataforma AgroBrasil+Sustentável, de rastreabilidade agropecuária.
valor.com.br/agro

INÊS 249

Agronegócios

Por

Aves Notícia do foco causou incertezas entre produtores da cidade nos primeiros dias

Doença de Newcastle gera medo e altera rotina em Anta Gorda

MARCELO CURIA/VALOR

Barreiras sanitárias instaladas em Anta Gorda (RS) para impedir a propagação do vírus da Doença de Newcastle

Marcelo Beledeli
Para o Valor, de Anta Gorda (RS)

A descoberta de um foco da Doença de Newcastle em uma granja de aves de corte no Rio Grande do Sul já gera perdas a empresas de frango brasileiras, especialmente com o autoembargo às exportações de produtos avícolas. Mas no pequeno município de Anta Gorda, onde o foco foi encontrado, a notícia divulgada na quarta-feira (17) gerou também confusão e medo, além de alterar o dia a dia da população.

As primeiras notícias do foco da doença na cidade, que fica a 185 km de Porto Alegre, assustaram boa parte dos pouco mais de 5.900 habitantes, especialmente os produtores rurais. "Ninguém sabia o que iria acontecer. A entrega de ração para os aviários iria continuar? Todos dentro dos raios de 3 km ou 10 km a partir do foco (perímetro de controle da vigilância sanitária animal) iriam ter as aves abatidas?", lembra Joelmo Balestrin, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anta Gorda.

Nos primeiros dias após o anúncio, "não havia outro assunto" na cidade, afirma o dirigente. "Nos grupos de WhatsApp, nos bares, em qualquer local, todo mundo só falava disso. Até começaram a circular informações erradas, uns questionavam a veracidade, outros diziam que não se poderia mais carregar suínos", diz.

Na comunidade de Linha Paredão, onde está localizada a granja que registrou a enfermidade, a rotina pacata das cerca de 30 famílias do local mudou completamente desde a semana passada.

A localidade, que fica no meio de um vale a cerca de 10 quilômetros do centro da cidade, passou a receber a movimentação contínua de equipes de vigilância sanitária, parte delas atuando na propriedade onde houve o foco e outra em uma barreira que funciona 24 horas por dia para aspergir desinfetante nos veículos que cruzam o local, a fim de evitar uma possível disseminação do vírus.

"Foi um baque para todo mundo, a maioria de nós nunca tinha nem ouvido falar dessa doença", afirma Sedinei Cappellari, morador do local. Sua família produz erva-mate e tem animais de criação de subsistência, como galinhas e vacas de leite.

A reportagem não teve acesso ao proprietário da granja onde ocorreu o foco, mas seus vizinhos destacaram que o criador sempre se destacou pelo máximo cuidado e higiene que mantinha no local. "É difícil até de acreditar que, de todos lugares do Brasil onde podia ter acontecido isso, tenha ocorrido logo com ele", afirma Cappellari.

> "Nos primeiros dias, ninguém sabia o que iria acontecer"
> *Joelmo Balestrin*

O avicultor Carlos Sordi, que aloja 70 mil aves em sua granja na comunidade de Capela São Braz, a cerca de 5 quilômetros da Linha Paredão, teve dificuldade de acreditar na notícia do caso de Doença de Newcastle no início. "É uma doença que já era um pouco esquecida pelo setor, fazia quase 20 anos que não havia um caso", comenta.

Segundo ele, a primeira reação na comunidade foi de pânico. "Ainda mais com todo esse povo de vigilância vindo para cá, colocando barreira nas estradas, no interior, e as pessoas sem saber o que iria acontecer", lembra.

O governo gaúcho declarou estado de emergência em saúde animal para o controle de foco da Doença de Newcastle no raio de 10 quilômetros da granja onde o foco foi confirmado. Atualmente, 60 servidores, entre médicos veterinários e técnicos agrícolas, estão visitando as 870 propriedades dentro dessa área, dentre as quais 47 são granjas de aves de corte e duas de reprodução.

Além disso, um efetivo de 40 policiais da Brigada Militar ajuda no serviço das barreiras sanitárias montadas na região, para desinfecção de veículos, como caminhões de transporte de animais, ração, adubos e leite, que transitam em áreas rurais e estabelecimentos de produção.

Carlos Sordi diz que a resposta das autoridades foi organizada e rápida para evitar uma disseminação da doença. Para ajudar no controle, os criadores de aves dentro do perímetro de vigilância de 10 quilômetros a partir do foco criaram um grupo de WhatsApp para troca de informações sobre saúde e mortalidade dos animais. "Até agora não registramos nenhum problema. Os frangos estão com boa saúde, e esperamos que o caso seja solucionado em breve".

Ele lembra que os avicultores profissionais já realizam muitos cuidados sanitários, e agora deverão aumentar ainda mais essa atenção. "O produtor está agindo como tem de agir", afirma.

"Não sabemos como vai ficar nossa renda"

De Anta Gorda (RS)

Preocupação para as empresas, o autoembargo às vendas externas de produtos avícolas também tira o sono dos criadores de frango da região. "Essa situação nos abala, porque a grande maioria dos criadores de frango tem investimentos e prestações a pagar, e não sabemos como vai ficar nossa renda", afirma o avicultor Carlos Sordi, da comunidade de Capela São Braz.

Segundo Joelmo Balestrin, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, os problemas causados pelo foco da doença agravam as dificuldades econômicas de Anta Gorda, que estava tentando se recuperar dos efeitos das chuvas ocorridas em abril e maio.

"Não tivemos enchentes, mas fomos o terceiro município mais atingido por deslizamentos no Rio Grande do Sul, com muitas propriedades prejudicadas", recorda Balestrin. De acordo com informações da prefeitura municipal, a economia local é baseada na agropecuária, principalmente na criação de suínos e aves, produção de leite, nozes, erva-mate e fumo.

MARCELO CURIA/VALOR

Carlos Sordi, criador de aves na Comunidade São Braz, que fica a 5 quilômetros de onde foi detectado foco da doença

Francisco Paulo Nunes Lopes, diretor-adjunto do Departamento de Vigilância e Defesa Sanitária Animal (DDA) do Estado do Rio Grande do Sul, afirma que será preciso esperar, no mínimo, 21 dias depois da detecção da doença para considerar que o foco está encerrado.

"O fim das atividades e o encerramento da vigilância das propriedades rurais vai ocorrer paulatinamente", afirma Nunes Lopes. Mas ele lembra que os criadores devem notificar o órgão se notarem uma mortalidade de muito grande de aves, ou visualizarem sintomas como edemas e diarreia nos animais, sinais característicos da Doença de Newcastle.

No caso da propriedade onde surgiu o foco, para retomar a produção avícola o produtor deverá aguardar cerca de dois meses. Após ser concluída a desinfecção do local, o estabelecimento terá de obedecer a um período de 42 dias de vazio sanitário, sem a presença de animais.

Depois disso, a granja vai receber aves sentinelas, que serão monitoradas pela equipe sanitária do governo estadual para averiguar se há circulação ou não do vírus. Comprovada a inexistência de vestígios da doença, a propriedade será liberada para restabelecer a criação de frangos de corte. *(MB)*

Fundo da ONU terá US$ 1,15 bilhão para o Brasil

Políticas

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) da Organização das Nações Unidas (ONU) deu início a um novo ciclo de investimentos globais, de US$ 10 bilhões, de 2024 a 2029. No Brasil, os recursos destinados a projetos de combate à pobreza rural e à fome totalizam US$ 1,15 bilhão (R$ 6,4 bilhões) e devem beneficiar 810 mil famílias, disse ao **Valor** Álvaro Lario, presidente do Fida.

De 2012 a 2023, o Fida financiou seis projetos de empréstimo e quatro doações no Brasil, somando US$ 465 milhões e beneficiando 336 mil famílias. O fundo atuava no país com foco no semiárido nordestino, mas a partir de 2024 ampliou o escopo, passando a envolver parte da Amazônia, região da Mata Atlântica do Nordeste e Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. "Trabalhamos com foco em comunidades marginalizadas ou vulneráveis, bem como os povos tradicionais, como indígenas e quilombolas", afirmou Lario.

Outra mudança promovida pelo Fida foi a realização de acordos com agentes nacionais para financiar conjuntamente os projetos. Os primeiros parceiros são o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (Aeci). Parte dos projetos também é feita em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, governos estaduais e ONGs.

"Estamos buscando fundos suplementares da Alemanha, continuamos discutindo com o BID. Temos o compromisso de continuar aumentando os investimentos no Brasil", disse.

O Fida tem no Brasil seis projetos em andamento, um projeto aprovado e outros quatro em fase de planejamento, 11 no total. O projeto aprovado é para fomentar o desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica na Bahia. O investimento previsto é de US$ 150 milhões e deve beneficiar 88 mil famílias.

Entre os projetos em planejamento está o aporte de US$ 150 milhões em cinco Estados do Nordeste para implantar sistemas produtivos resilientes ao clima. "Estamos analisando um projeto de manejo sustentável da Amazônia, que visa reduzir a pobreza e a degradação da floresta no Maranhão", elencou.

Lario observou que muitos dos pequenos agricultores são incapazes de se adaptar aos eventos climáticos extremos e não conseguem continuar produzindo. "Para nós, é muito importante investir em adaptação climática para pequenos agricultores. Para cada dólar que investimos em nossos projetos, US$ 0,45 são usados em investimentos relacionados à adaptação climática", disse.

Segundo o presidente do Fida, os projetos envolvem aumento da produção e renda dos agricultores, acesso a mercados, segurança alimentar, agroecologia, tecnologias de acesso à água e energia renovável, como cisternas, poços, barragens, biodiegestores e painéis solares. Os projetos atendem agricultores familiares e sem-terra em situação de vulnerabilidade, priorizando mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência e LGBTQIA+.

Nesta quarta-feira (24), Lario participa no Rio de Janeiro do lançamento do relatório "O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo" de 2024 (Sofi) e da Aliança Global Contra a Fome.

MANUELA CAVADAS/DIVULGAÇÃO

> "Temos o compromisso de seguir aumentando os investimentos no Brasil"
> *Álvaro Lario*

Investimentos Concentrados em poucas culturas, Fiagros estão mais expostos a riscos B7

Entrevista Dólar a R$ 5,60 ‘veio para ficar’ e troca no BC preocupa, diz Stuhlberger C6

Criptomoedas ETFs de ether estreiam com forte volume nos EUA C3

Bancos C6 avança na alta renda e cria área de private banking C3

Finanças

Investimentos De cerca de 70 carteiras selecionadas, só 22% ficam acima do CDI num intervalo de dois anos e meio; em 2022, fatia dos que batiam referencial era de 67%

Multimercado macro queima retorno extra com viradas bruscas de cenário

Adriana Cotias
De São Paulo

No “inferno astral” que culminou com a pior performance semestral da série para os multimercados, com valorização de apenas 0,20% do índice de hedge funds da Anbima (IHFA), os fundos que pautam suas decisões de investimentos com base na leitura do ambiente macroeconômico consumiram boa parte da gordura que tinham em relação ao CDI.

Das cerca de 70 carteiras acompanhadas pelo Guia Valor de Fundos, só 22% ficam acima do referencial num intervalo de dois anos e meio, encerrado em junho. Em 2022 a fatia era de 67%, caindo a 24% no ano passado e a 6% de janeiro para cá. Os cálculos são do economista Marcelo d’Agosto, coordenador do guia.

No rol de sobreviventes ao CDI em dois dígitos e às mudanças frenéticas de cenário, no Brasil e no exterior, estão nomes longevos da indústria independente, casos de Absolute, Neo, Verde, Mapfre, Quantitas e JGP. Mas também há exemplos da nova geração de assets, como Capstone (de profissionais que saíram da SPX), Genoa (de um time vindo do Itaú) e Asa Investments, gestora do grupo de Alberto Safra.

“A janela dos últimos dois anos foi uma das piores para a classe porque, apesar de capturar muitos temas, o grosso [das estratégias] é em política monetária, e juros e inflação tiveram uma assimetria grande de informações”, resume Luca Spinogardo, analista de fundos da Arton Advisors.

Ele lembra que o ano começou, mais uma vez, com expectativas de início de cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano), o que não se concretizou com dados de atividade e de índices de preços acima do esperado. “Muito gestor estava posicionado nessa frente e perdeu dinheiro, foi um grande detrator de performance.”

Apesar da saída maciça de recursos dos fundos mistos (R$ 348 bilhões de 2022 para cá), o especialista diz não haver melhor instrumento para diversificação de portfólio, com acesso e retornos que se provam no tempo. Mas é também um momento de reciclagem da indústria. “Tem muita gestora nova passando por problemas sérios e que não deve continuar. Vão ficar as renomadas, sólidas, com patrimônios bilionários e times robustos, que sabem surfar os movimentos”, diz Spinogardo.

Ele entende que no médio e longo prazos quem estiver posicionado vai ganhar dinheiro. “Mas tem que ter paciência e o bolso correto dentro da classe, não estar sobrealocado porque daí sim começa a dor de cabeça. Se há uma reversão de resultados, o investidor não se conforma.”

No combo de resgates, outros fatores pesaram contra. O estoque crescente de títulos incentivados, com uma alta de 8,2%, para R$ 1,77 bilhão, segundo mapeamento da Verde, é um deles. Mudanças na tributação dos fundos fechados exclusivos e restritos, com a inclusão do come-cotas, o imposto semestral que incidia nos abertos de renda fixa, multimercados e cambiais, também. Sem o benefício do diferimento tributário, que potencializa o retorno, famílias abastadas revisaram a alocação.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

“Com posições de valor relativo, fundo vai empilhando um pouco de resultado todo mês”
Fabio Dall’Acqua

“É óbvio que o principal problema da gente, nem vou dizer da ‘asset class’, é performar melhor”, diz Luis Stuhlberger, executivo-chefe e de investimentos da Verde, em conversa com o **Valor** (*leia na página C6*). “Ano passado a gente não foi mal, deu CDI mais 1,5% líquido e neste virou a chave de compreensão da complexidade séria do fiscal brasileiro. Não quero dar a impressão de que a culpa é do Brasil, longe disso. A gente tem que melhorar, estamos trabalhando nisso.”

A primeira metade de 2024 caracteriza um ambiente típico para os fundos com perfil macro, diz Filippe Santa Fé, gestor de juros do Asa Hedge. “O cenário mudou porque os dados mudaram, não porque os gestores interpretaram errado. E o custo de reprecificar a trajetória de juros aqui e lá fora acabou pegando a rentabilidade de todo mundo em cheio.”

Santa Fé afirma ser raro ver aquela tendência clara de 2022, que fez com que os multimercados brasileiros tivessem ótima performance com estratégias ligadas a juros no exterior, antecipando pressões inflacionárias e um ciclo de aperto mais duro nos EUA, na sequência dos estímulos monetários e fiscais da pandemia.

Aquele diagnóstico, lembra, foi fruto da experiência dos gestores de países emergentes em acompanhar ciclos econômicos completos, com a inflação batendo na capacidade produtiva, forçando os formuladores de política monetária a lidar com isso.

“O retorno da indústria como um todo foi tão melhor que no passado, o nosso inclusive”, diz Santa Fé. “Depois disso, a queixa constante dos cotistas é que não conseguiram manter o nível de performance. Tem a ver de fato com o horizonte macro. Só que aquela visibilidade é que foi em caráter de exceção.” O trabalho não vai ficar mais fácil, reconhece o gestor, mesmo que o Fed comece de fato a reduzir as taxas em setembro, cenário-base da casa.

O quadro segue nebuloso, sobretudo, por causa do processo eleitoral nos EUA e da possível imposição de tarifas comerciais se o ex-presidente Donald Trump voltar à Casa Branca. Haveria impactos potenciais sobre inflação. “Não acho que haverá grandes movimentos direcionais enquanto se estiver discutindo a eleição americana e o que vem dela. E para ativos de emergentes em geral tende a ser pior”, diz Santa Fé.

Os fundos macro da Absolute, que tinham ficado abaixo do CDI de janeiro a junho, já recuperaram terreno em julho e no seu histórico acumulam retorno excedente, com certa folga. “É um pouco frustrante porque a gente acertou o cenário e poderia ter sido melhor”, diz Fabiano Rios, sócio-fundador e executivo-chefe de investimentos (CIO) da asset. Não foi um semestre bom, mas também nada “horroroso”, ficando dentro da normalidade do mandato.

Segundo Rios, as posições em juros globais e em bolsa no Brasil trouxeram perdas, enquanto a renda variável lá fora e a renda fixa local, ganhos. Agora, tem privilegiado ações de bancos e de empresas de média capitalização fora do universo da tecnologia no exterior. Nesse tipo de rotação, ele avalia que ações locais também vão se beneficiar.

R$ 348
bi saíram dos multimercados desde 2022

À frente, a casa prevê que o Fed começará a relaxar a sua política monetária em setembro, com a inflação convergindo para a meta sem provocar recessão. “Não acho que será um ciclo enorme, vai cortando devagar, sentindo o ajuste no meio do caminho.”

Embora a Absolute tenha captado recursos no primeiro semestre (puxado pela estratégia de crédito) e nos últimos dois anos, Rios afirma que a alocação mais estrutural nos multimercados depende da recuperação da performance.

“Se o investidor acredita na capacidade de gerar alfa dessas casas, a mensagem é que é essa fase ruim e passa como aconteceu antes”, diz Rios. “Novas tendências vão surgir e os multimercados bons tendem a capturá-las. Não sou pessimista com a indústria, acredito na geração de valor e no foco grande no cliente. No longo prazo, a percepção desse benefício vai ficando mais óbvia.” O importante, aconselha, é o investidor não tomar decisões baseadas no curto prazo, deixar o tempo maturar as estratégias, senão não faz sentido ter multimercados.

Os ataques do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Banco Central, de Roberto Campos Neto, tiveram como consequência marcações negativas na cota da Neo no segundo trimestre, destoando do histórico. Como resposta aos ruídos, o dólar disparou e levou as taxas de juros negociadas no mercado futuro a embutirem altas de até 2 pontos percentuais para a Selic, hoje em 10,5% ao ano, relata Fabio Dall’Acqua, sócio responsável pela área de relações com investidores da casa. “Para nós, era menos relevante se fosse parar [de cortar] em 10,5% ou 10%, o mais importante era o cenário 12 meses à frente, sem o BC ter que voltar a subir.”

A quebra de confiança, lida como temporária, não fez a Neo virar a mão a ponto de montar posições negativas em Brasil, diz o executivo. Dall’Acqua cita que o aumento do prêmio de risco não veio acompanhado da disparada da inflação ou de sinais de que a economia vá sair dos trilhos, mas da falta de previsibilidade mínima de como vai ser o novo BC quando Campos Neto deixar o posto no fim do ano.

Com um estilo de gestão que privilegia posições relativas, os multimercados até tinham exposição prevendo alta das taxas longas, como forma de proteção, mas o estresse do segundo trimestre mexeu com as curtas.

O sócio da Neo diz que ao longo de 20 anos houve poucas sequências negativas, com recuperação relativamente rápida dos tombos. Em 70% das cotas diárias, o multimercado bate o CDI e mais de 90% dos meses terminam positivos. Num exercício interno feito pela asset, o executivo diz que aqueles fundos que conseguem atravessar os momentos de estresse de forma estável, sem ser obrigados a vender posições para limitar perdas, em geral reagem bem na sequência.

Ele atribui a consistência de longo prazo à construção de posições de valor relativo, o que faz o fundo sofrer menos em períodos adversos, mas também não capturar ganhos na intensidade das carteiras mais direcionais. “A gente vai empilhando um pouco de resultado todo mês, é a característica do produto, é uma estratégia que funciona muito para o Brasil, que tem inconsistências na precificação.”

Os ativos em geral têm sofrido, da bolsa às Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B), e o CDI alto tornou a vida dos gestores mais difícil, diz Rogério Braga, sócio e gestor dos multimercados da Quantitas. “E cresceu muito o número de gestores nos últimos quatro anos e obviamente a briga por alfa [retorno acima do CDI] ficou maior num mercado mais competitivo.”

Juros nos EUA nas máximas históricas, a NTN-B a IPCA mais 6,3% e uma situação econômica e fiscal no Brasil sem solução têm formado um caldeirão complexo em que é “mais difícil bater o CDI para a média da maior parte da indústria”, continua Braga. “Há bons gestores e quando se olha em prazos um pouco maiores, eles batem o ‘benchmark’ [referencial].”

Neste ano, o Quantitas Mallorca roda próximo do CDI, mas no seu histórico não ficou abaixo do indexador em nenhum ano, diz o gestor. Prevalece a estratégia de valor relativo e o gerenciamento tático de posições, dependendo menos dos vaivéns macroeconômicos. E é justamente nas fases de maior depreciação, que costuma montar posições. Em bolsa, por exemplo, o fundo tem atualmente 22% do patrimônio, a maior parcela dos últimos 24 meses. “Conforme o prêmio de risco vai se reduzindo e o cenário fica mais claro, a gente vai reduzindo as posições. O que se vê, normalmente, é parte dos agentes esperando o cenário ficar mais visível. Só que o incerto tem prêmio de risco maior.”

Adam Capital é destaque no primeiro semestre

De São Paulo

Os multimercados da Adam Capital, gestora liderada por Marcio Appel, tiveram um dos melhores resultados entre os fundos com estratégia baseada na leitura de cenários macroeconômicos, com ganhos acima de 11% no primeiro semestre. Trata-se de uma recuperação bem-vinda para uma casa que já chegou a figurar entre as maiores assets independente do país, com mais de R$ 28 bilhões, e no ranking de junho da Anbima aparecia com pouco mais de R$ 2,5 bilhões.

O bom desempenho veio na sequência de um reforço institucional com a chegada, sete meses atrás, de Juliano Cecílio, economista que foi da equipe do multimercado Galileo, do Safra, de onde Appel saiu em outubro de 2015 para fundar a Adam, no início de 2016, ao lado de André Salgado. Fabio Landi, que era chefe dos fundos de renda fixa no Santander, entraria na sequência.

Landi conta que os resultados vieram de um diagnóstico divergente do consenso, ao ver dados mais fortes de inflação e atividade no Brasil e no exterior. “Foi fruto da modelagem da área econômica, a gente não via nenhuma condição de ter corte de juros para os níveis de 8,5% a 9% [no Brasil] em 2024”, diz. “Era uma voz dissonante. Nas projeções de alimentos, colocava um componente a mais de demanda porque a atividade estava muito aquecida.”

Vingou ainda a visão de que a tendência era de um dólar forte em relação ao real. Os fundos também estavam comprados em bolsa nos Estados Unidos e no Brasil — neste último caso para compensar as posições pró-alta de juros futuros e de desvalorização do real, num momento de muito desconto nos preços das ações locais.

À frente, Landi diz que os dados dos EUA têm apresentado sinais de desaceleração e que, se os números de inflação, emprego e atividade confirmarem essa tendência, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) deve encontrar espaço para finalmente começar a reduzir as taxas de juros de curto prazo. “Mas não deve ser um ciclo grande.”

O gestor acrescenta que há um cenário prospectivo mais consensual, com reduções não só nos EUA, mas em outras geografias, como Europa e México, que já iniciaram o processo de ajuste. A posição “tomada” (prevendo aumento das taxas de mercado) em juros nos EUA foram zeradas.

Ao refletir sobre o futuro da indústria, Landi olha para trás. “Primeiro houve um movimento de migração muito grande de gente boa de tesouraria que populou o mercado. Quando a Adam estreou, em 2016, falava-se em 160 fundos, hoje esse número beira os mil”, diz. “Junto com isso, veio a crise de performance com o CDI alto. As estruturas cresceram muito por demanda de distribuidores e uma série de fatores. Assim, o patrimônio de equilíbrio não é um número baixo.”

Quando a Adam surgiu, havia poucos multimercados como, Verde, JGP, SPX e Kapitalo, e os fundos não eram grandes. O setor passou a sofrer competição frontal dos instrumentos incentivados. “Quando a gente entende o retorno da classe, tem mesmo que se reinventar.” *(AC)*

Ibovespa
Em pontos

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 23/jul/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	-0,14
S&P 500	-0,16
Euronext 100	-0,09
DAX	0,82
CAC-40	-0,31
Nikkei-225	-0,01
SSE Composite	-1,65

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano

Mercados Fraqueza da China preocupa e deixa preços do minério de ferro e do petróleo em queda

Commodities pesam e Ibovespa recua 1%

Maria Fernanda Salinet, Gabriel Roca e Gabriel Caldeira
De São Paulo

Em um dia de ampla fraqueza nos mercados emergentes, os ativos domésticos voltaram a sofrer na sessão de ontem em todos as frentes. O Ibovespa anotou queda firme, afetado pelas ações ligadas a commodities; o real voltou a depreciar; e os juros futuros subiram de ponta a ponta.

A percepção de fraqueza da economia chinesa, sem o anúncio de medidas de estímulo mais fortes, tem se consolidado desde a frustração com o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre do país. Assim, participantes do mercado têm mostrado preocupações com a demanda chinesa por commodities, o que penaliza os preços do petróleo e do minério de ferro.

Nesse contexto de commodities em baixa, as ações ordinárias da Vale enfrentaram ontem a sexta queda consecutiva, ao recuarem 1,34%, enquanto os papéis preferenciais da Petrobras cederam 1,29%. O Ibovespa, assim, terminou o pregão com 126.590 pontos, ao cair 0,99%.

GABRIEL REIS/VALOR

Cruz, da RB: commodities e alta dos juros tiraram atratividade da bolsa

O estrategista-chefe da RB Investimentos, Gustavo Cruz, aponta que, além do desempenho fraco das commodities, os juros futuros subiram muito ao longo da sessão, o que tira qualquer atratividade das ações. Ontem, a taxa do DI para janeiro de 2029 subiu de 11,935% para 12,085%. "E o governo federal tem contado com os dividendos da Petrobras nos últimos anos para a política fiscal. Se o petróleo cai muito, vai ser mais difícil cumprir a meta", diz Cruz.

Nesse sentido, ainda segue no radar do mercado alguma preocupação em torno da capacidade do governo de cumprir a meta de um déficit primário zero neste ano, mesmo após o anúncio de congelamento de R$ 15 bilhões, que foi detalhado no relatório de receitas e despesas bimestral.

"Apesar da nossa expectativa otimista em relação ao cumprimento da meta, a recente divulgação dos bloqueios e contingenciamentos deixou o governo com pouca margem de manobra até o fim do ano. Agora, ou as economias provenientes da revisão dos benefícios fiscais se mostram tão significativas quanto o governo prevê, ou a situação pode se tornar crítica", afirma o economista-chefe da Análise Econômica, André Galhardo.

"Um déficit primário acima de R$ 28,8 bilhões, que é o limite do novo arcabouço fiscal, poderia minar a confiança no governo e causar um novo 'overshooting' cambial, semelhante ao ocorrido no segundo trimestre do ano", afirma.

Na sessão de ontem, na máxima do dia, o dólar voltou a visitar o nível de R$ 5,60, mas, depois, se mostrou mais comportado que outras moedas pares, em meio a relatos de possível fluxo de entrada de capital. No fechamento da sessão, o dólar comercial era negociado a R$ 5,5857, em alta de 0,29%.

O desempenho do iene foi, novamente, um destaque. A valorização da moeda japonesa voltou a pressionar o real, na medida em que gerou novo desmonte de operações de "carry-trade", que consistem em tomar recursos em países com juros baixos, como o Japão, para investir em economias com taxas mais elevadas, como o Brasil. Vale notar, porém, que o real teve um desempenho mais forte que o das moedas do México e da Colômbia.

"Tenho a impressão de que quando o iene valoriza, as moedas de 'carry' e de países emergentes acabam sofrendo mais, pois é um cruzamento muito comum no mercado", diz um operador de câmbio de uma gestora local em condição de anonimato. Além disso, a queda dos preços das commodities afeta não só a bolsa, mas também a dinâmica do câmbio.

12,08%
foi o nível de fechamento do DI de janeiro de 2029

Em relatório enviado a clientes, os estrategistas do Wells Fargo apontam para a possibilidade de que o dólar tenha um período prolongado de fortalecimento em nível global, em especial devido à chance de que os republicanos não só vençam as eleições presidenciais, como também tomem o controle das duas casas do Congresso americano.

Além da política comercial mais restritiva já sinalizada por Donald Trump, o banco americano aponta para a possibilidade de uma política fiscal mais custosa que pode pressionar ainda mais o já apertado do déficit dos EUA. "Uma política fiscal mais expansiva poderia anular uma parte da desaceleração econômica dos EUA que prevemos atualmente e, também acompanhada de taxas de juros mais altas, forneceria um período mais longo de apoio à força do dólar", dizem.

Forte demanda por Treasuries sustenta queda de taxas nos EUA

Igor Sodré e Eduardo Magossi
De São Paulo

No momento em que a reunião de política monetária do Federal Reserve (Fed) se aproxima e o mercado aguarda com ansiedade o início do ciclo de cortes de juros nos EUA, previsto para setembro, a forte demanda por T-notes de dois anos, em leilão recorde de US$ 69 bilhões na tarde de ontem, ajudou a derrubar os rendimentos dos Treasuries. O movimento, contudo, não foi forte o suficiente para dar apoio aos mercados acionários, que terminaram a sessão em leve queda, com as atenções voltadas à temporada de balanços.

A taxa da T-note de dois anos caiu de 4,526% para 4,500%, enquanto o retorno do papel de dez anos terminou em 4,255%. Já nas bolsas de Nova York, o índice Dow Jones recuou 0,14%; o S&P 500 perdeu 0,16%; e o índice eletrônico Nasdaq ficou perto da estabilidade, em queda de 0,06%.

Com uma sessão bastante esvaziada, a queda de 5,4% das vendas de moradias usadas nos EUA na passagem de maio para junho foi o principal indicador conhecido na sessão. O resultado foi pior do que as expectativas dos agentes, em um sinal renovado de arrefecimento do mercado imobiliário.

Sem outros indicadores de peso, os mercados seguiram sem muita tração ao longo da sessão. Assim, a forte demanda pelos títulos prefixados de dois anos ajudou a sustentar o movimento de baixa da curva de juros dos Treasuries, enquanto a política monetária do Fed segue no radar.

"Os investidores se contentaram em comprar os papéis de dois anos, num ambiente em que a próxima ação do Fed é amplamente vista como um corte nos juros em setembro", nota o estrategista de renda fixa do BMO Capital Markets, Ian Lyngen, em relatório enviado a clientes. "À medida que aumenta a certeza quanto às perspectivas de um corte nos juros no curto prazo, as ofertas do Tesouro tendem a ser bem recebidas."

> "Próxima ação do Fed é amplamente vista como um corte em setembro"
> *Ian Lyngen*

O movimento, porém, não teve tanto impacto no mercado de câmbio, e o dólar seguiu em níveis mais valorizados contra moedas de mercados desenvolvidos, com exceção do iene.

O noticiário político seguiu no radar, no dia em que a vice-presidente dos EUA e possível candidata democrata, Kamala Harris, fez seu primeiro comício. Na visão dos estrategistas do Deutsche Bank, "a principal questão é saber como serão as pesquisas daqui em diante". "Será fascinante ver se a situação da corrida muda significativamente quando tivermos novas pesquisas na próxima semana, e se Harris pode reduzir ou até mesmo derrubar as margens de Trump nos Estados decisivos", diz o banco.

Relatório fiscal dá maior tranquilidade ao Copom antes da próxima reunião

Análise

Alex Ribeiro
De São Paulo

Os resultados fiscais apresentados pelo governo no relatório de receitas e despesas primárias estão muito longe do ideal, mas atenuam um pouco o risco de ruptura na gestão das contas públicas. As autoridades do governo, a começar pelo presidente Lula, passaram a dar mensagens mais tranquilizadoras.

Tudo isso garante um pouco mais de tranquilidade para o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que se reúne na semana que vem para decidir os rumos da política monetária.

Em junho, logo após a última reunião, o que estava nos preços do mercado, com maior força, era a possibilidade de uma alta dos juros básicos da economia. Esse risco não foi eliminado, sobretudo num horizonte mais longo, mas é muito improvável que seja feito algo nesta reunião ou sinalizado para a seguinte.

O Banco Central, desde o princípio, evitou corroborar o cenário de alta de juros precificado pelo mercado. Fez isso apresentando seus cálculos: com a Selic estável nos atuais 10,5% ao ano, seria possível cumprir a meta de inflação do ano que vem.

A sinalização não foi, de maneira alguma, uma promessa para a Selic. O recado foi que, se a situação exigisse, o Copom iria retomar o aperto monetário. Mas — de novo — as contas do BC mostravam que isso não seria necessário. Claro, as contas devem ser refeitas, mas a precificação de mercado não coloca de forma significativa a exigência de alta de juros no curto prazo.

Em entrevista ao **Valor** no fim de junho, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse que o fiscal e o monetário padeciam do mesmo mal: os dados correntes mostravam uma situação melhor do que a precificada pelos mercados. Faltava comunicar a coisa certa.

A relativa pacificação dos mercados, que ninguém pode garantir que vai continuar, teve dois momentos. Primeiro, foram os gestos políticos. O Copom mostrou, na decisão de junho, que estava coeso em torno da estratégia de fazer o necessário para trazer a inflação à meta. O presidente Lula, por outro lado, reduziu a frequência de declarações que colocavam em dúvida o compromisso com o controle das contas públicas e inflação.

Ajudou muito, para apaziguar os ânimos, o período de férias. Campos Neto foi substituído, nas últimas semanas, pelo diretor de política econômica do BC, Gabriel Galípolo, visto como seu provável sucessor. Nesse período, os membros do Copom falaram menos do que o usual, e Galípolo, o principal porta-voz, não se desviou do que havia sido combinado com o resto do Copom.

Na segunda-feira foi a vez de Planejamento e Fazenda oficializarem o que havia sido dito pelos titulares dessas áreas na semana passada. O congelamento de R$ 15 bilhões foi feito dentro do anunciado, e a discussão nos mercados baixou a bola para os aspectos técnicos do relatório primário de receitas e despesas.

Em entrevista à "GloboNews", o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, colocou o foco no que considera o mais importante: o relatório é "emblemático" porque faz um contingenciamento, ainda que pequeno, que muitos especialistas do mercado achavam improvável. O impossível meio ano atrás, lembrou ele, e os fatos foram diferentes do previsto. De fato, ninguém esperava a arrecadação forte como ocorreu.

A discussão desce agora para os detalhes dos números. Da mesma forma como os especialistas duvidam que o Copom será capaz de colocar a inflação na meta em 2025 apenas com os juros estáveis, praticamente todos estão descrentes com a possibilidade de cumprir o limite superior da meta de déficit primário de 0,25% do PIB neste ano sem um congelamento maior.

Os especialistas do mercado estão descrentes que o governo vai conseguir arrecadar tudo o que previa nas decisões do Carf, o conselho administrativo que julga questionamentos de contribuintes sobre pagamento de impostos, e acham que as despesas da Receita Federal estão subestimadas.

Ceron, por outro lado, diz que a negociação com o Congresso em torno da compensação para as desonerações da folha de pagamento não está nas contas, e pode render R$ 25 bilhões. Esse dinheiro pode, segundo ele, compensar a perda de receitas ou eventuais aumentos de gastos.

O recado principal é que, se for preciso mais dinheiro para a Previdência e se houver novas frustrações de receitas, serão feitos os contingenciamentos necessários.

Quase ninguém do mercado está certo de que as medidas fiscais vão de fato ser tomadas, mas esse é um assunto que volta apenas em setembro, no próximo relatório de receitas e despesas. Antes disso, em agosto, tem a apresentação do projeto de Orçamento para 2025.

São incertezas que estarão presentes na semana que vem, quando o Copom voltar a se reunir, mas o cenário mais negativo de ruptura não se confirmou. As opções negociadas na B3 dão 93% de chance de manutenção dos juros. Na reunião seguinte, em setembro, essa probabilidade é de 67%.

Flora e MSB buscam R$ 960 mi com debêntures

Rita Azevedo
De São Paulo

A Flora, empresa de cosméticos e produtos de limpeza do grupo J&F, e a Mini Solares do Brasil (MSB) buscam levantar perto de R$ 960 milhões com emissão de debêntures nos próximos dias.

A Flora deve concluir nesta semana uma oferta de R$ 400 milhões em debêntures para investimentos e reforço de capital de giro. A companhia, que é dona de marcas como Minuano e Francis, pagará o equivalente a CDI mais 2,65% ao ano. Os títulos vencem em quatro anos, com amortização após três anos.

Na oferta anterior da Flora, realizada em maio, a taxa foi de DI mais 2,45% ao ano. Na ocasião, a companhia levantou R$ 300 milhões com os papéis, com o mesmo prazo de quatro anos. O Santander coordena a operação.

Já a Mini Solares do Brasil (MSB) pretende captar cerca de R$ 560 milhões com emissão de debêntures. A empresa faz parte do grupo mineiro Hy Brazil e tem investimento da gestora de private equity Kinea.

A companhia, que atua na implantação de projetos de energia sustentável, pretende utilizar os recursos para investimentos em projetos de sistema de geração distribuída, com capacidade instalada total de, no mínimo, 80 MW até 125 MW.

Os títulos da Mini têm prazo de dois anos e a remuneração será de, no máximo, CDI mais 1,8%. A liquidação da operação está prevista para ocorrer no dia 26 de julho.

A B3 informou que o estoque de debêntures registrado no primeiro semestre alcançou R$ 1 trilhão, alta de 21% em relação a junho de 2023.

Curta

JGP capta R$ 300 mi

A JGP levantou R$ 300 milhões para seu fundo de infraestrutura II Renda Fixa Crédito Privado, formatado em parceria com a EQI Investimentos. Voltado a investidores qualificados, o fundo combina debêntures incentivadas, com isenção de Imposto de Renda (IR), ativos "high yield", de securitização e "special situations" (precatórios e empresas que tenham problemas de liquidez, por exemplo, mas ainda não há alocações nesse segmento). O "dividend yield" médio é de 14% ao ano. *(Liane Thedim)*

Estratégia Segmento visa clientes com mais de R$ 5 milhões investidos; banco aposta em atendimento e cartão com benefício

C6 avança na alta renda e cria área de private banking

Mariana Ribeiro
De São Paulo

Em mais um passo da sua estratégia de atendimento à alta renda, o C6 anuncia hoje o lançamento de um novo segmento, focado em clientes com mais de R$ 5 milhões investidos no banco. A instituição aposta em atendimento com resolução em tempo real e cartão de crédito com benefícios expandidos como alguns dos diferenciais para alavancar a área.

Batizado de "C6 Graphene", o segmento de private banking se soma ao "Carbon", criado em 2022 para atender clientes com renda superior a R$ 15 mil ou com R$ 150 mil investidos. Responsável por private banking e investimentos do C6, Igor Rongel afirma que, de lá para cá, o banco identificou que, dentro desse grupo, havia clientes com necessidades diferentes e que valia a pena investir na criação de um outro segmento.

"Para não montar a área e correr o risco de derrapar, a gente foi estruturando internamente, contratamos algumas pessoas de fora e começamos a fazer testes para só então oficializar", diz o executivo. O lançamento para os clientes será realizado na semana que vem.

A criação do segmento vem acompanhada do lançamento de um cartão específico, que oferecerá quatro pontos por dólar gasto no crédito (em compras nacionais ou internacionais), acesso ilimitado a salas VIP e limite livre de crédito, com ajuste dinâmico. Também haverá serviço de "concierge" especializado em grandes eventos esportivos internacionais. "Para entrar no segmento, o cliente não precisa ter os R$ 5 milhões necessariamente investidos, mas para ter o cartão, sim", diz Rongel.

Ele destaca que o banco quer ser referência no "banking" do private banking. "O private é muito associado a investimento, a gente também vai ter isso, mas queremos oferecer um atendimento realmente especializado para o cliente", diz. "Não é só oferecer atendimento 24 horas, mas fazer com que o problema seja resolvido em tempo real."

GABRIEL REIS/VALOR

"Não é só oferecer atendimento 24 horas, mas fazer com que o problema seja resolvido em tempo real"
Igor Rongel

O cliente do segmento será atendido por uma dupla de profissionais: o "graphene partner", espécie de gerente, e o assessor de investimentos com certificação de planejador financeiro (CFP). Outro diferencial, diz Rongel, é que a mesma equipe de atendimento apoiará o cliente que tem conta empresarial no banco, buscando dar agilidade à resolução de questões do dia a dia.

Também haverá condições especiais para investimento em ativos no Brasil e no exterior. O banco oferece conta global de investimentos com saldo em dólar que permite investir em renda fixa e ações negociadas nas bolsas dos EUA, além de mutual e hedge funds. A plataforma ainda inclui produtos e serviços ligados ao J.P. Morgan, sócio do C6, como carteira de ações selecionadas, CDBs, fundos com estratégias globais e conteúdo exclusivo.

O banco não abre o número de clientes atuais que já se enquadram no segmento recém-criado, nem tem uma meta de volume de clientes ou recursos para isso, diz Rongel. De acordo com ele, o grande objetivo é ganhar a principalidade do cliente, ou seja, tornar-se a principal instituição de relacionamento. "O que posso dizer é que temos cerca de 20 graphene partners dedicados e esse número deve crescer em breve."

ETFs de ether estreiam com giro acima de US$ 1 bilhão nos EUA

Bloomberg

Os primeiros fundos negociados em bolsa (ETFs) que investem diretamente em ether, a segunda maior das criptomoedas, estrearam ontem com forte giro nas bolsas dos EUA. Mais de US$ 1 bilhão foram negociados pelos nove primeiros produtos. Embora o volume tenha ficado longe dos US$ 4,6 bilhões do lançamento dos ETFs de bitcoin em janeiro, a estreia foi considerada forte. Vários deles terminaram o dia entre os 50 mais negociados.

O iShares Ethereum Trust da BlackRock (ticker ETHA) teve giro de US$ 248 milhões e figurou entre os mais negociados no primeiro dia em todos os tempos, de acordo com a Bloomberg Intelligence. O Ethereum Trust da Grayscale, que foi convertido em ETF, teve transações da ordem de US$ 458 milhões, ficando entre os 25 melhores. Já o produto da gestora criptonativa Bitwise (ETHW) teve mais de US$ 94 milhões em negociações.

"O público dos ETFs de ether e de bitcoin é semelhante", disse Drew Walsh, vice-presidente da Roundhill. "Não é um público criptonativo. São pessoas novas nessa classe de ativos, que desejam exposição a criptomoedas", afirmou.

O volume de negociação na estreia não indica a entrada de novos investidores. Devido à forma como os fundos liquidam as negociações, os fluxos líquidos de entrada e saída dos produtos só devem ser conhecidos nesta quarta.

"Não é um público criptonativo. São pessoas novas nessa classe de ativos"
Drew Walsh

"Para ser honesto, foi uma estreia incrível. Superou minhas expectativas", disse Matt Hougan, diretor de investimentos da Bitwise, à Bloomberg TV.

O lançamento dos fundos de ether ocorrem seis meses após o início dos negócios com os primeiros ETFs de bitcoin à vista nos EUA, que surgiram com muito alarde e tiveram bilhões de dólares em captações. O produto deve trazer entre US$ 4,8 bilhões e US$ 6,4 bilhões em recursos novos no primeiro ano, de acordo com Wintermute. Já os analistas da Bloomberg Intelligence veem fluxos para os ETFs de ether equivalentes a cerca de 20% do registrado pelos fundos de bitcoin. Christopher Jensen, chefe de pesquisa de ativos digitais da Franklin Templeton, considera que a adoção de ETFs de ether pelos investidores deve acontecer em um ritmo mais rápido porque muitos desses investidores já tiveram a chance de se envolver com os fundos de bitcoin lançados no início deste ano. A equipe da gestora espera fluxos totalizando 30% dos de ETFs de bitcoin à vista, dado que o valor de mercado do bitcoin, de mais de US$ 1,3 trilhão, é cerca de três vezes maior que o do ether.

"As pessoas já fizeram parte do trabalho de casa. Então, esta seria uma forma de diversificar com esta nova classe de ativos", disse.

Ainda assim, o bitcoin tem uma vantagem por ser o pioneiro, disse Alex Saunders, do Citigroup, acrescentando que a moeda "tem um caso de uso mais fácil de entender, semelhante ao 'ouro digital'".

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 23/07/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.007,2379630	0,01	0,73	5,27
IRF-M	1+**	20.217,7778030	-0,30	1,17	1,38
IRF-M	Total	18.398,1355750	-0,19	1,01	2,54
IMA-B	5***	9.330,6346980	-0,12	0,60	3,94
IMA-B	5+****	11.238,5665230	-0,64	1,98	-3,16
IMA-B	Total	9.926,0486130	-0,39	1,30	0,19
IMA-S	Total	6.777,2497420	0,04	0,69	6,05
IMA-Geral	Total	8.218,6326190	-0,13	0,94	3,38

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	09/07	08/07	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	34,83	33,26	29,20	29,38	35,72	31,47
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,05	26,48	24,91	24,27	25,58	26,49
Conta garantida pré - a.a.	40,74	41,01	40,14	47,85	45,81	48,48
Desconto de duplicata pré - a.a.	22,70	22,70	21,70	21,65	24,38	28,71
Vendor pré - a.a.	16,87	16,87	16,21	16,40	15,30	18,53
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,84	17,84	18,48	18,22	17,36	19,87
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,82	17,55	17,63	17,78	17,94	17,01
Conta garantida pós - a.a.	24,41	23,64	24,87	24,76	25,62	25,99
ACC pós - a.a.	8,36	8,22	8,56	8,34	8,20	8,18
Factoring - a.m.	3,25	3,25	3,26	3,27	3,32	3,52

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	23/07/24	22/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3300	5,3500	5,3300	5,3100	5,0500
1 mês	-	5,3464	5,3421	5,3364	5,3354	5,0690
3 meses	-	5,3589	5,3566	5,3533	5,3534	5,0545
6 meses	-	5,3892	5,3881	5,3873	5,3889	4,8739
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6640	3,6620	3,6560	3,6640	3,4040
1 mês	-	3,6674	3,6676	3,7869	3,8430	3,4057
3 meses	-	3,8170	3,8334	3,8829	3,9018	3,1917
6 meses	-	3,8903	3,8984	3,9227	3,9319	2,8395
1 ano	-	3,9030	3,8976	3,8863	3,8811	1,8343
Euribor ***						
1 mês	-	3,630	3,583	3,632	3,600	3,502
3 meses	-	3,705	3,674	3,711	3,686	3,721
6 meses	-	3,641	3,634	3,682	3,691	3,972
1 ano	-	3,511	3,506	3,578	3,622	4,162
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,36	5,37	5,36	5,37	5,30	5,33
T-Bill (3 meses)	5,31	5,32	5,34	5,36	5,37	5,42
T-Bill (6 meses)	5,15	5,09	5,18	5,32	5,35	5,48
T-Note (2 anos)	4,50	4,52	4,42	4,75	4,74	4,85
T-Note (5 anos)	4,17	4,17	4,07	4,38	4,27	4,10
T-Note (10 anos)	4,26	4,25	4,16	4,40	4,26	3,84
T-Bond (30 anos)	4,49	4,47	4,37	4,56	4,40	3,90

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês jul/24*	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,67	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,92	11,68
CDI	0,67	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,92	11,68
CDB (1)	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	5,27	10,21
Poupança (2)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
Poupança (3)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
IRF-M	1,01	-0,29	0,66	-0,52	0,54	0,46	2,54	7,89
IMA-B	1,30	-0,97	1,33	-1,61	0,08	0,55	0,19	3,07
IMA-S	0,69	0,81	0,83	0,90	0,86	0,82	6,05	11,85
Renda Variável								
Ibovespa	2,17	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-5,66	4,93
Índice Small Cap	3,33	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-12,02	-11,96
IBrX 50	2,12	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,14	7,39
ISE	3,41	1,10	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-7,07	-5,90
IMOB	6,29	1,06	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-11,61	-8,32
IDIV	1,85	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-1,62	12,09
IFIX	1,16	-1,04	0,02	-0,77	1,43	0,79	2,26	6,09
Dólar Ptax (BC)	0,39	6,05	1,35	3,51	0,26	0,60	15,27	15,35
Dólar Comercial (mercado)	-0,05	6,46	1,09	3,54	0,86	0,71	15,11	16,69
Euro (BC) (4)	1,74	4,73	2,89	2,37	0,07	0,25	13,21	13,15
Euro Comercial (mercado) (4)	1,26	5,07	2,79	2,43	0,71	0,38	12,86	14,54
Ouro (BC)	3,65	5,97	2,87	7,18	8,62	0,27	34,16	39,96
Inflação								
IPCA	-	0,21	0,46	0,38	0,16	0,83	2,48	4,23
IGP-M	-	0,81	0,89	0,31	-0,47	-0,52	1,10	2,45

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 23/jul. ** Até jun/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 18/07/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.586.563,10					-1.550,77	66.844,32	263.507,75	229.242,01
RF Indexados (2)	146.034,56	-0,22	0,91	3,15	7,97	-716,39	-2.207,00	-9.374,93	-12.044,76
RF Duração Baixa Soberano (2)	704.742,65	0,04	0,51	5,34	10,75	328,05	32.059,42	62.277,07	44.490,62
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	864.649,93	0,04	0,58	6,09	12,26	-569,83	12.210,67	63.790,81	71.356,41
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	184.283,83	0,05	0,05	6,15	12,33	276,10	4.158,20	76.962,55	81.977,76
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.951,19	-0,02	0,61	4,87	9,26	165,38	1.035,58	-2.186,08	-5.068,93
RF Duração Livre Soberano (2)	217.726,97	-0,02	0,65	4,92	10,08	-1.100,96	3.993,07	-11.713,16	-31.448,10
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	648.205,80	0,01	0,65	5,42	10,99	-129,07	5.382,44	-30.007,74	-49.919,46
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	371.940,43	-0,04	0,82	5,34	11,52	842,64	7.465,03	85.811,59	132.418,15
Ações	621.714,93					-27,25	-2.918,57	-2.656,28	38.287,02
Ações Indexados (2)	10.391,18	-1,40	3,06	-4,79	8,04	-2,59	-11,75	390,15	-701,54
Ações Índice Ativo (2)	30.898,42	-1,60	3,34	-5,38	5,67	-29,46	-1.186,54	-5.151,84	-5.020,53
Ações Livre	225.909,03	-1,46	2,89	-2,59	7,18	-40,25	-1.400,32	-48,93	-4.673,56
Fechados de Ações	125.603,66	-0,42	0,88	-3,38	-2,96	0,28	197,02	-1.558,64	28.844,89
Multimercados	1.701.832,64					-2.522,24	-14.418,78	-91.460,44	-215.699,70
Multimercados Macro	145.690,50	-0,18	1,16	1,84	6,61	-457,01	-4.745,83	-32.139,89	-54.346,84
Multimercados Livre	653.356,46	-0,06	0,82	4,57	9,57	-1.716,89	-1.769,22	-4.476,00	-59.236,23
Multimercados Juros e Moedas	48.704,95	0,01	0,63	5,20	11,01	-34,15	-1.332,23	-9.222,76	-15.920,93
Multimercados Invest. no Exterior (2)	772.276,00	0,48	0,80	5,76	12,37	-251,41	-7.141,70	-47.049,77	-82.309,72
Cambial	6.210,87	1,65	0,16	18,49	22,69	-13,16	-420,01	-768,50	-1.441,91
Previdência	1.446.622,45					176,16	2.101,77	20.916,91	41.662,99
ETF	43.632,06					-26,26	-1.322,70	-3.116,59	-5.784,62
Demais Tipos	2.035.367,56					-488,54	4.901,89	54.005,54	55.095,07
Total Fundos de Investimentos	**7.406.576,05**					**-3.963,52**	**49.866,04**	**186.422,85**	**86.265,79**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.699.074,90**					**1.220,97**	**28.102,97**	**59.815,30**	**114.219,70**
Total Fundos Off Shore (4)	**48.441,87**					-	-	-	-
Total Geral	**9.154.092,83**					**-2.742,55**	**77.969,01**	**246.238,15**	**200.485,49**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de maio de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	23/07/24	22/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,58
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9175
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	13,08
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,0298
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,50	10,50	10,45	10,49	10,43	13,16
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,75	10,72	10,60	10,72	10,59	12,58
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,42	10,42	10,42	10,41	13,40
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,45	10,44	10,43	10,44	10,42	13,29
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,50	10,50	10,45	10,49	10,44	13,17
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,57	10,56	10,48	10,55	10,48	12,99
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,73	10,72	10,59	10,72	10,58	12,61
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,23	11,14	10,88	11,18	10,87	11,48

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 23/07/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	99.725,39	10,406	78.766	10,404	10,416	10,416
Vencimento em set/24	98.865,18	10,426	111.585	10,420	10,428	10,428
Vencimento em out/24	98.046,54	10,454	155.548	10,442	10,460	10,454
Vencimento em nov/24	97.146,79	10,509	4.756	10,495	10,540	10,505
Vencimento em dez/24	96.392,79	10,587	15.080	10,560	10,605	10,585
Vencimento em jan/25	95.552,95	10,677	731.428	10,630	10,685	10,670
Vencimento em fev/25	94.661,88	10,783	2.252	10,750	10,805	10,780
Vencimento em mar/25	93.838,36	10,893	4.116	10,850	10,905	10,890
Vencimento em abr/25	93.065,63	10,969	153.782	10,900	10,980	10,965
Vencimento em mai/25	92.255,88	11,038	4.344	10,985	11,040	11,040
Vencimento em jun/25	91.399,66	11,116	484	11,050	11,100	11,100

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	5.598,71	0,43	264.525	5.564,00	5.613,50	5.591,50
Vencimento em set/24	5.616,56	0,43	4.305	5.597,50	5.634,00	5.620,00
Vencimento em out/24	5.633,10	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.652,13	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.667,57	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	6.077,43	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	6.105,57	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.131,73	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	127.254	-1,12	70.750	126.700	128.535	126.900
Vencimento em out/24	129.315	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	131.388	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 23/07/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,5801	5,5807	0,38	0,39	15,27	16,92
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,5851	5,5857	0,29	-0,05	15,11	16,84
Dólar Turismo (R$/US$)	5,6205	5,8005	0,40	0,10	14,92	16,90
Euro (BC) - (R$/€)	6,0555	6,0584	0,14	1,74	13,21	14,13
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,0593	6,0599	-0,06	1,26	12,86	13,94
Euro Turismo (R$/€)	6,1283	6,3083	0,06	1,45	12,50	13,88
Euro (BC) - (US$/€)	1,0852	1,0856	-0,24	1,34	-1,79	-2,38
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	431,2287	431,2751	1,07	3,65	34,16	43,30
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.409,02	0,56	3,63	16,65	22,84
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.404,45	0,13	3,30	16,59	22,44

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	23/07/24	22/07/24	No fim de jun/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	163.726,42	165.078,08	158.096,12	173.997,89	-0,82	3,56	-5,90
Valor-Coppead Mínima Variância	99.413,16	99.582,78	95.968,24	93.533,91	-0,17	3,59	6,29

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 23/07/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 23/07/24

Índice	23/07/24	22/07/24	Em 28/06/24	29/12/23	23/07/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	185,02	185,41	183,93	165,54	158,17	-0,21	0,59	11,77	16,97
S&P BNY Emergentes	354,52	355,78	353,54	312,75	301,18	-0,36	0,28	13,36	17,71
S&P BNY América Latina	192,15	194,05	189,48	225,28	208,73	-0,98	1,41	-14,71	-7,94
S&P BNY Brasil	187,70	189,70	186,15	232,95	209,93	-1,06	0,83	-19,43	-10,59
S&P BNY México	305,93	310,01	294,86	331,67	323,93	-1,32	3,75	-7,76	-5,56
S&P BNY Argentina	230,65	223,91	230,09	178,27	162,30	3,01	0,24	29,39	42,12
S&P BNY Chile	139,88	141,81	137,44	162,12	183,38	-1,36	1,77	-13,72	-23,72
S&P BNY Índia	3.101,81	3.101,82	3.032,46	2.923,01	2.911,05	0,00	2,29	6,12	6,55
S&P BNY Ásia	220,64	220,85	219,12	189,60	180,53	-0,09	0,70	16,37	22,22
S&P BNY China	308,94	313,19	302,10	336,11	338,38	-1,36	2,26	-8,08	-8,70
S&P BNY África do Sul	214,57	213,75	200,45	199,87	230,61	0,38	7,05	7,36	-6,95
S&P BNY Turquia	38,32	38,59	34,29	22,45	19,64	-0,70	11,73	70,65	95,11

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
06/07 a 06/08	0,0668	0,5671	0,5671	0,7695
07/07 a 07/08	0,0705	0,5709	0,5709	0,8063
08/07 a 08/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432
09/07 a 09/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8448
10/07 a 10/08	0,0748	0,5752	0,5752	0,8462
11/07 a 11/08	0,0707	0,5711	0,5711	0,8083
12/07 a 12/08	0,0670	0,5673	0,5673	0,7714
13/07 a 13/08	0,0670	0,5673	0,5673	0,7713
14/07 a 14/08	0,0707	0,5711	0,5711	0,8082
15/07 a 15/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
16/07 a 16/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8453
17/07 a 17/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8454
18/07 a 18/08	0,0709	0,5713	0,5713	0,8097
19/07 a 19/08	0,0671	0,5674	0,5674	0,7723
20/07 a 20/08	0,0671	0,5674	0,5674	0,7718
21/07 a 21/08	0,0708	0,5712	0,5712	0,8087
22/07 a 22/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8457

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 23/07/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	126.590	-0,99	2,17	-5,66	5,30
IBrX	53.519	-1,01	2,16	-5,19	5,90
IBrX 50	21.298	-0,89	2,12	-4,14	7,37
IEE	89.834	-1,05	1,75	-5,39	-0,17
SMLL	2.070	-1,64	3,33	-12,02	-9,56
ISE	3.497	-1,25	3,41	-7,07	-2,52
IMOB	893	-1,79	6,29	-11,61	-5,58
IDIV	8.927	-1,62	1,85	-1,62	13,51
IFIX	3.386	-0,14	1,16	2,26	6,31
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.684	-1,36	1,77	-18,16	-9,94
IBrX	9.590	-1,38	1,76	-17,75	-9,43
IBrX 50	3.816	-1,26	1,72	-16,84	-8,17
IEE	16.097	-1,42	1,35	-17,93	-14,62
SMLL	371	-2,01	2,92	-23,68	-22,64
ISE	627	-1,62	3,01	-19,39	-16,62
IMOB	160	-2,16	5,88	-23,32	-19,25
IDIV	1.600	-1,99	1,46	-14,65	-2,92
IFIX	607	-0,52	0,77	-11,29	-9,07

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 23/07/24	22/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	401	404	-3,0	-2,0	56,0
África do Sul	320	321	-1,0	-7,0	-6,0
Argentina	1.552	1.571	-19,0	97,0	-355,0
Brasil	224	225	-1,0	-7,0	29,0
Colômbia	307	312	-5,0	1,0	42,0
Filipinas	75	76	-1,0	7,0	17,0
México	183	187	-4,0	-3,0	16,0
Peru	103	108	-5,0	1,0	1,0
Turquia	247	248	-1,0	-6,0	-29,0
Venezuela	16.470	17.679	-1.209,0	-2.099,0	-7.622,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
nov/23	348.406	11/07/24	361.230
dez/23	355.034	12/07/24	361.413
jan/24	353.563	15/07/24	361.731
fev/24	352.705	16/07/24	361.913
mar/24	355.008	17/07/24	362.230
abr/24	351.599	18/07/24	362.317
mai/24	355.560	19/07/24	361.368
jun/24	357.827	22/07/24	361.261

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	23/07/24	22/07/24	19/07/24	18/07/24	17/07/24	16/07/24
Índice	2.125,05	2.128,97	2.127,30	2.125,66	2.132,27	2.133,99
Var. no dia	-0,18%	0,08%	0,08%	-0,31%	-0,08%	0,12%
Var. no mês	0,85%	1,04%	0,96%	0,88%	1,19%	1,28%
Var. no ano	2,90%	3,09%	3,01%	2,93%	3,25%	3,33%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 23/07/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,1400	36,1800	0,15420	0,15440
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,5801	5,5807
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4401	36,5314	0,1527000	0,1531000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7960	0,8135
Colon (Costa Rica)	525,2500	535,0000	0,010430	0,010620
Coroa (Dinamarca)	6,8735	6,8741	0,8118	0,8119
Coroa (Islândia)	137,8000	138,0900	0,04041	0,04050
Coroa (Noruega)	11,0313	11,0352	0,5057	0,5059
Coroa (Rep. Tcheca)	23,3850	23,4030	0,2384	0,2386
Coroa (Suécia)	10,7633	10,7649	0,5184	0,5185
Dinar (Argélia)	134,3779	134,9315	0,04136	0,04153
Dinar (Kuwait)	0,3057	0,3058	18,2475	18,2555
Dinar (Líbia)	4,8217	4,8440	1,1520	1,1574
Direitos Especiais de Saque ***	1,3255	1,3255	7,3964	7,3972
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6729	3,6731	1,5192	1,5194
Dirham (Marrocos)	9,8537	9,8787	0,5649	0,5664
Dólar (Austrália)***	0,6618	0,6619	3,6929	3,6939
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,5801	5,5807
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7445	2,7929
Dólar (Canadá)	1,3765	1,3766	4,0535	4,0543
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,6828	6,7645
Dólar (Cingapura)	1,3452	1,3460	4,1457	4,1486
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,5801	5,5807
Dólar (Hong Kong)	7,8088	7,8089	0,7146	0,7147
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5957	0,5960	3,3241	3,3261
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7686	6,8260	0,8175	0,8245
Euro (Comunidade Européia)***	1,0852	1,0856	6,0555	6,0584
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0660	3,1273
Franco (Suíça)	0,8915	0,8916	6,2585	6,2599
Guarani (Paraguai)	7567,1200	7578,5200	0,0007363	0,0007375
Hryvnia (Ucrânia)	41,2410	41,4000	0,1348	0,1353
Iene (Japão)	156,0200	156,0300	0,03576	0,03577
Lev (Bulgária)	1,8020	1,8024	3,0959	3,0969
Libra (Egito)	48,3100	48,4100	0,1153	0,1155
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000062	0,000062
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00043
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2914	1,2915	7,2061	7,2075
Naira (Nigéria)	1585,0000	1665,0000	0,00335	0,00352
Lira (Turquia)	32,8025	32,8286	0,1700	0,1701
Novo Dólar (Taiwan)	32,7710	32,8010	0,17010	0,17030
Novo Sol (Peru)	3,7547	3,7567	1,4854	1,4863
Peso (Argentina)	926,0000	926,5000	0,00602	0,00603
Peso (Chile)	946,6800	947,4200	0,005890	0,005895
Peso (Colômbia)	4007,0200	4010,7700	0,001391	0,001393
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2325	0,2325
Peso (Filipinas)	58,4600	58,4800	0,09542	0,09546
Peso (México)	18,0795	18,0900	0,3085	0,3087
Peso (Rep. Dominicana)	59,0100	59,3900	0,09396	0,09457
Peso (Uruguai)	40,1200	40,1500	0,13900	0,13910
Rande (África do Sul)	18,3851	18,3949	0,3034	0,3035
Rial (Arábia Saudita)	3,7511	3,7513	1,4875	1,4878
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001328	0,0001329
Ringgit (Malásia)	4,6690	4,6750	1,1936	1,1953
Rublo (Rússia)	87,3455	87,3545	0,06388	0,06389
Rúpia (Índia)	83,6757	83,6937	0,06667	0,06669
Rúpia (Indonésia)	16205,0000	16215,0000	0,0003441	0,0003444
Rúpia (Paquistão)	278,3000	278,5000	0,02004	0,02005
Shekel (Israel)	3,6252	3,6278	1,5381	1,5394
Won (Coréia do Sul)	1385,6500	1386,1600	0,004026	0,004028
Yuan Renminbi (China)	7,2748	7,2749	0,7670	0,7671
Zloty (Polônia)	3,9423	3,9432	1,4151	1,4156

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2404,25	0,01294	431,2287	431,2751

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	23/07/24	22/07/24	No dia	Variações % No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	40.358,09	40.415,44	-0,14	3,17	7,08	14,56	32.417,59	41.198,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.754,34	19.822,87	-0,35	0,36	17,40	28,06	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.997,35	18.007,57	-0,06	1,49	19,89	28,25	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.555,74	5.564,41	-0,16	1,74	16,48	22,47	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.813,75	22.872,65	-0,26	4,29	8,85	11,03	18.737,39	22.995,39
México	Cidade do México	IPC	53.707,74	54.006,92	-0,55	2,42	-6,41	0,01	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.360,59	1.366,66	-0,44	-1,47	13,84	16,01	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	84.814,26	84.814,25	0,00	7,78	46,66	129,90	34.894,95	90.723,50
Chile	Santiago	IPSA	6.551,36	6.600,64	-0,75	2,14	5,71	3,97	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	Feriado	29.697,31	-	-0,66	14,40	28,96	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.635.674,16	1.590.407,00	2,85	1,51	75,93	245,83	441.515,67	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.494,50	1.495,85	-0,09	0,69	7,09	7,63	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.557,70	18.407,07	0,82	1,77	10,78	14,72	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.598,63	7.622,02	-0,31	1,59	0,74	2,23	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.637,75	34.615,05	0,07	4,48	14,12	20,04	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.038,15	4.033,01	0,13	3,88	8,91	6,33	3.290,68	4.040,06
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.742,07	2.714,16	1,03	-5,04	20,08	32,85	1.970,75	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.212,70	11.143,80	0,62	2,46	10,99	17,15	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.480,23	1.482,43	-0,15	5,41	14,47	10,53	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	914,97	916,95	-0,22	-0,96	16,29	18,25	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	73.622,19	73.375,88	0,34	2,12	21,45	37,86	53.235,03	73.622,19
Polônia	Varsóvia	WIG	84.908,55	86.091,21	-1,37	-4,18	8,22	19,09	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.854,32	6.860,26	-0,09	5,78	7,16	10,92	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.092,67	1.085,43	0,67	-5,71	0,85	7,93	982,60	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.596,43	2.593,43	0,12	1,05	8,27	16,56	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.278,82	12.296,74	-0,15	2,38	10,24	9,56	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	11.089,53	11.172,75	-0,74	4,15	48,45	65,82	6.605,04	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.069,46	2.039,83	1,45	6,26	10,33	8,72	1.608,42	2.069,46
África do Sul	Joanesburgo	All Share	80.706,44	80.492,13	0,27	1,25	4,96	5,05	69.451,97	82.154,06
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	39.594,39	39.599,00	-0,01	0,03	18,32	22,57	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.208,60	8.166,40	0,52	2,43	4,84	9,06	6.960,20	8.303,50
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.566,95	1.608,49	-2,58	-3,16	-14,74	-22,11	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.915,37	2.964,22	-1,65	-1,75	-2,00	-7,97	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.774,29	2.763,51	0,39	-0,84	4,48	6,30	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.469,36	17.635,88	-0,94	-1,41	2,48	-8,42	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	80.429,04	80.502,08	-0,09	1,77	11,34	20,61	63.148,15	81.343,46
Indonésia	Jacarta	JCI	7.313,86	7.321,98	-0,11	3,54	0,56	6,29	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.301,54	Feriado	-1,18	0,04	-8,07	-14,89	1.288,58	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.871,84	22.256,99	2,76	-0,70	27,56	34,30	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento-SEAB
Departamento de Economia Rural-DERAL
Protocolado nº 20.846.355-1

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2024
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Verificados os atos praticados pelos membros da Comissão Especial de Credenciamento, designada pela Resolução nº 16/2024-SEAB, e em conformidade com o Edital de Credenciamento nº 02/2024, além do registrado na Quinta Ata da Sessão de Abertura de Envelopes, realizada em 3 de julho de 2024, que instrui o processo de número 20.846.355-1, **homologo** a pré-qualificação da empresa: **Agricase Equipamentos Agrícolas Ltda.**

Esta homologação confere à empresa a denominação de Empresa Credenciada para, em caráter privado, comercializar tratores, pulverizadores e colhedoras agrícolas, de acordo com as especificações estabelecidas no Edital nº 02/2024 e os preços na Resolução nº 15/2024, com os agricultores familiares com propriedades/domicílio no âmbito do Estado do Paraná, passíveis de serem beneficiados com a subvenção econômica, na modalidade de equivalência em produto.

Publique-se.

Curitiba, 22 de julho de 2024.
Natalino Avance de Souza
Secretário de Estado

TECPAR INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ — PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ
AVISO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 066/2024 – NOVA DATA DE ABERTURA

Objeto: "Contratação de empresa Operadora de Planos de Saúde, prestação de serviços correlatos, conforme Rol de Procedimentos previstos pela Agência Nacional de Saúde (ANS) e suas atualizações, em âmbito nacional e eletivo, aos funcionários ativos e inativos do Tecpar e seus dependentes, doravante denominados simplesmente beneficiários, sem coparticipação, sendo a cobertura geográfica, com abrangência/atendimento em todo território nacional e atendimento eletivo para as cidades de Curitiba/PR, Araucária/PR, Jacarezinho/PR e Maringá/PR".

Onde se lê: Data de abertura: 22/07/2024, às 10:00 horas.

Leia-se: Data de abertura: 01/08/2024, às 10:00 horas.

ID Banco do Brasil: 1049169. Melhores informações através do site: www.licitacoes-e.com.br
Curitiba, 23 de julho de 2024. Pregoeiro

SANTA LUIZA AGRO PECUARIA LTDA.

CNPJ/MF 51.022.317/0001-60 NIRE nº 35201954299

ATA DA REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2024

1. DATA, LOCAL E HORA: Aos 16 dias do mês de julho de 2024, às 10h00, na sede social da **SANTA LUIZA AGRO PECUARIA LTDA.**, localizada na Fazenda Três Pontes, s/n°, Bairro Três Pontes, no município de Novo Horizonte, estado de São Paulo, CEP 14968-899 ("Sociedade"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇAS:** Dispensadas as formalidades de convocação, de acordo com o artigo 1.072, parágrafo 2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), tendo em vista a presença da totalidade dos sócios quotistas da Sociedade, conforme relação de signatários a seguir. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Elmy Aparecida Graciano Floriano de Oliveira; e Secretário: Edison Ademar Nascibeni. **4. ORDEM DO DIA:** Discutir e deliberar: **(i)** a captação de recursos, pela Sociedade, por meio de suas primeiras emissões de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia fidejussória, para colocação privada, nos termos dos artigos 45 e seguintes da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, a serem adquiridas de forma privada pela **TRUE SECURITIZADORA S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com registro de Sociedade securitizadora perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria "S2", com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro n° 48, 1° andar, conjunto 12, Vila Nova Conceição, CEP 04506-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 12.130.744/0001-00 ("Securitizadora"), no valor de até R$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total das Notas Comerciais Santa Luiza",), nos termos do "*Termo da 1º (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para Colocação Privada, da Usina Santa Isabel S.A.*" ("Termo da Primeira Emissão Santa Luiza" e "Notas Comerciais da Primeira Emissão Santa Luiza", respectivamente) e do "*Termo da 2º (Segunda) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para Colocação Privada, da Usina Santa Isabel S.A.*" ("Termo da Segunda Emissão Santa Luiza" e "Notas Comerciais da Primeira Emissão Santa Luiza", respectivamente), ambos a serem celebrados entre o Devedor e a Securitizadora ("Termos de Emissão Santa Luiza" e "Notas Comerciais Santa Luiza", respectivamente), que servirão de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Lei nº 11.076/04") e da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada, a ser disciplinada pelo *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 97ª (Nonagésima Sétima) Emissão da 1ª e 2ª Séries de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da True Securitizadora S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Usina Santa Isabel S.A. e pela Santa Luiza Agro Pecuária Ltda."* ("CRA", "Termo de Securitização" e "Emissão", respectivamente). Os CRA serão objeto de oferta pública de distribuição pública para investidores profissionais, sob o regime misto de garantia firme e melhores esforços de colocação, nos termos da Resolução CVM 160, de 13 de julho de 2022 ("Resolução CVM 160") e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); **(ii)** a aprovação da outorga de garantia fidejussória na forma de aval, pela Sociedade, em garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações assumidas pela **USINA SANTA ISABEL S.A.**, sociedade por ações, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede no município de Novo Horizonte, Estado de São Paulo, na Fazenda Três Pontes, distrito de Três Pontes, CEP 14.968-899, inscrita no CNPJ sob o nº 47.524.632/0001-18 ("Santa Isabel") no âmbito do "*Termo da 1º (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para Colocação Privada, da Usina Santa Isabel S.A.*" e do "*Termo da 2º (Segunda) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para Colocação Privada, da Usina Santa Isabel S.A.*", ambos a serem celebrados entre a Santa Isabel e a Securitizadora ("Termos de Emissão Santa Isabel"), no contexto da Emissão ("Aval"); **(iii)** a celebração de todos e quaisquer instrumentos necessários à Emissão e realização da Oferta, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes instrumentos: (a) os Termos de Emissão Santa Luiza; (b) o Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido); e (c) os eventuais aditamentos aos Termos de Emissão Santa Luiza e ao Contrato de Distribuição, conforme o caso; **(iv)** a autorização para que os representantes legais da Sociedade possam tomar todas as medidas para realização da Emissão e da Oferta, incluindo a contratação e o pagamento de remuneração a todos e quaisquer prestadores de serviços, que venham a ser necessários para a realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, a Securitizadora, ao agente fiduciário, ao escriturador, ao custodiante, ao banco depositário, aos coordenadores e ao assessores legais, conforme discriminados nos documentos da Emissão e Oferta, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e eventuais aditamentos e celebrar, independentemente de qualquer aprovação, aditamentos aos respectivos documentos, conforme o caso; **(v)** a declaração de que foram obtidas todas as aprovações societárias necessárias para a Emissão e Oferta; e **(vi)** a ratificação de todos os atos que tenham sido praticados pela administração da Sociedade relacionados às matérias acima. **5. DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE**: Iniciados os trabalhos, após exame e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os acionistas decidiram por unanimidade e sem ressalvas aprovar: **(i)** a Emissão das Notas Comerciais Santa Luiza pela Sociedade, no valor total de até R$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), nos termos abaixo especificados. (a) Data de Emissão: Conforme definida nos Termos de Emissão Santa Luiza. (b) Local de Emissão: cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. (c) Valor Total das Notas Comerciais Santa Luiza: os Termos de Emissão Santa Luiza, conjuntamente, regularão a emissão das Notas Comerciais Santa Luiza no montante combinado de até R$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais). (d) Datas de Vencimento: Conforme definidas nos Termos de Emissão Santa Luiza. (e) Preço de Integralização: O preço de integralização, a ser pago pela Securitizadora, é equivalente a: **(i)** em relação às Notas Comerciais da Primeira Emissão Santa Luiza, R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); em relação às Notas Comerciais da Segunda Emissão Santa Luiza, R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). (f) Data de Integralização: As Notas Comerciais Santa Luiza serão integralizadas exclusivamente com recursos oriundos da integralização dos CRA: **(i)** na primeira data de integralização dos CRA, pelo seu valor nominal unitário; e **(ii)** após a primeira data de integralização, pelo seu valor nominal unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira data de integralização dos CRA (inclusive), até a data de sua efetiva integralização (exclusive). (g) Atualização Monetária: Não há. (h) Remuneração: Notas Comerciais Primeira Emissão Santa Luiza: Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Primeira Emissão Santa Luiza, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme abaixo definido), calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescidos exponencialmente de sobretaxa (*spread*) de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração Primeira Emissão Santa Luiza"). Notas Comerciais Segunda Emissão Santa Luiza: Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Segunda Emissão Santa Luiza, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme abaixo definido), calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescidos exponencialmente de sobretaxa (*spread*) de 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração Segunda Emissão Santa Luiza"). (i) Destinação de Recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Sociedade em função da emissão das Notas Comerciais Santa Luiza, descontado os valores retidos a título de composição do fundo de despesas (conforme definido nos Termos de Emissão Santa Luiza), serão utilizados pela Santa Luiza, integral e exclusivamente para o cultivo de cana de açúcar, nos termos do artigo 23, parágrafo 1º da Lei nº 11.076/04 e do inciso III do parágrafo 4º do artigo 2º e do parágrafo 9º do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, sendo que **(a)** constam como atividades da Santa Luiza na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, identificadas em seu comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ, as principais atividades descritas a seguir: (i) Cultivo de laranja (01.31-8-00); (ii) Cultivo de amendoim (01.16-4-01); (iii) Cultivo de seringueira (01.39-3-06); e (iv) Criação de bovinos para corte (01.51-2-01); e **(b)** consta como objeto social da Emissora, principalmente, o cultivo de cana de açúcar (01.13-0-00) ("Destinação de Recursos") (j) Amortização: Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Santa Luiza ou de resgate antecipado total decorrente de oferta facultativa de resgate antecipado das Notas Comerciais, nos termos previstos nos Termo de Emissão Santa Luiza, o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Santa Luiza será amortizado em uma única parcela, nas Datas de Vencimento das Notas Comerciais Santa Luiza. (k) Resgate Antecipado Facultativo: A Sociedade poderá realizar oferta de resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais Santa Luiza, endereçada à Securitizadora e ao Agente Fiduciário, mediante envio de comunicação endereçada à Securitizadora, com as informações previstas nos Termos de Emissão Santa Luiza. (l) Vencimento Antecipado: A ocorrência de quaisquer dos eventos a serem descritos nos Termos de Emissão Santa Luiza, observados os prazos de cura estabelecidos, poderá acarretar o vencimento antecipado, automático ou não automático das Notas Comerciais Santa Luiza, tornando-se imediatamente exigível a obrigação de pagamento do valor nominal ou do saldo do valor nominal das Notas Comerciais Santa Luiza, conforme o caso, acrescido da remuneração devida até a data do efetivo pagamento e dos demais encargos que venham a ser devidos, nos termos a serem definidos nos Termos de Emissão Santa Luiza e demais cominações apuradas até a data de efetivo pagamento. (m) Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração das Notas Comerciais Santa Luiza, ocorrendo atraso imputável à Sociedade no pagamento de qualquer quantia devida à Securitizadora, o valor em atraso ficará sujeito, [illegible]

6. ENCERRAMENTO E LAVRATURA: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Reunião de Sócios, da qual se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, foi devidamente assinada por todos os presentes. Novo Horizonte, 16 de julho de 2024. "*A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.*" **ELMY APARECIDA GRACIANO FLORIANO DE OLIVEIRA - Presidente da Mesa, EDISON ADEMAR NASCIBENI - Secretário. Sócios Presentes: ALG PARTICIPAÇÕES S.A., APG PARTICIPAÇÕES S/A.**

USINA SANTA ISABEL S.A.

CNPJ/MF 47.524.632/0001-18 NIRE nº 35300327705

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2024

1. DATA, LOCAL E HORA: Aos 16 dias do mês de julho de 2024, às 10h00, na sede social da **USINA SANTA ISABEL S.A.**, localizada na Fazenda Três Pontes, s/n°, Bairro Três Pontes, no município de Novo Horizonte, estado de São Paulo, CEP 14968-899 ("Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇAS:** Presentes os acionistas detentores das ações representativas da totalidade do capital social, conforme atestam as assinaturas no livro de presença de acionistas, dispensada a convocação, nos termos do que dispõe o artigo 124, parágrafo 4º da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA**: Presidente: Elmy Aparecida Graciano Floriano de Oliveira; e Secretário: Edison Ademar Nascibeni. **4. ORDEM DO DIA:** Discutir e deliberar sobre: **(i)** a captação de recursos, pela Companhia, por meio de suas primeiras emissões de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia fidejussória, para colocação privada, nos termos dos artigos 45 e seguintes da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, a serem adquiridas de forma privada pela **TRUE SECURITIZADORA S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com registro de companhia securitizadora perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria "S2", com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro n° 48, 1° andar, conjunto 12, Vila Nova Conceição, CEP 04506-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 12.130.744/0001-00 ("Securitizadora"), no valor de até R$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total das Notas Comerciais Santa Isabel",), nos termos do "*Termo da 1º (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para Colocação Privada, da Usina Santa Isabel S.A.*" ("Termo da Primeira Emissão Santa Isabel" e "Notas Comerciais da Primeira Emissão Santa Isabel", respectivamente) e do "*Termo da 2º (Segunda) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para Colocação Privada, da Usina Santa Isabel S.A.*" ("Termo da Segunda Emissão Santa Isabel" e "Notas Comerciais da Primeira Emissão Santa Isabel", respectivamente), ambos a serem celebrados entre a Companhia e a Securitizadora ("Termos de Emissão Santa Isabel" e "Notas Comerciais Santa Isabel", respectivamente), que servirão de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Lei nº 11.076/04") e da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada, a ser disciplinada pelo *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 97ª (Nonagésima Sétima) Emissão da 1ª e 2ª Séries de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da True Securitizadora S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Usina Santa Isabel S.A. e pela Santa Luiza Agropecuária Ltda."* ("CRA", "Termo de Securitização" e "Emissão", respectivamente). Os CRA serão objeto de oferta pública de distribuição pública para investidores profissionais, sob o regime misto de garantia firme e melhores esforços de colocação, nos termos da Resolução CVM 160, de 13 de julho de 2022 ("Resolução CVM 160") e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); **(ii)** a aprovação da outorga de garantia fidejussória na forma de aval, pela Companhia, em garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações assumidas pela **SANTA LUIZA AGRO PECUARIA LTDA.**, sociedade limitada com sede no município de Novo Horizonte, Estado de São Paulo, na Fazenda Três Pontes, distrito de Três Pontes, CEP 14.968-899, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.022.317/0001-60 ("Santa Luiza") no âmbito "*Termo da 1º (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para Colocação Privada, da Santa Luíza Agro Pecuária Ltda.*" e do "*Termo da 2º (Segunda) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para Colocação Privada, da Santa Luíza Agro Pecuária Ltda.*", ambos a serem celebrados entre a Santa Luiza e a Emissora ("Termos de Emissão Santa Luiza"), no contexto da Emissão ("Aval"); **(iii)** a celebração de todos e quaisquer instrumentos necessários à Emissão e realização da Oferta, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes instrumentos: (a) os Termos de Emissão Santa Isabel; (b) o Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido); e (c) os eventuais aditamentos aos Termos de Emissão Santa Isabel e ao Contrato de Distribuição, conforme o caso; **(iv)** a autorização para que os representantes legais da Companhia possam tomar todas as medidas para realização da Emissão e da Oferta, incluindo a contratação e o pagamento de remuneração a todos e quaisquer prestadores de serviços, que venham a ser necessários para a realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, a Securitizadora, ao agente fiduciário, ao escriturador, ao custodiante, ao banco depositário, aos coordenadores e ao assessores legais, conforme discriminados nos documentos da Emissão e Oferta, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e eventuais aditamentos e celebrar, independentemente de qualquer aprovação, aditamentos aos respectivos documentos, conforme o caso; **(v)** a declaração de que foram obtidas todas as aprovações societárias necessárias para a Emissão e Oferta; e **(vi)** a ratificação de todos os atos que tenham sido praticados pela administração da Companhia relacionados às matérias acima. **5. DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE**: Iniciados os trabalhos, após exame e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os acionistas decidiram por unanimidade e sem ressalvas aprovar: **(i)** a Emissão das Notas Comerciais Santa Isabel pela Companhia, no valor total de até R$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), nos termos abaixo especificados. (a) Data de Emissão: Conforme definida nos Termos de Emissão Santa Isabel. (b) Local de Emissão: cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. (c) Valor Total das Notas Comerciais Santa Isabel: os Termos de Emissão Santa Isabel, conjuntamente, regularão a emissão das Notas Comerciais Santa Isabel no montante combinado de até R$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais). (d) Datas de Vencimento: Conforme definidas nos Termos de Emissão Santa Isabel. (e) Preço de Integralização: O preço de integralização, a ser pago pela Securitizadora, é equivalente a: **(i)** em relação às Notas Comerciais da Primeira Emissão Santa Isabel, R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); em relação às Notas Comerciais da Segunda Emissão Santa Isabel, R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). (f) Data de Integralização: As Notas Comerciais Santa Isabel serão integralizadas exclusivamente com recursos oriundos da integralização dos CRA: **(i)** na primeira data de integralização dos CRA, pelo seu valor nominal unitário; e **(ii)** após a primeira data de integralização, pelo seu valor nominal unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira data de integralização dos CRA (inclusive), até a data de sua efetiva integralização (exclusive). (g) Atualização Monetária: Não há. (h) Remuneração: Notas Comerciais Primeira Emissão Santa Isabel: Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Primeira Emissão Santa Isabel, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme abaixo definido), calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescidos exponencialmente de sobretaxa (*spread*) de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração Primeira Emissão Santa Isabel"). Notas Comerciais Segunda Emissão Santa Isabel: Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Segunda Emissão Santa Isabel, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme abaixo definido), calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescidos exponencialmente de sobretaxa (*spread*) de 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração Segunda Emissão Santa Isabel"). (i) Destinação de Recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Companhia em função da emissão das Notas Comerciais Santa Isabel, descontado os valores retidos a título de composição do fundo de despesas (conforme definido nos Termos de Emissão Santa Isabel), serão destinados para a aquisição de cana-de-açúcar ("Produto"), nos termos do artigo 23, parágrafo 1º da Lei nº 11.076/04 e do inciso II do parágrafo 4º do artigo 2º e dos parágrafos 7º e 8º do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60 ("Destinação de Recursos"). (j) Amortização: Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Santa Isabel ou de resgate antecipado total decorrente de oferta facultativa de resgate antecipado das Notas Comerciais, nos termos previstos nos Termo de Emissão Santa Isabel, o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Santa Isabel será amortizado em uma única parcela, nas Datas de Vencimento das Notas Comerciais Santa Isabel. (k) Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá realizar oferta de resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais Santa Isabel, endereçada à Securitizadora e ao Agente Fiduciário, mediante envio de comunicação endereçada à Securitizadora, com as informações previstas nos Termos de Emissão Santa Isabel. (l) Vencimento Antecipado: A ocorrência de quaisquer dos eventos a serem descritos nos Termos de Emissão Santa Isabel, observados os prazos de cura estabelecidos, poderá acarretar o vencimento antecipado, automático ou não automático das Notas Comerciais Santa Isabel, tornando-se imediatamente exigível a obrigação de pagamento do valor nominal ou do saldo do valor nominal das Notas Comerciais Santa Isabel, conforme o caso, acrescido da remuneração devida até a data do efetivo pagamento e dos demais encargos que venham a ser devidos, nos termos a serem definidos nos Termos de Emissão Santa Isabel e demais cominações apuradas até a data de efetivo pagamento. (m) Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração das Notas Comerciais Santa Isabel, ocorrendo atraso imputável à Companhia no pagamento de qualquer quantia devida à Securitizadora, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: **(i)** multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e **(ii)** juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, além das despesas incorridas para cobrança. (n) Demais Condições: Todas as demais condições e regras específicas a respeito das Notas Comerciais Santa Isabel, inclusive, mas não se limitando, a destinação dos recursos, hipóteses de vencimento antecipado, *covenants* financeiros e obrigações da Companhia, deverão ser tratadas detalhadamente nos Termos de Emissão Santa Isabel. **(ii)** a outorga do Aval; **(iii)** a celebração de todos e quaisquer instrumentos necessários à Emissão e à Oferta, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes contratos: (a) os Termos de Emissão Santa Isabel, (b) o *"Contrato de Colocação e Distribuição Pública, Sob Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da 1ª Série e 2ª Séries, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, da 97ª (Nonagésima Sétima) Emissão, da True Securitizadora S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócios Devidos pela Usina Santa Isabel S.A. e pela Santa Luiza Agropecuária Ltda."* a ser celebrado entre a Securitizadora, na qualidade de emissora dos CRA e o **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041, Bloco A, conjunto 281, Vila Olímpia, CEP: 04.543-011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42 ("Coordenador Líder"), na qualidade de coordenador da Oferta, a Companhia e a Santa Luiza ("Contrato de Distribuição"); (e) os eventuais aditamentos aos Termos de Emissão Santa Isabel e ao Contrato de Distribuição. **(iv)** autorização para que os representantes legais da Companhia possam tomar todas as medidas para a realização da Emissão e da Oferta e para a formalização dos Termos de Emissão Santa Isabel, incluindo, sem limitação, celebrar todos os documentos necessários e seus eventuais aditamentos, constituir mandatários para assinarem em nome da Companhia, conforme a necessidade, contratar consultores jurídicos e demais instituições que, eventualmente, sejam necessárias para a realização da Emissão e da Oferta e para a celebração dos Termos de Emissão Santa Isabel, fixando-lhes os respectivos honorários, e celebrar, independentemente de qualquer aprovação, aditamentos aos documentos da Emissão e Oferta. Face às deliberações acima, ficam autorizadas todas as medidas necessárias para o aperfeiçoamento da Oferta, restando plenamente atendidas as formalidades de que trata o estatuto social da Companhia. **(v)** a declaração, considerando as deliberações acima, em caráter irrevogável e irretratável, de que foram obtidas todas as aprovações necessárias para a Emissão e realização da Oferta, em estrito cumprimento ao disposto no estatuto social da Companhia, sendo desnecessária qualquer outra nova aprovação ou manifestação pela Companhia, inexistindo qualquer documento da Companhia em desacordo com a declaração aqui prestada. **(vi)** a ratificação de todos os atos que tenham sido praticados pela administração da Companhia relacionados às matérias acima. **6. ENCERRAMENTO E LAVRATURA:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária e, após lavrada a presente ata foi lida e achada conforme, sendo assinada por todos os presentes. Novo Horizonte, 16 de julho de 2024. "*A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.*" **ELMY APARECIDA GRACIANO FLORIANO DE OLIVEIRA - Presidente da Mesa; EDISON ADEMAR NASCIBENI - Secretário. Acionistas: ALG PARTICIPAÇÕES S/A., APG PARTICIPAÇÕES S/A.**

INÊS 249

Entrevista Para Stuhlberger, da Verde, câmbio depreciado veio para ficar e troca no BC preocupa

'Nenhum país é governável com a mentalidade gasto é vida'

Adriana Cotias
De São Paulo

À frente do emblemático fundo Verde, um dos multimercados mais antigos da indústria de gestão de recursos no Brasil, Luis Stuhlberger mudou o posicionamento da carteira para um cenário mais pessimista a partir de abril. Foi quando o governo encaminhou a proposta do orçamento para 2025 que ficou claro que o arcabouço fiscal, desenhado no ano passado, não era crível. Com premissas de arrecadação extremamente agressivas, despesas subestimadas e um PIB projetado em 2%, a lógica do "gasto é vida" do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou à mesa.

O teto de gastos, diz, já tinha sido derrubado no final do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Depois de Lula conseguir com o Congresso cerca de R$ 150 bilhões com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da transição, soma similar à obtida por Bolsonaro, o crescimento de gastos previdenciários e assistenciais mostra uma equação difícil de ser resolvida.

"A quantidade de gente no Brasil que recebe um cheque do governo por mês é de 111 milhões de pessoas. A massa que trabalha não consegue bancar pagamentos para quem não trabalha", diz Stuhlberger, ao atualizar o seu diagnóstico macroeconômico e refletir sobre a indústria de multimercados.

No ajuste do timão, o gestor passou a comprar dólar, diminuiu a parcela em ações e trocou a histórica exposição em Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B) pela equivalente americana, a Treasury Inflation-Protected Securities (TIPS). Foi insuficiente para superar o CDI no ano, mas o Verde é um dos poucos multimercados tradicionais que numa janela de 2,5 anos ainda tem gordura em relação ao referencial.

"Eu diria que o Brasil é uma corrida bancária que ficou controlada, mas a atuarial não. Isso foi um fator de perda para os fundos brasileiros, tanto multimercados quanto de ações."

A sucessão de Roberto Campos Neto na presidência do Banco Central é um fator de preocupação se o indicado for alguém que ceda a pressões políticas por corte de juros. "O governo do PT quer sempre acelerar, vai no limite. Só que aí obriga o BC a brecar, e se tirar esse equilíbrio, que é o que a [ex-presidente] Dilma [Rousseff] fez, colocando o [Alexandre] Tombini, aí há um estrago. Se isso acontecer, eu garanto que a coisa que você vai ter mais saudades é do tempo que conseguia comprar dólar a R$ 5,60, porque ele vai pra R$ 7."

Ele não vê, contudo, esse cenário se concretizando se Gabriel Galípolo, atual diretor de política monetária, for o escolhido, mas diz que o real mais depreciado veio para ficar.

A seguir, trechos da conversa com Stuhlberger, que recebeu o **Valor** na sede da gestora no fim da semana passada.

O pé trocado dos multimercados

Os multimercados, grandes e menores, operam bastante no exterior. Mas claro, têm o 'edge' brasileiro. Dificilmente você vai ver um multimercado aqui que não tenha nenhuma posição no Brasil. E digamos assim que esses sete meses, seis meses mais um, o Brasil teve uma deterioração no preço dos ativos bastante significativa.

A gente pegou essa deterioração no começo. Fomos mal de janeiro a abril, mas de abril em diante, meio que virou. Eu já falei que me penitencio por ter acreditado que o PT teria alguma seriedade fiscal. Aí mudei de ideia, a gente passou a comprar dólar, diminuir a exposição a ações, trocamos as NTN-Bs por TIPS americanas, e aí melhoramos a performance. Não deu para compensar todas as perdas, que não foram enormes. Mas, pelo menos, eu acho que a gente agora está do lado certo do ciclo econômico.

Quebra de confiança

O teto de gasto já levou um tiro no final do governo Bolsonaro. Aí vem uma fase de muita tensão no Brasil, no segundo semestre de 2022, que era política mesmo, tipo vamos ter um presidente? Bolsonaro falou que não ia aceitar o resultado das urnas. Foi extremamente sério. Estrangeiros dizendo assim: 'não posso investir no Brasil porque não sei se vocês vão ter um presidente'; foi apavorante. Aí o Lula ganha por uma margem pequena, mas governa como se tivesse uma margem enorme. Esperava-se um Lula, digamos, mais parecido com o Lula 1 e Lula 2, vem aquela tensão de querer a PEC de transição, subindo já o gasto de 2022 para 2023 de maneira muito expressiva. Foi aprovada no Congresso que não é de esquerda, mas dá governabilidade. Deram uma quantia parecida àquela que deram para Bolsonaro, R$ 150 bilhões. E depois, com o passar do tempo, o [ministro da Fazenda, Fernando] Haddad foi reconstruindo a parte de tributos que o Bolsonaro excluiu.

"Gasto é vida"

Essas mudanças abruptas econômicas começam naqueles primeiros meses de governo Lula com 'gasto é vida, sou contra qualquer tipo de controle, sempre governei gastando muito, mas depois o PIB cresce e tudo se resolve'. Até que depois de um certo tempo de debate sai o arcabouço, no começo de 2023. Houve um período de calmaria relativamente longo, quase um ano. Teve outras tensões, mas do ponto de vista fiscal, o mercado acabou comprando a ideia de que o arcabouço funcionaria. A premissa não era a ideal, mas as tensões vinham muito mais de fora do que de dentro, basicamente dos Estados Unidos.

Começou a ficar claro que o arcabouço era uma peça de ficção quando o governo mandou o orçamento do ano que vem. Veio com premissas de arrecadação extremamente agressivas, depois de tudo que subiu em 2023, subiu em 2025 sobre 2024, 3,5%. Com o PIB que a gente imagina, que vai subir um pouco mais de 2%, é impossível. E aí tem aquelas metas, vai fazer R$ 50 bilhões de acordos no Carf, premissas que não vão ocorrer. A Fazenda governa no estilo, 'eu aumento, mas não invento'. E isso, no final, acaba deixando o Congresso irritado.

"De certa forma, a situação cambial boa durante um bom tempo mitigou uma situação fiscal ruim; até o dia que não mais"

ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR

Para Stuhlberger, Brasil tem conserto, mas é preciso modelar a chance de Lula se reeleger: "Com esse tipo de política, por mais quatro anos, até 2030 o país piora muito"

O nó previdenciário

No gasto do governo federal, que deve estar por volta R$ 3,4 trilhões, 20% do PIB, há um crescimento expressivo dos gastos previdenciários totalmente incompatível com a reforma. A reforma da Previdência mostraria agora uma curva de crescimento muito abaixo do que se vê. E ninguém tem uma explicação para isso.

Eu não sei exatamente onde passaria essa curva, mas acho que seria mais perto de 1% e está subindo de 3%. Nos últimos 12 meses, o acumulado é de R$ 930 bilhões. Mas previdência é previdência, as pessoas ficam mais velhas, se aposentam. Agora, o que está subindo de maneira muito mais intensa é aquilo que chamo de assistência social, é uma quase previdência. As rubricas são imensas, esse número já é de mais de R$ 500 bilhões e está subindo. Coisas como o Bolsa Família, o BPC [Benefício de Prestação Continuada], que é o valor de uma previdência para quem não contribuiu, mas se aponta que tem qualquer doença que não te deixa trabalhar, você consegue.

Por isso que o Haddad fala, 'deve ter fraude, vamos achar uns R$ 15 bilhões nisso, R$ 20 bilhões'. O governo promete e não acha. E deu uma acelerada no governo Lula.

Quando se soma a previdência mais toda a assistência social, esse número já chega a R$ 1,7 trilhão. E para o ano que vem vai ser maior. Por isso que o mercado não se acalma com corte R$ 15 bilhões, porque isso sobe R$ 200 bilhões por ano. A quantidade de gente no Brasil que recebe um cheque do governo por mês é de 111 milhões de pessoas. A massa que trabalha não consegue bancar quem não trabalha. Ainda assim, esses cheques não são grandes. Se tirar a fortuna de todos os brasileiros ricos juntos, você não paga um ano disso. O problema é que é o âmago do pensamento do Lula.

Nenhum país é governável com essa mentalidade, mas o Lula e a esquerda acreditam na teoria de que se distribuir esse dinheiro todo, essas pessoas vão consumir. Em consumindo, a indústria vende, o comércio vende, a economia gira, as empresas pagam impostos e no fim terá valido a pena, porque isso faz o PIB crescer. E quando o PIB cresce, a dívida/PIB não cresce. É um pensamento que deu errado, historicamente, em todos os lugares do mundo.

Lá e em abril, maio, quando os agentes econômicos entendem isso, houve deterioração súbita dos ativos. Misteriosamente, mesmo antes da deterioração dos juros e do câmbio, a nossa bolsa já vinha mal. Os estrangeiros tiraram R$ 40 bilhões do Brasil até abril, maio.

Os brasileiros estavam otimistas e não entendendo por que o gringo estava tirando dinheiro. Mas era da bolsa. Em investimento direto, compra de participações de empresas, não é um dado dramático, está todo mundo feliz porque a conta corrente está boa, com o Brasil batendo recorde de exportações, com o pré-sal, a balança crescendo, são números bons. Então, de uma certa forma, essa situação cambial boa durante um bom tempo mitigou uma situação fiscal ruim, até o dia que não mais.

É um conceito muito simples, que é 'quando a pasta de dente sai do tubo'. Aí não adianta você falar, 'não, mas eu vou contingenciar'. Quando a pasta de dente sai do tubo, essa teoria da entropia, demora para ela voltar. Agora, se você me perguntar, o Brasil tem conserto? Tem. Mas você tem que modelar no preço dos ativos a equação: Qual a chance de o Lula ganhar a eleição em 2026? É no mínimo 50%. Então com esse tipo de política, por mais quatro anos, até 2030 o país vai piorar muito.

Eventualmente, neste ano, cumpre a meta. Mas a dívida/PIB não sobe só pelo arcabouço. As coisas fora do arcabouço não são pequenas. O que o mercado olha hoje? Tá bom, são R$ 15 bilhões [de contigenciamento], ok, mas a receita está superestimada, a despesa do ano que vem subestimada. Mesmo o governo fazendo com controle é um negócio que sobe R$ 200 bilhões por ano.

É claro que o governo quando se vê num 'corner', dá um medo lá em Brasília. Se a bolsa cai, o juro sobe, eles não entendem muito bem; mas o dólar quando sobe é sério, porque pega a inflação na veia, vai afetar o preço de alimento, vai atingir a classe pobre. Estamos no meio disso e não vai melhorar muito.

Câmbio e efeito México

Quando se calcula o 'fair value' [valor justo] do dólar no Brasil — vamos dizer que esteja por volta de R$ 5,20, R$ 5,25 —, entram várias coisas na conta: o CDS [prêmio de risco] do Brasil, o CRB [índice de commodities], a diferença da Selic para os Fed funds [juros dos EUA]. Leva em conta o preço do dólar em relação ao euro, ao renminbi [chinês], e também a moedas de emergentes. E o México tem peso importante na cesta. A Claudia Scheinbaum [nova presidente do país] é uma pessoa surpreendentemente preparada, se comparar com o Lula. De esquerda, mas preparada. O problema é que fez um Congresso com dois terços de esquerda. Eu nem acho que a moeda [mexicana] tenha se depreciado muito. Mas isso pesou no real em 20 centavos. Se hoje o fair value é R$ 5,20, R$ 5,25, se não tivesse o efeito México, seria R$ 5,00.

Eu digo o México, mas o peso chileno também se depreciou, o colombiano, e agora com o [Donald] Trump [candidato republicano com chances de voltar à Casa Branca], há uma tendência negativa, com esse protecionismo, para as moedas da América Latina.

Esse dólar veio para ficar, a pasta de dente não vai voltar para o tubo. Na minha conta, está 6,5% acima do 'fair value', se comparar o preço do dólar/real. No governo Dilma foi 20% acima, o que equivaleria hoje a R$ 6,10, R$ 6,20. Porém, por que isso não vai ocorrer? Porque naquela época a gente tinha um déficit em conta corrente muito alto, era 5%, hoje é 2%.

Eu diria que o Brasil é uma corrida bancária que ficou controlada, mas a atuarial não. Isso foi um fator de perda para os fundos brasileiros, multimercados e ações.

Juros

O mercado coloca um prêmio para o juro no Brasil de 2025 em relação à média da SOFR [a taxa do overnight publicada pelo Fed] de quase 750 pontos, enquanto hoje é 500. Quer dizer, está em 7,5%, tem um prêmio. Agora, você me pergunta: 'Então o juro vai ficar em 10,5% até final deste ano e um Banco Central petista vai subir para 12%?' Não parece provável. Mas o mercado se equilibra nisso por uma razão de modelo. Então, você só vai ganhar essa diferença ficando até o fim.

A cada Copom que passa, sempre vai ter um prêmio grande. Eu fiquei muito surpreso quando isso aconteceu a partir de abril, porque imaginava que só ia aparecer no último ano de governo, quando poderia querer gastar mais e dar um pé no arcabouço.

Reforma tributária

Tem o Congresso e os seus lobbies empresariais. Você não consegue tributar algo do agronegócio. O governo tem razão, a carga tributária brasileira é enorme, mas é muito mal distribuída. Esse é um ponto. O Brasil é o país emergente com maior carga. Não é fácil ser ministro da Fazenda. Agora, muita coisa foi mal feita. Você fica discutindo dois anos e enfia um monte de coisa na última meia hora. Então, por exemplo, eu já vi que a tributação do setor de construção está mal feita. Vai precisar de ajuste no Senado, vai ser uma briga. Mas é uma coisa boa, acho que essa reforma do IVA, apesar de estar longe do ideal, vai ser bem melhor do que a situação atual.

Sucessão no BC

Preocupa todo mundo. Do mesmo jeito que o Lula pensa quanto mais gasto, melhor, o Brasil é um país que por conta disso tem um juro real de equilíbrio muito alto. E o Lula pensa assim: 'E se esse juro fosse 2, 3% menor? Imagina esse dinheiro quanto faz falta no social...' Os governos do PT, todos eles, Lula 1, Lula 2, Dilma, eles têm uma equação muito simples: para a economia funcionar com o mínimo de equilíbrio, o governo acelera e o Banco Central breca. O governo do PT quer sempre acelerar, vai no limite. Só que aí obriga o BC a brecar, e se tirar esse equilíbrio, que é o que a Dilma fez colocando o Tombini, aí há um estrago. Se isso acontecer, eu garanto que a coisa que você vai ter mais saudades é do tempo que conseguia comprar dólar a R$ 5,60, porque o dólar vai para R$ 7. Esse equilíbrio — o governo acelera e o Banco Central breca — não é bom, mas funcionou nos oito anos do governo Lula. O juro nos oito anos do governo era 15%, 16%, 17%. E o Brasil funcionava desse jeito.

Não acho que isso vá acontecer com o [Gabriel] Galípolo [diretor de política monetária, principal nome cotado para assumir o posto de Campos Neto]. As circunstâncias de mercado farão com que o Lula não coloque um novo Tombini, quando quem determinava taxa de juros supostamente era a Dilma.

Vai depender de quem vai estar no Banco Central, é muito sensível. Se cortar o juro de 10,50% para 9,50% num cenário desse, já é muita coisa. E o Lula, vamos dizer, ele fica possesso porque isso vai contra o bom senso econômico que entende que tem.

"o Brasil é uma corrida bancária que ficou controlada, mas a atuarial não. Isso foi um fator de perda para os fundos"

Eleições nos EUA

Olhando para o futuro, acho que o que está em jogo é o que se chama de 'Republican Sweep', que é o Trump ganhar e levar o Senado e a Câmara. Ele vai ficar muito mais poderoso. E isso é muito importante. Tem coisas que o Trump pode fazer sozinho. Por exemplo, aumento de tarifas de importação. De fato, não acho que ele vá executar tudo que está falando, tipo, 'vou expulsar 10 milhões de pessoas, vou deportar [imigrantes]'. Isso não é viável, mas essa combinação de muito menos imigração com aumento de tarifas é muito inflacionária.

Tem uma dificuldade de dizer quanto isso está no preço, porque o que a gente chama de 'rates' [juros], de Fed funds, para dezembro de 2025, está por volta de 3,70% e o juro de hoje está em 5,30%. Não acho isso suficiente para um Republican Sweep, vai ser mais que isso porque vai gerar uma inflação para 2025 de 1% a 1,5% maior do que o mercado está marcando.

Essas coisas, às vezes, você não consegue fazer muito rápido. Então tem esse risco de o juro cair, depois eventualmente voltar a subir nos Estados Unidos. Esse risco está aí. A chance de o Trump fazer algo disso é razoável, é grande. Então isso vai gerar, pelo menos para os próximos meses, um fator de instabilidade para as moedas da América Latina.

A competição dos isentos

Nem todos tiram dinheiro, especificamente do multimercado, mas falando de LCA, LCI, CRA, CRI, debênture incentivada, Fiagro, fundo imobiliário, LIG, que são isentos [para a pessoa física], estamos falando de um estoque de quase R$ 1,8 trilhão. E tem aquela quantidade de CDBs de bancos muito pequenos que pagam lá 120% do CDI garantidos pelo FGC [Fundo Garantidor de Créditos], é também um competidor. Vai ter uma diminuição [dos incentivados] pelas medidas [de restrição de lastro] tomadas [pelo CMN], mas o estoque é imenso. No isento, tem risco de crédito privado e 'duration'. E tem muita coisa que tem risco de execução. Então, é aquela história do Brasil: tem o investimento que tem o come-cotas [o imposto semestral]. O multimercado [em fundo fechado exclusivo/restrito] pagava imposto quando resgatava. Mas era grande o estoque. Você pega uma performance sofrível, porque nenhum cliente tem um multimercado só, e junta com os isentos, aí tem uma tempestade perfeita.

Neste R$ 1,8 trilhão [em dívida], alguma coisa vai dar errado. Mas o atrativo da isenção é grande, porque você está falando de até 2% ao ano de vantagem. É óbvio que o principal problema da gente, nem vou dizer da 'asset class', é performar melhor. Ano passado, a gente não foi mal, deu CDI mais 1,5% líquido e neste virou a chave de compreensão da complexidade séria do fiscal brasileiro. Não quero dar a impressão que a culpa é do Brasil, longe disso. A gente tem que melhorar, estamos trabalhando nisso.

Excepcionalmente hoje não é publicada a coluna Palavra do Gestor

TST
Sócios não terão de arcar com bens pessoais para quitar dívida de empresa com trabalhador
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
O Projeto de Lei nº 252 e o financiamento de startups
E2

TJDFT
Escola é condenada por falha no dever de guarda de aluna
valor.globo.com/legislacao

Legislação & Tributos SP

Civil Medida é possível desde janeiro de 2021, com entrada em vigor da reforma da Lei de Falências

Empresas adotam mediação com credores para evitar processo de recuperação judicial

Adriana Aguiar
De São Paulo

Empresas em dificuldades financeiras passaram a usar com mais frequência a mediação para tentar acordos com seus credores, antes de apresentarem pedido de recuperação judicial ou extrajudicial. A medida, possível desde janeiro de 2021, com a entrada em vigor da reforma da Lei de Recuperação Judicial e Falência (Lei nº 14.112/20), já foi adotada em casos envolvendo a Unimed-Rio, a fabricante de cimento Intercement, a empresa de construção naval OSX e uma das maiores produtoras de óleo de palma, a Brasil Biofuels.

A mediação ou conciliação é adotada normalmente após o pedido, na Justiça, da chamada tutela cautelar antecedente, que suspende as cobranças (execuções) contra a devedora por 60 dias. O procedimento pode ser instaurado nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs), mantidos pelos Tribunais de Justiça, ou em câmaras especializadas. A previsão está no artigo 20-B, parágrafo 1º.

Na Med Arb RB, câmara especializada em resolução de conflitos envolvendo reestruturação de empresas, a procura pela mediação tem crescido. Desde sua fundação, em novembro de 2021, recebeu 118 pedidos, envolvendo mais de R$ 15 bilhões. Desse total, 60 tratam de mediação anterior ao processo de recuperação.

Para o advogado e mediador Elias Mubarak, presidente da Med Arb RB, as empresas em crise já estão se acostumando a procurar a mediação como ferramenta para a reestruturação. Ele afirma que a maioria dos casos tratados na câmara envolvem empresas que optaram pela tutela cautelar antecedente — medida que especialistas tratam como a grande "virada de chave" do mercado.

"Ao identificar sinais de dificuldade, uma empresa proativa pode propor um convite de mediação em uma câmara privada, evitando a queda do seu rating e com soluções mais participativas", diz Mubarak.

DIVULGAÇÃO
Juliana Bumachar: "É um procedimento interessante. A empresa tenta se antecipar e negociar soluções com seus credores"

Em meio a uma crise, a Unimed-Rio pediu em março, na Justiça, liminar para suspender as execuções e iniciou mediações na Câmara FGV de Mediação e Arbitragem, no Rio.

A empresa convidou 644 credores para sentarem na mesa de negociações. Foram realizadas mais de 300 sessões de mediação e formalizados mais de 200 acordos. O passivo submetido foi de R$ 149,6 milhões.

> "Maioria dos casos é de empresas que optaram pela tutela cautelar antecedente"
> *Elias Mubarak*

Após o prazo de 60 dias e as negociações, o Grupo Unimed-Rio apresentou pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial já com o quórum legal de aprovação (mais de 70% dos créditos submetidos).

Foram registradas apenas duas impugnações. Em uma delas, o credor desistiu, antes da homologação, porque teve sua questão solucionada nas sessões de mediação. O plano de recuperação extrajudicial então foi homologado no dia 6 de julho, quatro meses depois do ajuizamento da cautelar.

De acordo com a advogada que assessora a Unimed-Rio na mediação, Juliana Bumachar, sócia do escritório Bumachar Advogados Associados, está acontecendo um boom de casos de mediação antes da recuperação judicial ou extrajudicial. "É um procedimento muito interessante porque a empresa tenta se antecipar e negociar soluções com seus credores, sem que já exista uma judicialização do problema", diz.

O caso da Unimed-Rio, segundo Juliana, é um bom exemplo. "Houve uma preparação financeira e jurídica dos advogados para negociar, um acompanhamento de perto dos casos, o que fez toda a diferença para termos uma aprovação muito rápida e significativa", afirma.

De acordo com a mediadora que atuou no caso da Unimed-Rio, Juliana Loss, sócia na Loss Andrade Solução de Conflitos, no começo das negociações é normal que os credores estejam já muito estressados e a empresa muito desgastada. Mas depois, nas mediações, chega-se a um número grande de acordos. "O mediador ajuda as partes a dialogar e buscar um acordo, o que é totalmente voluntário", diz ela, acrescentando ser uma solução mais simples e barata do que levar o caso direto ao Judiciário.

No dia 15 de julho, a InterCement Brasil, que pertence à Mover (ex-Camargo Corrêa), informou ao mercado que conseguiu decisão favorável na Justiça de São Paulo determinando a suspensão de suas dívidas por 60 dias. A ideia era evitar o vencimento, no dia 17, de quase R$ 3 bilhões. A dívida total do grupo é de quase R$ 12 bilhões. A empresa afirmou em nota, na época, que o objetivo da decisão era garantir o resultado útil do processo de mediação iniciado com credores.

A Brasil Biofuels, também anunciou, em fevereiro, que conseguiu, na Justiça de São Paulo suspender por 60 dias ações e execuções de dívidas enquanto busca uma "solução consensual" com credores. A empresa iniciou um processo de mediação na Câmara Especial de Resolução de Conflitos em Reestruturação de Empresas (CamCMR) para tentar renegociar suas principais obrigações.

Outra mediação que ocorreu na Câmara da FGV Rio foi a da OSX. Em novembro, a empresa informou ao mercado que obteve liminar na Justiça do Rio para suspender cobrança de obrigações e dívidas por 60 dias. Em outubro, a empresa havia sido notificada pela operadora do Porto do Açu, em São João da Barra (RJ), que não iria prorrogar o acordo de suspensão de cobranças (standtill) assinado no ano de 2018. No caso, contudo, a empresa entrou em recuperação judicial.

A advogada Samantha Longo, sócia do Longo Abelha Advogados, que atua em diversas mediações antecedentes, como no caso da OSX, Unigel e moinho Canuelas, afirma que o mais interessante dessas mediações é que o próprio devedor convida os credores para participar das negociações. "É um novo modelo que favorece a desjudicialização, proporciona um diálogo mais construtivo e não tem contraindicação. O devedor antecipa um movimento que pode acabar evitando até mesmo a sua recuperação judicial", diz.

Entre os credores, afirma, podem ser chamados para negociar os bancos, os trabalhadores e até mesmo o Fisco. "Além disso, na mediação você pode criar outras soluções, que no processo de recuperação judicial fica mais engessado", diz.

O interesse por essa mediação antecedente tem crescido entre as empresas, sobretudo porque tem aumentado também o conhecimento dos advogados sobre essa possibilidade, segundo Samantha. "Além disso é um processo barato, não é caro como arbitragem e nem como um processo de recuperação judicial".

As câmaras privadas de mediação, em geral, cobram uma taxa de registro (em torno de R$ 10 mil a R$ 30 mil), taxa de administração mensal e honorários do mediador (que cobra por hora e costuma ser bem menor do que honorário advocatício). Já na Justiça, somente o administrador judicial pode cobrar até 5% do valor da dívida — o que, em casos milionários ou bilionários, é muito significativo.

Com essa possibilidade nova de mediação, Samantha afirma que o sistema de insolvência criou degraus. O primeiro deles deve ser a mediação antecedente, o segundo a recuperação extrajudicial, e o terceiro, somente para casos mais graves, a recuperação judicial. "Na mediação existe muito mais liberdade, a vida da empresa não fica tão travada. Além disso, o empresário não fica com a pecha de fracassado nas costas. Ele está convidando seus credores para negociar, é outra situação."

Procuradas pelo **Valor**, a Unimed-Rio e da Intercement informaram que não vão se manifestar. A assessoria de imprensa da OSX não foi localizada e a da Brasil Biofuels não deu retorno até o fechamento da edição.

Receita esclarece exclusão do ICMS do PIS/Cofins

Beatriz Olivon
De Brasília

O contribuinte com decisão judicial final para manter o ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins pode pedir, na esfera administrativa, a exclusão do imposto estadual, a partir da data do julgamento da "tese do século" pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O esclarecimento, por parte da Receita Federal, consta na Solução de Consulta da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) nº 206, publicada neste mês.

A Receita Federal também esclarece, no texto da norma, que o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições sociais é o destacado no documento fiscal — conforme indicado na Instrução Normativa nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022.

A consulta foi proposta por uma empresa que teve decisão judicial desfavorável transitada em julgado em 7 de maio do ano de 2008. O STF julgou a tese e deu ganho aos contribuintes em 16 de março de 2017. O julgamento, um dos casos tributários mais relevantes para a União, teve impacto estimado, na época, de R$ 250 bilhões.

Na resposta, a Cosit afirma que o entendimento do Supremo no sentido de que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da Cofins já foi incorporado aos atos normativos da Secretaria Especial da Receita do Brasil.

A partir de 16 de março de 2017, vale o posicionamento sobre a modulação de efeitos fixada pelo STF, conforme a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) indicou no Parecer nº 492, de 2011. Quanto ao pedido de restituição decorrente de pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido, a Receita destacou que deve ser observado o prazo de cinco anos.

"É bom para fechar essa página", afirma Thais Shingai, sócia do Mannrich e Vasconcelos Advogados, em referência à tese que demorou pelo menos 20 anos para ser julgada só no STF. A solução de consulta é um conforto para que empresas nessa situação apliquem a decisão do Supremo, segundo ela.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

> "Efeito era esperado desde que o STF relativizou a coisa julgada"
> *Thais Shingai*

Thais destaca que, desde que o STF decidiu pela relativização da coisa julgada — que leva à perda de validade de decisão quando os ministros se manifestam sobre o mesmo tema de forma contrária —, já era esperado esse efeito.

A advogada afirma que, entre os clientes que acompanhou, nenhum tinha o trânsito em julgado completamente desfavorável, mas alguns tinham decisões que autorizavam excluir o ICMS efetivamente recolhido e não o destacado. Embora tenha decidido o mérito no ano de 2017, o STF só esclareceu qual ICMS deveria ser retirado do cálculo em um novo julgamento, realizado em 2021.

Segundo Felipe Kneipp Salomon, do Levy Salomão Advogados, apesar de já existir um posicionamento da PGFN nesse sentido, ele não vinculava a Receita. Com a solução de consulta Cosit, os auditores fiscais do país passam a ter que observar a orientação, conforme lembra ele. "A solução de consulta é positiva ao alinhar a interpretação da Receita à da PGFN e evitar contencioso desnecessário", afirma.

Para Vinicius Caccavali, do escritório VBSO Advogados, essa solução de consulta é importante porque mostra ainda o alinhamento da Receita Federal à jurisprudência do STF sobre o efeito das decisões com repercussão geral. O advogado lembra que, por um tempo, a jurisprudência dominante era pela impossibilidade de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, o que pode ter levado a alguns trânsitos em julgado. "A solução de consulta mostra a conformidade da Receita com o que foi definido pelo STF na 'coisa julgada'", diz.

Destaque

Crédito presumido

A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que a compra de gado vivo para abate e transformação em carcaça não retira do frigorífico o direito de receber o crédito presumido da contribuição ao PIS/Pasep e da Cofins na alíquota de 60%, nos termos do artigo 8º, parágrafo 3º, inciso I, da Lei 10.924/2004. O entendimento foi definido pelo colegiado ao analisar controvérsia sobre a aplicação de alíquota de 35% ou de 60% nas hipóteses de direito ao crédito presumido por parte das empresas produtoras de mercadorias de origem animal. Os produtos são classificados com base na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), que possui capítulos distintos para animais vivos (capítulo 1) e carnes e miudezas comestíveis (capítulo 2). Segundo a turma — sob relatoria do ministro Benedito Gonçalves, que aderiu a voto da ministra Regina Helena Costa —, seria contraditório outorgar, por um lado, o desconto de crédito no patamar de 60% nas hipóteses em que o frigorífico compra o boi morto e, por outro lado, estabelecer alíquota de 35% quando o matadouro adquire o boi vivo apenas com a finalidade de abatê-lo (AREsp 1320972).

O Projeto de Lei nº 252 e o financiamento de startups

Opinião Jurídica

Luis Andre Azevedo

Sem nenhuma surpresa, a livre iniciativa é um dos fundamentos da ordem econômica brasileira e direito fundamental consagrado nos artigos 1º, inciso IV, e 170 da Constituição Federal. No âmbito do empreendedorismo, ela se traduz tanto na liberdade de acesso das sociedades empresárias ao mercado quanto na liberdade de permanência nele. Isso, contudo, não corresponde à realidade de significativa parte das empresas brasileiras, sobretudo aquelas em estágio inicial de operação.

Alguns dos desafios ao empreendedorismo no contexto nacional são a alta carga tributária, a acirrada concorrência em determinados nichos de mercado e os elevados juros na tomada de créditos. O resultado, infelizmente, acaba por ser a insolvência de inúmeros negócios, que poderiam gerar mais empregos e renda. Dentre as sociedades empresárias atingidas por situações dessa natureza, é de se notar a figura das startups brasileiras, que costumeiramente operam com recursos limitados e necessitam de um ambiente regulatório que proporcione seu crescimento sustentável.

Diminuir a burocracia e adotar regras mais flexíveis para facilitar o acesso a tomada de capital e investimentos é um desafio urgente que precisa ser encarado pelo legislador e pelos juristas. Afinal, segundo dados de pesquisa realizada pelo Sebrae e a Associação Nacional de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (Anegepe), calcula-se que o Brasil tem uma população de 42 milhões de potenciais investidores, atrás somente da Índia, com 106 milhões de aspirantes ao próprio negócio. E a boa nova é que 77% desse total afirma que quer abrir o próprio negócio para ter um diferencial. Em 2022, a principal motivação vinha da escassez de empregos.

Tendo em vista as dificuldades enfrentadas por essas sociedades iniciantes, em 2021 foi sancionada a Lei Complementar nº 182/2021, conhecida como Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador no Brasil. Seu objetivo foi estruturar um ecossistema que contribuísse para a boa saúde desses negócios, especialmente por meio de medidas como (i) a simplificação da abertura, operação e fechamento dessas empresas; (ii) o impulsionamento do fluxo econômico e tecnológico no país; e (iii) a valorização da segurança jurídica e da liberdade contratual.

Ainda que o Marco Legal das Startups represente avanços importantes, outras dificuldades ainda persistem, dentre as quais o endividamento de empresas iniciantes com vistas ao levantamento de capital de giro ou à alavancagem.

O instrumento contratual mais utilizado pelas startups para obter investimentos é o mútuo conversível em participação societária. Nele, o investidor compromete-se a aportar determinado montante à empresa, tendo a faculdade de, ao vencimento do contrato, optar por receber de volta o valor investido ou convertê-lo em participação societária na investida.

Por conta de sua natureza creditória, o mútuo conversível levanta duas questões sensíveis para as startups que dele se valem: (i) as ineficiências tributárias, que ocorrem independentemente da conversão ou não do investimento em participação societária, o que, por conseguinte, acarreta maiores custos de transação; e (ii) o risco de o Poder Judiciário interpretar que o investidor, na condição de mutuante, pode vir a cobrar a quantia que fora injetada como se fosse um empréstimo clássico, com a aplicação de juros e correção monetária, o que importa em total subversão do propósito inicial de toda a operação.

Justamente com o objetivo de fomentar o surgimento de nova modalidade contratual, mais adequada às particularidades dos investimentos em startups no Brasil, o plenário do Senado aprovou, em 10 de abril, o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 252/2023, que altera o Marco Legal das Startups e institui o Contrato de Investimento Conversível em Capital Social (CICC). Trata-se o CICC de nova modalidade contratual por meio da qual o investidor pode transferir para uma startup recursos conversíveis em capital social. Diferentemente do mútuo conversível, no entanto, esse contrato não enseja o surgimento de uma dívida conversível.

Assim, inspirado no Simple Agreement for Future Equity (SAFE) — instrumento contratual amplamente difundido na experiência norte-americana —, o CICC surge como uma alternativa aos contratos de mútuo conversível, e como um aprimoramento ao financiamento de startups, ao eliminar a natureza de dívida atribuída ao investimento, conferindo maior segurança jurídica à captação de recursos por tais empresas iniciantes. Até que a conversão em participação societária seja concretizada, a monta investida não integra o capital social da startup, ou seja, o investidor não se submete a riscos outrora comuns nas searas operacional, trabalhista ou fiscal.

Portanto, a incorporação do CICC ao nosso ordenamento jurídico por meio do PLP 252/2023 está profundamente alinhada à tutela do princípio da livre iniciativa, consagrado no caput do artigo 170 da Constituição Federal, contribuindo para o ingresso e manutenção de startups mais bem estruturadas em nosso mercado. Essa nova modalidade contratual não apenas endossa o compromisso constitucional com a livre iniciativa, mas também se apresenta como catalisadora da criação de um ecossistema empresarial mais robusto, capaz de gerar mais empregos e renda, tão necessários em nosso país.

Luis Andre Azevedo é professor do mestrado profissional e da graduação da FGV Direito SP e sócio de Eizirik Advogados em São Paulo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PRESIDENTE EPITÁCIO

PROC. 080/2024 – Pregão Eletrônico Nº 033/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 033/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de peças e serviços de mão de obras para a manutenção mecânica dos veículos da frota da Secretaria de Educação e Esportes e demãos que necessitem.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **06/08/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 24 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Leonardo Menezes Trombeta – Secretário de Educação e Esportes.**

PROC. 083/2024 – Pregão Eletrônico Nº 036/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 036/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada prestação de serviços de lavagem e lubrificação, com fornecimento de materiais, máquinas e equipamentos necessários à realização dos serviços para os veículos da frota da Secretaria de Educação e Esportes.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **08/08/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 24 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Leonardo Menezes Trombeta – Secretário de Educação e Esportes.**

PROC. 089/2024 – Pregão Eletrônico Nº 042/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 042/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de materiais de cozinha, limpeza e piscina, para atender a Secretaria de Educação e Esportes e demais secretarias que necessitem.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **09/08/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 24 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Leonardo Menezes Trombeta – Secretário de Educação e Esportes.**

PROC. 069/2024 – Pregão Eletrônico Nº 030/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 030/2024, cujo objeto é a **Abertura de processo licitatório para aquisição de cortador de grama, "dirigível/trator cortador de grama", para atender a demanda da Secretaria de Educação e Esportes.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **12/08/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 24 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Leonardo Menezes Trombeta – Secretário de Educação e Esportes.**

PROC. 075/2024 – Pregão Eletrônico Nº 031/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 031/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada prestação de serviços de borracharia, alinhamento e balanceamento de pneus, para atender a demanda da Secretaria de Educação e aquelas que necessitem.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **13/08/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 24 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Leonardo Menezes Trombeta – Secretário de Educação e Esportes.**

PROC. 085/2024 – Pregão Eletrônico Nº 038/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 038/2024, cujo objeto é a **Abertura de Processo licitatório para aquisição de peças e serviços de retifica do motor de uma pá carregadeira XG935H (Motor cummins) da marca XGMA ano de fabricação 2003, veículo da frota da Secretaria de Agricultura e abastecimento.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **14/08/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 24 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Roberto Gallego Filho – Secretário de Agricultura.**

PROC. 087/2024 – Pregão Eletrônico Nº 040/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 040/2024, cujo objeto é o **Registro de preços para futura e fracionada aquisição de tacógrafos, peças, serviços e taxas de tacógrafos para atender a Secretaria de Educação e Esportes e as demais que necessitarem.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **19/08/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 24 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Roberto Gallego Filho – Secretário de Agricultura.**

PROC. 102/2024 – Pregão Eletrônico Nº 046/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 046/2024, cujo objeto é o **Registro de preços para futura e fracionada aquisição de cadeiras plásticas, para atender aos eventos realizados e ou patrocinados pelo município.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **20/08/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 24 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Augusto Ribeiro Marinho – Secretário de Turismo.**

PROC. 103/2024 – Pregão Eletrônico Nº 047/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 047/2024, cujo objeto é o **Registro de preços para futura e fracionada contratação de empresa para prestação de serviços de esvaziamento e limpeza de fossas sépticas e correlatos, Distrito do Campinal, Escolas, Agrovilas, Parque Figueiral, Prainha da Orla e demais localidades no município de Presidente Epitácio.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **21/08/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 24 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Augusto Ribeiro Marinho – Secretário de Turismo.**

PROC. 104/2024 – Pregão Eletrônico Nº 048/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 048/2024, cujo objeto é o **Registro de preços para futura e fracionada aquisição de medicamentos manipulados, para cumprimento de sentenças judiciais.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **22/08/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 24 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Marcirio Agustinho Vera Rolim – Secretário de Saúde.**

PROC. 108/2024 – Pregão Eletrônico Nº 051/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 051/2024, cujo objeto é o **Registro de preços para futura e fracionada contratação de empresa para locação de caçambas estacionárias, para atender a demanda da Secretaria de Saúde e demais que necessitem.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **23/08/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 24 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Marcirio Agustinho Vera Rolim – Secretário de Saúde.**

PROC. 107/2024 – Pregão Eletrônico Nº 050/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 050/2024, cujo objeto é o **Registro de preços para futura e fracionada contratação de laboratório especializado em confecção de próteses dentárias totais e parciais, superiores e inferiores, sob medida, para atender a demanda da população do município de Presidente Epitácio, em atendimento ao Programa Brasil Sorridente.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **27/08/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 24 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Marcirio Agustinho Vera Rolim – Secretário de Saúde.**

PROC. 050/2024 – Pregão Eletrônico Nº 020/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO – 3ª Edição

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 020/2024, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório para aquisição de 01 (uma) motocicleta, aero km, para atender o ESF Vila Maria, com recursos oriundos de Emenda Parlamentar Impositiva do Vereador Alberto Gomes Barbosa.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **28/08/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 24 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Marcirio Agustinho Vera Rolim – Secretário de Saúde.**

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90091/2024,** referente ao processo nº **024.00105595/2024-97**, objetivando a **Aquisição de curativos com cota em atendimento às demandas judiciais e Administrativas** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 06/08/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 24/07/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

COMPANHIA AGRÍCOLA QUATÁ

CNPJ/ME nº 45.631.926/0001-13 - NIRE 35300088042

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Srs. Acionistas da Companhia Agrícola Quatá ("Companhia") convocados a se reunir em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a serem realizadas, **de forma exclusivamente digital**, por meio de plataforma a ser disponibilizada pela Companhia e enviada por e-mail a cada Acionista, sem prejuízo do envio do boletim de voto à distância, nos termos da Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29/03/2023, no dia **31/07/2024** às **11:00h**, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: em matéria ordinária **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31/03/2024; **(ii)** a destinação do resultado do exercício social findo em 31/03/2024; **(iii)** a fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o período de agosto/2024 a julho/2025; e em matéria extraordinária **(iv)** a rerratificação do Protocolo de Incorporação da Companhia Agrícola Luiz Zillo e Sobrinhos . Informações gerais: • Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede e no seguinte link (https://bit.ly/AGOE_AQ_AGO_CAQ_31_JUL_2024) as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes publicados no dia 01 de julho de 2024, no Jornal Valor Econômico à página C06, e demais documentos a serem deliberados na AGOE. • Os Acionistas que desejarem participar da AGOE deverão confirmar sua participação, **até 48h antes do horário do início das Assembleias,** por resposta a e-mail enviado pela Companhia, para recebimento das orientações de acesso à plataforma digital, indicando o(s) nome(s) do(s) representante(s) legal(is) que estará(ão) presente(s), acompanhada dos documentos digitalizados que comprovem os poderes de representação do Acionista. **As demais informações para a participação virtual na AGOE**, inclusive o Boletim de Voto à Distância, poderão ser consultadas no seguinte *link* (https://bit.ly/AGOE_AQ_AGO_CAQ_31_JUL_2024). Lençóis Paulista, 23/07/2024. **F. Amaury Olsen** – Presidente do Conselho de Administração. (23,24,25)

AÇUCAREIRA QUATÁ S.A.

CNPJ/MF nº 60.855.574/0001-73 - NIRE 35300051556

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Srs. Acionistas da Açucareira Quatá S.A. ("Companhia") convocados a se reunir em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a serem realizadas, **de forma exclusivamente digital**, por meio de plataforma a ser disponibilizada pela Companhia e enviada por e-mail a cada Acionista, sem prejuízo do envio do boletim de voto à distância, nos termos da Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29/03/2023, no dia **31/07/2024** às **10:00h**, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: em matéria ordinária **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31/03/2024; **(ii)** a destinação do resultado do exercício social findo em 31/03/2024; **(iii)** a fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o período de agosto/2024 a julho/2025; em matéria extraordinária **(iv)** o aumento do capital social, mediante capitalização da reserva de investimento; e **(v)** a rerratificação do Protocolo de Incorporação da Usina Barra Grande. Informações gerais: • Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede e no seguinte link (https://bit.ly/AGOE_AQ_AGO_CAQ_31_JUL_2024) as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes, publicados no dia 01/07/2024, no Jornal Valor Econômico à página C05, e demais documentos a serem deliberados na AGOE. • Os Acionistas que desejarem participar da AGOE deverão confirmar sua participação, **até 48h antes do horário do início das Assembleias**, por resposta ao e-mail enviado pela Companhia, para recebimento das orientações de acesso à plataforma digital, indicando o(s) nome(s) do(s) representante(s) legal(is) que estará(ão) presente(s), acompanhada dos documentos digitalizados que comprovem os poderes de representação do Acionista. **As demais informações para a participação virtual na AGOE**, inclusive o Boletim de Voto à Distância, poderão ser consultadas no seguinte *link* (https://bit.ly/AGOE_AQ_AGO_CAQ_31_JUL_2024). Lençóis Paulista, 23/07/2024. **F. Amaury Olsen** – Presidente do Conselho de Administração. (23,24,25)

Promon S.A.

CNPJ/MF nº 05.315.149/0001-83 - NIRE 35.300.192.184

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Promon S.A. ("Companhia") a se reunir em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** ("Assembleia Geral"), que será realizada no dia 30/07/2024, às 17h00min, de forma exclusivamente digital, através de videoconferência pela plataforma "I-Sat" (http://promon.isatvideo.com.br/), nos termos dos arts. 121, parágrafo único, e 124, §2º-A da Lei nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Exame, discussão e deliberação sobre as contas da administração e demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/03/2024, com parecer dos auditores independentes; **b)** Deliberação sobre a proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/03/2024; **c)** Deliberação sobre a proposta de distribuição de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório; **d)** Fixação da remuneração global anual dos administradores; **e)** Ratificação do pagamento de dividendos aos acionistas, já realizado em 31/10/2023, provenientes da reversão da totalidade da Reserva Especial e da Reserva de Lucros a Realizar da Companhia, conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em 23/10/2023; **f)** Deliberação sobre a compensação, pela reserva estatutária de liquidez da Companhia, de saldo negativo da reserva de capital e de prejuízo decorrente de benefício pós-emprego relativo a obrigações legais do plano de saúde de ex-empregados, ambos provenientes de exercícios passados; e **g)** Outros assuntos de interesse geral. **Informações Gerais**: Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia Geral deverão acessar a plataforma "I-Sat" (http://promon.isatvideo.com.br/), mediante utilização de *login* e senha pessoais enviados, em 20/07/2024, por Serviços a Acionistas ao e-mail do Acionista cadastrado na Companhia. Caso o Acionista que desejar participar da Assembleia Geral não tenha recebido seu *login* e senha pessoais até às 18h00min do dia 29/07/2024, deverá entrar em contato com Serviços a Acionistas através do seguinte e-mail: servicos-acionistas@promon.com.br. Caso o Acionista pretenda ser representado por procurador (que, nos termos da lei, deve ser outro acionista, administrador da Companhia ou advogado), haverá a necessidade de envio prévio da documentação para Serviços a Acionistas (servicos-acionistas@promon.com.br) até às 16h00min do dia 30/07/2024, contendo: (i) e-mail do procurador que acessará a plataforma I-Sat; (ii) cópia de procuração devidamente assinada há menos de 1 ano da data da Assembleia Geral; (iii) cópia de documento oficial de identificação pessoal do Acionista que contenha assinatura semelhante a da procuração (ex: RG, CNH, CREA, OAB etc.); e (iv) cópia de documento de identificação do procurador. Os Acionistas poderão votar exclusivamente por meio de boletim de voto a distância. As instruções detalhadas de como os Acionistas poderão participar e votar na Assembleia Geral, bem como os documentos de suporte estão disponíveis para consulta no seguinte endereço: https://acionistasweb.promon.com.br, acessível mediante utilização do *login* e senha pessoal do Acionista. Em caso de dúvidas sobre o acesso ao link informado, por favor, entrar em contato por e-mail: servicos-acionistas@promon.com.br. São Paulo, 20, 23 e 24 de julho de 2024.

Conselho de Administração

ESTADO DE MATO GROSSO

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024/SEPLAG
PROCESSO Nº SEPLAG-PRO-2023/08944 – SIGADOC (08944/2024/SEPLAG-SIAG)

A **Superintendência de Licitações e Registro de Preço/SEPLAG** torna público que realizará licitação, tendo por objeto o **Registro de Preços** para futura e eventual contratação de empresa especializada na **prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de condicionadores de ar**, incluindo o fornecimento de peças, componentes e acessórios novos e originais, com instalação, desinstalação, remanejamento e instalação de metro excedente para atender às demandas dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo do **INTERIOR do Estado de Mato Grosso** (exceto Cuiabá e Várzea Grande), conforme especificações e condições técnicas constantes neste Edital e em seus anexos.

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SIAG: entre os dias **25/07/2024 a 08/08/2024**, período integral, exceto quanto ao dia da abertura da sessão, quando o horário máximo de aceitação será até às 08h45min - Horário local (Cuiabá/MT).

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO: no dia 08/08/2024 às 09h00min - Horário local (Cuiabá/MT), através do endereço: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br**.

EDITAL E ADENDOS DISPONIBILIZADOS NO: Portal de Aquisições: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br** - dúvidas pelo sistema SIAG – tel. . **(65) 99214-5804 ou (65) 99281-4313.**

Cuiabá – MT, 23 de julho de 2024.
PAULO ROBERTO TAVARES DE MENEZES
Secretário Adjunto de Aquisições Governamentais/SEPLAG
(original assinado nos autos)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 051/2024 – EDITAL 053/2024 – cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PESSOAS EM VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, VAN E MICRO-ÔNIBUS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS PELO PERÍODO DE 12 MESES – CONFORME ANEXO I DO EDITAL**. O período de envio das propostas será a partir de 25/07/2024 até 06/08/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 06/08/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 24/07/2024. Ituverava-SP, 23 de julho de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

NCF Participações S.A.

CNPJ nº 04.233.319/0001-18 – NIRE 35.300.183.371

Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 15.4.2024

Aos 15 dias do mês de abril de 2024, às 18h30, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, e por videoconferência, reuniram-se os membros deste Órgão, reeleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data (15.4.2024). Assumiu a presidência dos trabalhos o senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, que convidou o senhor Antonio Campanha Junior para assumir a função de Secretário. Durante a reunião, os Conselheiros tomaram as seguintes deliberações: 1) em conformidade com as disposições do "caput" do Artigo 8º do Estatuto Social, procederam à eleição, entre si, do Presidente e do Vice-Presidente deste Órgão, tendo a escolha recaído nos nomes dos senhores: ***Presidente:*** Luiz Carlos Trabuco Cappi; ***Vice-Presidente:*** Milton Matsumoto. Em seguida, esclareceu o senhor Secretário que a matéria foi aprovada por maioria de votos, ficando registradas as abstenções dos senhores Luiz Carlos Trabuco Cappi e Milton Matsumoto às suas próprias indicações; 2) atendendo ao disposto no "caput" do Artigo 12 do Estatuto Social, reelegeram os Diretores da Sociedade, senhores: ***Diretor-Presidente: Marcelo de Araújo Noronha***, brasileiro, casado, bancário, RG 56.163.018-5/SSP-SP, CPF 360.668.504/15; ***Diretores Vice-Presidentes: Cassiano Ricardo Scarpelli***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.290.774-6/SSP-SP, CPF 082.633.238/27; ***Rogério Pedro Câmara***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.247.624-3/SSP-SP, CPF 063.415.178/90; ***Moacir Nachbar Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 13.703.383-7/SSP-SP, CPF 062.947.708/66; e Em seguida, elegeram o senhor ***André Costa Carvalho***, brasileiro, divorciado, bancário, RG 62.234.384-1/SSP-SP, CPF 016.799.687-85, ao cargo de ***Diretor Adjunto***. Dando continuidade aos trabalhos, o senhor Presidente esclareceu que os Diretores reeleitos e o eleito: 1) têm endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; 2) terão mandato de 2 (dois) anos, estendido até a posse dos novos Diretores que serão eleitos na 1ª Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2026; e 3) arquivaram na sede da Companhia declarações, sob as penas da lei, de que atendem às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos Conselheiros, será encaminhada para assinatura eletrônica. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Milton Matsumoto, Alexandre da Silva Glüher e Maurício Machado Minas. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **NCF Participações S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Marcelo Fonseca - *Procuradores*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob número 253.173/24-3 em 25.6.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE

DATA: 1º Público Leilão: 29/07/2024 às 11h45 | 2º Público Leilão: 31/07/2024 às 11h45

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **GOLDFARB 38 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.** - CNPJ nº 11.444.235/0001-99, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos. 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 175, 17º PAVIMENTO, TORRE 2, INTEGRANTE DO "RESIDENCIAL DUO"**, situado à Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, nº 2.820, 31º Subdistrito Pirituba, São Paulo/SP. Áreas: Privativa: 49,1800m²; Comum: 35,1050m² (coberta de 17,1300m² + descoberta de 17,9750m²) já incluído o direito ao uso de 01 vaga de veículo na garagem coletiva do edifício; Total: 84,2850m²; FIT: 0,004349716; Total Edificada: 66,3100m². Matrícula nº 159.752 do 16º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal: 078.443.0351-4. Consolidação da Propriedade em 24/06/2024. **VALORES: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 468.975,40. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 914.749,88**. **Ônus do Arrematante: i)** pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** custas cartoriais, impostos e taxas para lavratura/registro da escritura, certidões (inclusive da vendedora); **iii)** quitação dos débitos de IPTU e condomínio vencidos antes e após os leilões; **iv)** consta **penhora** averbada sob nº 08 na matrícula, a qual não impede a realização dos leilões, cuja baixa ficará a cargo do arrematante, bem como todas as despesas com o ato; **v) IMÓVEL OCUPADO.** Desocupação e todas as despesas com o ato. Ficam os Fiduciantes **HELLEN DA SILVA VERÍSSIMO –** CPF: 263.277.578-71 e **LUCIANO VERÍSSIMO –** CPF: 115.594.968-43, comunicados e intimados das datas dos leilões, também pelo presente edital, uma vez que se encontra em local ignorado, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação disponíveis no portal da Pecini Leilões, não podendo alegar desconhecimento. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90090/2024**, referente ao processo nº **024.00063470/2024-82**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE ENFERMAGEM EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 06/08/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 24/07/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 159ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 17I0000201) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 159ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 159ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 29 de agosto de 2017, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de agosto de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 159ª Série da 1ª Emissão - (IF 17I0000201), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90092/2024**, referente ao processo nº **024.00110880/2024-20**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE LARINGE ELETRÔNICA EM ATENDIMENTO A DEMANDA JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 06/08/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 24/07/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

COMUNICADO

Despacho do Senhor Coordenador de Saúde - Coordenadoria de Assistência Farmacêutica em 22/07/2024
PROCESSO: 024.00076300/2024-68.
INTERESSADO: Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.
ASSUNTO: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demandas Judiciais.
Pregão Eletrônico nº 90084/2024
Trata o presente de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica para a compra de medicamento - nintedanibe para o atendimento de demandas judiciais. Considerando a informação SEI 0034190831, AUTORIZO a reapresentação do edital do pregão eletrônico nº 90084/2024 com a entrega das propostas para o dia 25/07/2024 a partir das 08h00 e abertura das propostas em 07/08/2024 às 10h00 no site: www.gov.br/compras.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90094/2024**, referente ao processo nº **024.00052365/2024-18**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE NUTRIÇÃO EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 06/08/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 24/07/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

3ª Vara Cível do Foro da Comarca de Itapecerica da Serra/SP

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO e de intimação **dos executados e depositários ANDREA MICHAELA CHRISTIANE ZWERGER**, inscrita no CPF/MF sob o nº 093.016.708-28; **HELGA VIKTORIA FISCHER**, inscrita no CPF/MF sob o nº 147.691.888-03; **bem como seus cônjuges se casadas forem; e VIKTORIA ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº53.418.778/0001-81; **e do credor hipotecário ALFRED SCHALLER**, inscrito no CPF/MF sob nº 003.953.487-14; **e sua mulher ELIZABETH IHMLE SCHALLER. O Dr. Bruno Cortina Campopiano**, MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de Itapecerica da Serra/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Ação de Dissolução** ajuizada por **ANNA GRETA QUADE** em face de **ANDREA MICHAELA CHRISTIANE ZWERGER e Outros - Processo nº 0004821-44.2008.8.26.0268 – Controle nº 594/2008,** e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL** - O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em visitar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem decidir se permite a visitação, sendo que a visitação nem sempre será possível, pois alguns bens estão em posse do executado. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 05/08/2024 às 15:00 h** e se encerrará **dia 08/08/2024 às 15:00 h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 08/08/2024 às 15:01 h** e se encerrará no **dia 29/08/2024 às 15:00 h**, onde serão aceitos lances a partir do valor de R$ 5.367.601,57 (cinco milhões trezentos e sessenta e sete mil, seiscentos e um reais e cinquenta e sete centavos). **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a R$ 5.367.601,57 (cinco milhões trezentos e sessenta e sete mil, seiscentos e um reais e cinquenta e sete centavos. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS** – Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de IPTU/ITR e demais taxas e impostos que serão subrogados no valor da arrematação nos termos do Art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN, bem como os débitos de condomínio (propter rem) que também serão subrogados no preço da arrematação, conforme Artigo nº 908, § 1º, CPC. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA -** Os interessados na aquisição do bem de forma parcelada, deverão apresentar proposta enviando de forma detalhada sua intenção no e-mail proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). As referidas propostas serão apresentadas ao M.M Juízo respectivo, caso o leilão se encerre negativo. No entanto caso o leilão se encerre positivo, as propostas apresentadas serão desconsideradas, vez que o pagamento à vista prevalece sob o pagamento parcelado. Em resumo o interessado em adquirir o bem realizando o pagamento à vista, deve confirmar o lance em leilão, já aquele que tem a intenção de realizar o pagamento de forma parcelada, deve enviar sua proposta por e-mail, ficando ciente das referidas condições do Artigo 895§ 7º, CPC. Por fim, a apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC), devendo a mesma ser analisada pelo M.M Juízo respectivo que decidirá pela opção mais vantajosa para a resolução da lide. **PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA CAUÇÃO** - O usuário que tiver interesse em participar do leilão deverá depositar caução no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) na conta a ser indicada pelo Leiloeiro, no intuito de comprovar e garantir sua capacidade econômica. Finalizado o leilão, todas as cauções serão devolvidas de forma imediata pelo Leiloeiro, com exceção do valor destinado ao arrematante que será abatido do valor da comissão. **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão do Leiloeiro deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito que será enviada por e-mail. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br, no Código de Processo Civil e Resolução nº 236 do CNJ.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DO BEM: MATRÍCULA Nº 67.640 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ITAPECERICA DA SERRA/SP - IMÓVEL:** Um terreno situado na Estrada Benedito Pereira de Borba, em zona urbana, no Bairro de Potuverá, distrito, município e Comarca de Itapecerica da Serra, com área de 28.149, 80ms.2, localizado à uma distância de 3.130,00ms. de confluência com a Rodovia Regis Bittencourt com a Estrada Benedito Pereira de Borba, e do lado direito e desta, que assim se descreve: Inicia em um ponto situado na lateral esquerda da Estrada Benedito Pereira de Bor e na divisa com Rubin Dallmann, daí segue com o rumo 84935'40"NE numa distância de 50,78ms. confrontando com Rubin Dallmann até o ponto 9, situado na margem esquerda do córrego, deflete à direita e segue córrego acima, numa distância de 56,50ms. pelo curso d'água d'água até o ponto 1111, daí deflete à direita e segue com o rumo 48 09'30"SW e na distância de 174,50ms. atravessando Estrada Benedito Pereira de Borba, confrontando com João Xavier de Oliveira até o ponto 2, deflete levemente à esquerda A com o rumo de 36°43'10"SW e na distância de 49,74ms. até o - 1 ponto 2-B, ponto esse localizado à 49,74ms. do ponto 2 da descrição geral, e confrontando com terras de Nelson Nappi e sua mulher Giselda Pugliesi Napoli; deflete a direita e segue em várias retas, passando por vários marcos de concreto com os seguintes rumos e distâncias: NW51°10'25" e 46,27ms., NW76°25'00" e 4,65ms; NW19°10'12" e 9,20ms; NW71°40'01" e 28,75ms; NW 48°27'21" e 29,36ms; NW 27°16'51" e 16,07ms; NW 06259'04" e 20,44ms; NE 15908'27" e 34,03ms; NE 27°42'30 e - 22,05ms; NE 46°20'31" e 31,61ms; NE 35°45'15" e 23,25ms; NE 09915 24 e 23,36ms; até outro marco de concreto, junto as divisas de Waldemar Manfred e de Dionisio José Hoffmann e confrontando com a propriedade de Rolf Hitzler e sua mulher, daí deflete à direita e segue no sentido NE por uma cerca de visa e numa extensão de 68,63ms. até o ponto "C", confrontando com terras de Waldemar Manfred e de Dionisio José Hoffmann, daí deflete à direita e segue com o rumo 5924'20"SE na distância de 138,70ms. até o ponto 3, confrontando nesse trecho com Noemia Oliveira Vaz e seu marido João Vaz, Benedita Maria de Oliveira, daí deflete esquerda e segue com rumo de 67°17'40"NE e na distância de 112,73ms. até a Estrada Benedito Pereira de Borba, confrontando com Benedita Maria de Oliveira, deflete à esquerda e segue pela referida Estra da Benedito Fereira de Borba, em direção à BR-116, na distância de 38,05ms. até as divisas de Rubin Dallmann, junto a referida Estrada e, onde teve início esta descrição. **Consta na Av.02 desta matrícula** que o imóvel desta matrícula foi dado em hipoteca a ALFRED SCHALLER. **CADASTRO Nº 233645464009700000-1. Consta às fls. 859/860 dos autos** que sobre o imóvel recaem débitos tributários no valor total de R$ 415.037,81 (fevereiro/2020). **Valor da Avaliação do Imóvel: R$ 8.737.000,00 (oito milhões e setecentos e trinta e sete mil reais) para novembro de 2020, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP.** Débito desta ação no valor de R$ 2.917.287,86 (fevereiro/2023). Itapecerica da Serra, 03 de julho de 2024. Eu, diretora/diretor, conferi. **Dr. Bruno Cortina Campopiano - Juiz de Direito**.

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00344257042024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços n º 90038/2024.
Nº Processo: 024.00054581/2024-06.
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 08 (oito).
Valor total da Licitação: sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 24/07/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 25/07/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 07/08/2024 às 13h30 no site: www.gov.br/compras.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90095/2024**, referente ao processo nº **024.00103393/2024-19**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE NUTRIÇÃO EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 06/08/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 24/07/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

SPIC BRASIL ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 27.317.702/0001-50 - NIRE nº 35.300.502.060

ATA DE DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada às 10:00 horas, do dia 03 de julho de 2024, na sede social da **SPIC Brasil Energia Participações S.A.** ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, Torre Norte, 27º andar, Sala 03, Vila Nova Conceição, CEP 04543-907. **2. Convocação e Presença**: A reunião foi convocada mediante o envio por e-mail de notificação escrita aos membros do Conselho de Administração da Companhia, em 26 de junho de 2024. Os votos de todos os Conselheiros foram enviados via e-mail, a saber: Lin Guixiang, Chen Zheng, Tu Shuiping, Qiu Dong e Ricardo Lima. **3. Mesa**: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Lin Guixiang,** com o Sr. **Wanderley Fernandes** agindo como Secretário. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: (i) nos termos do Artigo 15º, item (viii) do Estatuto Social da Companhia, aprovar a outorga pela Companhia, em conjunto com o **Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações em Multiestratégia**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.313.996/0001-50 ("Canadian FIP" e, em conjunto com a Companhia, "Fiadores"), de garantia fidejussória sob a forma de fiança, no âmbito da 2ª (segunda) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição no valor total de R$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), com prazo de vencimento de 180 dias contados da emissão, da **Marangatu Holding S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.493.502/0001-77 ("Marangatu Holding", "Notas Comerciais" e "Emissão"), em conformidade com a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e a Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 ("Resolução CVM 160"), em favor dos titulares das Notas Comerciais, representados pelo Agente Fiduciário (conforme definido abaixo), nos termos dos artigos 818 e 822 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2022, conforme alterada ("Código Civil"), e demais disposições legais aplicáveis, na proporção de suas respectivas participações societárias na Marangatu Holding S.A., nos termos do "*Termo de Emissão da 2ª (Segunda) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Marangatu Holding S.A.*" ("Termo de Emissão"), a ser celebrado entre a Marangatu Holding, a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário representando os titulares das Notas Comerciais ("Agente Fiduciário"), e, ainda, na qualidade de fiadores, a Companhia e o Canadian FIP, em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e/ou cumprimento de quaisquer das obrigações principais, acessórias e/ou moratórias, presentes e/ou futuras assumidas ou que venham a ser assumidas pela Marangatu Holding nos termos do Termo Emissão, obrigações essas que incluem, sem limitação, principal da dívida, juros, comissões, indenizações, pena convencional, multas, despesas, honorários do Agente Fiduciário, bem como o ressarcimento de todo e qualquer custo, encargo, despesa ou importância que o Agente Fiduciário e/ou os titulares das Notas Comerciais venham a desembolsar por conta da constituição, aperfeiçoamento, manutenção e/ou excussão da garantia fidejussória a ser constituída, o exercício de direitos previstos no Termo de Emissão, tais como honorários advocatícios judiciais ou extrajudiciais e despesas processuais fixadas em sentença judicial condenatória ("Obrigações Garantidas" e "Fiança", respectivamente"); (ii) autorizar, na qualidade de acionista majoritária da **Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF nº 05.117.355/0001-89 ("Pacific Hydro"), a Pacific Hydro a votar aprovando e/ou instruir seus representantes a votar aprovando a outorga de garantia fidejussória sob a forma de fiança, no âmbito da 2ª (segunda) emissão de Notas Comerciais e as deliberações relacionadas às Emissão das Notas Comerciais da Marangatu Holding, nos termos do Termo de Emissão, devendo ser cumpridos os requisitos dispostos no Contrato Social da Pacific Hydro e no Estatuto Social da Marangatu Holding; e (iii) autorizar a Marangatu Holding a proceder com a 2ª (segunda) emissão de Notas Comerciais, nos termos da Escritura de Emissão, observados os requisitos estabelecidos em seu Estatuto Social, bem como a contratação dos serviços necessários e a abertura de conta bancária; (iv) autorizar a Diretoria da Companhia, da Pacific Hydro e da Marangatu Holding, ou seus procuradores, a praticar(em) todos os atos necessários e/ou convenientes à constituição, formalização e aperfeiçoamento das matérias aprovadas em reunião, incluindo, mas não se limitando, (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais; e (b) a celebração, pelos representantes da Companhia, de todos os documentos relacionados à Fiança e à Emissão, o "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme, de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, da 2ª (Segunda) Emissão da Marangatu Holding S.A.*" ("Contrato de Distribuição"), a ser celebrado entre a Marangatu Holding, o **ITAÚ BBA Assessoria Financeira S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.845.753/0001-59 ("Coordenador Líder") e, ainda, na qualidade de intervenientes anuentes, a Companhia e a Canadian Solar FIP, assim como seus eventuais aditamentos; e (v) a ratificação dos atos já praticados pela Diretoria da Companhia, da Pacific Hydro e da Marangatu Holding, por si ou por meio de seus procuradores, em relação aos itens (i) a (iv), acima, bem como de quaisquer outros atos necessários para a consecução das matérias constantes dos itens (i) a (iv) acima. **5. Deliberações**: O Presidente da mesa esclareceu que a ata de decisão deste Conselho seria lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, conforme faculta o artigo 130, § 1º da Lei nº 6.404/76, e arquivada na sede da Companhia. Os Conselheiros presentes, por unanimidade, deliberaram o quanto segue: (i) Aprovar, nos termos do Artigo 15º, item (viii) do Estatuto Social da Companhia, a outorga pela Companhia, em conjunto com o Canadian FIP, da Fiança; (ii) Autorizar a Pacific Hydro a votar e aprovar e/ou instruir seus representantes a votar e aprovar as deliberações relacionadas à Emissão das Notas Comerciais da Marangatu Holding, nos termos do Termo de Emissão; (iii) Autorizar a Marangatu Holding a proceder com a 2ª (segunda) emissão de Notas Comerciais, nos termos da Escritura de Emissão, observados os requisitos estabelecidos em seu Estatuto Social, bem como a contratação dos serviços necessários e a abertura de conta bancária; (iv) Autorizar os diretores Companhia, ou seus procuradores, a praticar(em) todos os atos necessários e/ou convenientes à constituição, formalização e aperfeiçoamento da Fiança; (v) Ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia, da Pacific Hydro e da Marangatu Holding, por si ou por meio de seus procuradores, em relação aos itens (i) a (iv) acima, bem como de quaisquer outros atos necessários para a consecução das matérias constantes dos itens (i) a (iv) acima. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados e foi lavrada a presente ata, a qual, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Assinaturas**: Mesa: **Lin Guixiang** (Presidente) e Wanderley Fernandes (Secretário). Conselheiros: Lin Guixiang, Chen Zheng, Tu Shuiping, Qiu Dong e Ricardo Lima. São Paulo, 03 de julho de 2024. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Wanderley Fernandes -** Secretário. **JUCESP** - 263.682/24-9 em 11/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

INÊS 249